



**PALÁCIO DA JUSTIÇA**  
Desembargador Robério Nunes dos Anjos



# CARTÓRIOS DO TJ-RR

---

**PROVA COMENTADA**

# APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 07/12/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Cartórios TJ-RR**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 6 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentar duas alternativas corretas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 10, 74, 79, 91, 98 e 99.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **Cartórios TJ-RR** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1<sup>º</sup> fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estategia.com/rankings/41bd7973-8d0b-427b-888e-b29bdb3b4d22>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/e0ff5d63-4c5b-474e-af03-61a95f8de119>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!

 Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Vinicius Militão,

Coordenador do Estratégia Carreiras Jurídicas.

# **PROVA COMENTADA – CARTÓRIOS DO TJ-RR**

**QUESTÃO 01.** Maria era empregada de Fátima, tabeliã titular de uma serventia extrajudicial no estado de Roraima, que faleceu nessa atividade pouco depois de demitir Mariana, sem lhe ter pagado corretamente os direitos trabalhistas. Meses depois desses eventos, Rosa assumiu, após aprovação em concurso público, a titularidade da serventia. Mariana ajuizou ação trabalhista contra Rosa e o estado de Roraima, sob a alegação de sucessão trabalhista e responsabilidade subsidiária, motivo pelo qual Rosa deveria responder pelas verbas trabalhistas não pagas por Fátima.

Nessa situação hipotética, considerada a jurisprudência prevalecente acerca da responsabilidade trabalhista de titulares de serventias extrajudiciais, responsabilidade pelo pagamento das verbas devidas a Mariana é

- a) de Rosa, apenas.**
- b) de Rosa e, subsidiariamente, do estado de Roraima.**
- c) do espólio de Fátima e de Rosa, por sucessão.**
- d) do espólio de Fátima, apenas.**
- e) do estado de Roraima, apenas.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão versa sobre o artigo 14, parágrafo 1º, do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Roraima.

As alternativas A, B, C e E estão incorrectas. Art. 14, § 1º do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Roraima. “Os delegatários e Interinos são pessoalmente responsáveis pelos encargos e direitos trabalhistas de seus prepostos”.

A alternativa D está correta, nos termos do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Roraima: Art. 14, § 1º do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Roraima. “Os delegatários e Interinos são pessoalmente responsáveis pelos encargos e direitos trabalhistas de seus prepostos”.

**QUESTÃO 02.** No que se refere aos emolumentos cobrados pelos serviços notariais e registrais, assinale a opção correta.

- a) Os emolumentos têm natureza jurídica tributária, da espécie taxa, pela prestação de serviço público específico e divisível, consistente na prática de ato notarial ou registral.**
- b) A arrecadação dos emolumentos deve destinar-se à remuneração dos notários e registradores, pela prestação do serviço público correspondente, ao passo que o resarcimento dos oficiais de registro e de notas pela prática de atos gratuitos deve provir apenas da arrecadação tributária geral do estado.**
- c) Compete ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), à vista de proposta dos tribunais de justiça, definir os valores dos emolumentos, a fim de propiciar relativa uniformidade na fixação deles.**
- d) No caso de apostilamento referente a documento brasileiro para produzir efeitos no exterior, os notários e registradores brasileiros têm discricionariedade para dispensar a parte interessada de pagar os emolumentos correspondentes.**
- e) Havendo qualquer necessidade de retificação de ato de serviço notarial ou de registro, os emolumentos devem ser novamente cobrados dos interessados.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão emolumentos cobrados pelos notários e registradores.

A alternativa A está correta. Conforme ADI 2567/SC, “Os emolumentos têm natureza de taxa cuja hipótese de incidência é a prestação de serviço público específico e divisível, consistente na prática de ato notarial ou registral. A taxa, por sua vez, é espécie tributária devida em virtude do exercício de alguma prestação estatal que se refere especificamente ao contribuinte, seja serviço público, seja manifestação do poder de polícia. Também, nesse sentido, ADI 5.539, ministro Gilmar Mendes, DJe de 13 de julho de 2022; ADI 5.672, ministra Cármem Lúcia, DJe de 30 de junho de 2021; ADI 1.378 MC, ministro Celso de Mello, DJ de 30 de maio de 1997; e ADC 5 MC, ministro Nelson Jobim, DJ de 19 de setembro de 2003.

A alternativa B está incorrecta. Os atos gratuitos são pagos pelas verbas do Fundo de Compensação dos Atos Gratuitos Praticados pelos Notários e Registradores e de Complementação da Receita Mínima das Serventias Deficitárias – FECOM, conforme art.47 da Lei Estadual nº1157 de 29/12/2016.

A alternativa C está incorrecta. Não há uniformidade de valores nas tabelas de emolumentos estaduais, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10.169/2000.

A alternativa D está incorrecta. art 17, do Código de Normas Nacional: “Art. 17. Os emolumentos serão cobrados por apostila, nos termos do art. 18 da Resolução CNJ n. 228/2016, enquanto não for editada legislação específica no âmbito dos estados e do Distrito Federal.”

A alternativa E está incorrecta. Quando houver necessidade de retificação por ato imputado ao tabelião(a) ou registrador(a) é vedada a cobrança de emolumentos, conforme artigo 3º, IV, da Lei Federal nº 10.169/2000.

**QUESTÃO 03. À luz da evolução histórica da legislação sobre os serviços notariais e de registro no Brasil, assinale a opção correta.**

- a) O advento do Código Civil de 1916 constitui importante avanço para o registro imobiliário, dada a criação do sistema de matrícula dos imóveis.**
- b) Tecnicamente, a partir da Constituição Federal de 1988 (CF), os titulares de serventias extrajudiciais passaram a ser considerados funcionários públicos.**
- c) Durante a vigência da sistemática conhecida como registro do vigário, cabia aos vigários das igrejas católicas reconhecer a posse de imóveis no Brasil.**
- d) A partir da Constituição Federal de 1967, as serventias extrajudiciais passaram a equiparar-se a órgãos públicos, do ponto de vista normativo.**
- e) Apenas após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF), passou a existir no Brasil a necessidade de concurso público para provimento das serventias extrajudiciais.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre a evolução histórica da legislação sobre os serviços notariais e de registro no Brasil.

A alternativa A está incorrecta. O sistema de matrículas foi criado pela Lei Federal 6.015/1973.

A alternativa B está incorrecta. Os titulares de serventias extrajudiciais, pela atual Constituição Federal, são particulares em cooperação com o Estado. RE 842846 ED/SC.

A alternativa C está correta. O Decreto 1.318, de 1854, que se tratava do Registro das Terras possuídas, incumbia aos vigários das paróquias, consignando as declarações de posse. Mas ainda não era um registro de imóveis.

A alternativa D está incorrecta. Não há equiparação das serventias extrajudiciais a órgãos públicos na Constituição de 1967.

A alternativa E está incorrecta. O artigo 208, da Constituição de 1967, nos termos da Emenda constitucional 22 de 1982 já previa concurso público: “As serventias extrajudiciais, respeitada a ressalva prevista no artigo anterior, serão providas na forma da legislação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, observado o critério da nomeação segundo a ordem de classificação obtida em concurso público de provas e títulos”.

**QUESTÃO 04. Acerca dos princípios norteadores dos serviços notariais e de registro, assinale a opção correta.**

- a) Na atividade registral, impõe-se, pelo princípio da rogação, que o oficial aguarde a iniciativa da pessoa participante do ato jurídico original, interessada no registro.**

- b) Não obstante o princípio da precedência, certas dívidas tributárias podem impedir que um título apresentado a registro receba o número de ordem no protocolo do serviço.**
- c) O princípio da autenticidade gera presunção absoluta de que os documentos oriundos de serviço notarial ou registral são verazes e legais.**
- d) A aplicação de impedimentos, o dever de sigilo profissional e um sistema de responsabilidade são traços que compõem o princípio da imparcialidade dos registradores.**
- e) No registro imobiliário, o princípio que embasa a exigência de identificação precisa dos titulares de direito sobre um imóvel é o da especialidade objetiva.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Princípios Norteadores dos Serviços Notariais e de Registro.

A alternativa A está correta. Conforme a doutrina: “O Princípio da Rogação, também conhecido como princípio da instância, é essencial na aplicação dos registros de imóveis, determinando que o registrador só pode proceder ao registro de um ato mediante solicitação das partes interessadas. Assegura-se que o registrador de imóveis não aja de ofício, mas sim atendendo a um pedido formal, promovendo a autonomia e a iniciativa das partes envolvidas. A Lei nº 6.015/1973 afirma que os atos de registro são realizados a requerimento das partes interessadas, salvo os casos expressamente previstos em lei. Ressalta-se que o registrador deve aguardar a solicitação das partes para efetuar qualquer registro, garantindo que as ações do cartório sejam demandadas e justificadas por aqueles que têm interesse direto no ato. Além da atividade registral depender de provocação do interessado, pode ser pelo Juiz ou o Ministério Público. (Registro de Imóveis Cartórios TJ RR - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. “Princípio da Rogação ou da Instância” - Livro Digital Interativo). Ademais, conforme art. 13 da lei 6.015/73: “Art. 13. Salvo as anotações e as averbações obrigatórias, os atos do registro serão praticados: I - por ordem judicial; II - a requerimento verbal ou escrito dos interessados; III - a requerimento do Ministério Público, quando a lei autorizar.”

A alternativa B está incorrecta. Todos os títulos devem ter número de ordem. Conforme a doutrina: “O Princípio da Prioridade afirma que a ordem de apresentação dos títulos para registro determina a preferência entre os direitos inscritos. Assegura que o direito registrado primeiro prevaleça sobre os registrados posteriormente, proporcionando segurança jurídica e clareza na hierarquia dos direitos sobre o imóvel. Isso significa que, ao apresentar um título para registro, ele recebe um número sequencial que determinará sua preferência em relação a outros títulos apresentados posteriormente.” (Registro de Imóveis Cartórios TJ RR - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. “Princípio da Prioridade” - Livro Digital Interativo). Ademais, conforme artigos 182 e 183 da Lei nº 6.015/1973: “Art. 182 - Todos os títulos tomarão, no Protocolo, o número de ordem que lhes competir em razão da sequência rigorosa de sua apresentação. Art. 183 - Reproduzir-se-á, em cada título, o número de ordem respectivo e a data de sua prenotação.”

A alternativa C está incorrecta. A presunção não é absoluta. Conforme a doutrina: “O Princípio da Fé Pública Registral é fundamental no sistema de registros de imóveis, conferindo presunção de veracidade e autenticidade aos atos registrados. Este princípio garante que as informações constantes no registro de imóveis são consideradas verdadeiras e confiáveis, salvo prova em contrário, proporcionando

segurança jurídica e confiança nas transações imobiliárias. A Lei nº 6.015/1973 estabelece que os registros públicos gozam de fé pública, ou seja, seus dados são presumidos verdadeiros e corretos até que se prove o contrário. Isso significa que terceiros de boa-fé podem confiar nas informações registradas sem necessidade de investigações adicionais. No Brasil, o Princípio da Fé Pública Registral não é absoluto." (Registro de Imóveis Cartórios TJ RR - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. "Princípio da Fé Pública Registral" - Livro Digital Interativo).

A alternativa D está incorrecta. O dever de sigilo e o regime de responsabilidades não são decorrentes do princípio da impessoalidade. O dever de sigilo é exceção ao princípio da publicidade, conforme art. 29, inciso VI, da Lei 8.935: "Art. 30. São deveres dos notários e dos oficiais de registro: VI - guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão;". E o regime de responsabilidades decorre do princípio da independência funcional, implícito no art. 22 da Lei 8.935: "Art. 22. Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso."

A alternativa E está incorrecta. É a especialidade subjetiva. Conforme a doutrina: "O Princípio da Especialidade determina que cada imóvel deve ser descrito de maneira única e detalhada, permitindo sua perfeita identificação no registro. A aplicação desse princípio é essencial para evitar ambiguidades e garantir a segurança jurídica nas transações imobiliárias. (...) O artigo 176 da Lei de Registros Públicos estabelece que a descrição dos imóveis na matrícula deve ser feita de forma completa e precisa, atendendo aos requisitos de especialidade objetiva (relativa ao imóvel) e especialidade subjetiva (relativa aos titulares dos direitos)." (Registro de Imóveis Cartórios TJ RR - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2025; Cap. "Princípio da Especialidade" - Livro Digital Interativo).

#### **QUESTÃO 05. De acordo com a Convenção da Apostila da Haia e a Resolução CNJ nº 228/2016, julgue os itens a seguir:**

- I. A aposição de apostila constitui procedimento simplificado de legalização consular.**
- II. Para a aposição de apostila, consideram-se os aspectos formais do documento, independentemente de seu conteúdo jurídico.**
- III. A apostila apensa na forma da citada convenção é apta a comprovar a autenticidade da assinatura e a função ou o cargo do signatário do documento.**
- IV. As apostilas são emitidas e registradas em sistema eletrônico, mas, quando se referirem a documentos assinados fisicamente, será necessário apresentar o original destes.**

**Assinale a opção correta:**

- a) Apenas os itens I e II estão certos.**
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.**
- c) Apenas os itens II e III estão certos.**
- d) Apenas os itens III e IV estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre Apostilamento.

O item I está incorrecto. Não é uma modalidade de ato de legalização consular (art. 1º CNN). “A legalização de documentos públicos produzidos em território nacional e destinados a produzir efeitos em países partes da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros (Convenção da Apostila) é realizada exclusivamente por meio da aposição de apostila, emitida nos termos da Resolução CNJ n. 228, de 22 de junho de 2016, e deste Código Nacional de Normas.”;

O item II está correto. Análise formal do documento (art. 9º, §2º, CNN): “para a emissão da apostila, a autoridade apostilante deverá realizar a análise formal do documento apresentado, aferindo a autenticidade de todas as assinaturas apostas, do cargo ou da função exercida pelo signatário e, quando cabível, a autenticidade do selo ou do carimbo apostado.”;

O item III está correto. Aferindo a autenticidade de todas as assinaturas apostas, do cargo ou da função exercida pelo signatário (art. 9º, §2º, CNN): “para a emissão da apostila, a autoridade apostilante deverá realizar a análise formal do documento apresentado, aferindo a autenticidade de todas as assinaturas apostas, do cargo ou da função exercida pelo signatário e, quando cabível, a autenticidade do selo ou do carimbo apostado.”;

O item IV está incorrecto. O apostilamento de reconhecimento de firma ou de cópia autenticada é ato excepcional, caso em que a assinatura, a função ou o cargo exercido a serem lançados na apostila serão do tabelião ou do seu preposto que apôs a fé pública no documento (art. 9º, § 3º, CNN): “O apostilamento de reconhecimento de firma ou de cópia autenticada é ato excepcional, caso em que a assinatura, a função ou o cargo exercido a serem lançados na apostila serão do tabelião ou do seu preposto que apôs a fé pública no documento”.

**QUESTÃO 06. Em relação aos impressos de segurança dos tabelionatos de notas à lavratura dos atos notariais e aos documentos apresentados e arquivados, assinale a opção correta.**

**a) Documentos apresentados pelos interessados para a lavratura de atos notariais devem ser fisicamente arquivados, de forma segura e por processos que permitam busca.**

**b) Caso alguém compareça em tabelionato para lavrar ato que dependa da intervenção de advogado e não apresente um, caberá ao tabelião indicar um profissional com base em lista enviada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).**

**c) A autorização eletrônica de viagem (AEV) de crianças e adolescentes deve ser requerida, emitida e exibida às autoridades de fronteira e às empresas aéreas exclusivamente em meio digital, com código que permita conferir a autenticidade do documento.**

**d) A adoção de impressos de segurança nos tabelionatos de notas é obrigatória em todas as fases dos serviços notariais e de registro, incluindo-se a de preparação e formalização dos atos notariais praticados por meio do e-Notariado.**

**e) A pessoa interessada pode escolher o tabelião de notas para lavrar atos notariais correspondentes a inventário, partilha, divórcio, declaração de separação de fato e extinção de união estável consensuais, e, se houver processo judicial em curso acerca desses fatos, é possível pedir a suspensão do processo, com vistas à adoção da via extrajudicial.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre os impressos de segurança dos tabelionatos de notas.

A alternativa A está incorrecta. Art. 314, do CNN. “É permitido o arquivamento exclusivamente digital de documentos e papéis apresentados aos notários, seguindo as mesmas regras de organização dos documentos físicos.”

A alternativa B está incorrecta. Art. 9º, da Resolução 35/2007, do CNJ. “É vedada ao tabelião a indicação de advogado às partes, que deverão comparecer para o ato notarial acompanhadas de profissional de sua confiança. Se as partes não dispuserem de condições econômicas para contratar advogado, o tabelião deverá recomendar-lhes a Defensoria Pública, onde houver, ou, na sua falta, a Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.”

A alternativa C está incorrecta. Art. 9º, § 2º, do Provimento nº 103, de 04/06/2020, do CNJ. “A versão impressa da autorização eletrônica de viagem poderá ser apresentada pelo interessado, desde que observados os requisitos do *caput*.” Art. 9º, caput: “A Autorização Eletrônica de Viagem conterá, em destaque, a chave de acesso e QR Code para consulta e verificação da autenticidade na internet.”

A alternativa D está incorrecta. Atos de preparação e formalização dos atos notariais não necessitam de impressos de segurança.

A alternativa E está correta. Conforme Resolução 35/2007, do CNJ, artigos 1º e 2º. “Art. 1º Para a lavratura dos atos notariais relacionados a inventário, partilha, divórcio, declaração de separação de fato e extinção de união estável consensuais por via administrativa, é livre a escolha do tabelião de notas, não se aplicando as regras de competência do Código de Processo Civil. Art. 2º É facultada aos interessados a opção pela via judicial ou extrajudicial; podendo ser solicitada, a qualquer momento, a suspensão, pelo prazo de 30 dias, ou a desistência da via judicial, para promoção da via extrajudicial.”

### **QUESTÃO 07. No que concerne às procurações, inclusive ao substabelecimento, à revogação e à renúncia, assinale a opção correta.**

**a) É legalmente possível converter, no registro civil de pessoas naturais, união estável em casamento com base em mandato, seja este público ou particular.**

**b) O domicílio do procurador de uma pessoa jurídica é um fator que notários e registradores devem levar em conta para decidir sobre a comunicação à unidade de inteligência brasileira acerca de uma operação ou simples proposta de operação.**

**c) Para os atos notariais e de registro com conteúdo econômico, os delegatários devem manter cadastro dos titulares dos direitos envolvidos, não havendo necessidade de incluir os procuradores destes.**

**d) Não compete aos notários recusar a lavratura de ato notarial se verificarem a insubsistência dos poderes outorgados em uma procuração por se tratar de relação entre outorgante e outorgado.**

**e) Nos procedimentos de conciliação e de mediação nos serviços notariais e de registro, as pessoas naturais podem fazer-se representar por procurador, desde que mediante procuração pública.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata de procurações.

A alternativa A está incorrecta. A conversão, no registro civil de pessoas naturais, união estável em casamento é possível somente com base em mandato público. Art. 70-A, § 2º, da Lei Federal 6.015/1973: “A conversão da união estável em casamento deverá ser requerida pelos companheiros perante o oficial de registro civil de pessoas naturais de sua residência. § 2º Em caso de requerimento de conversão de união estável por mandato, a procuração deverá ser pública e com prazo máximo de 30 (trinta) dias.”

A alternativa B está correta. Conforme artigo 155-A, VII, do CNN/CNJ: “Na hipótese do art. 151, I, envolvendo dever de análise com especial atenção (art. 141, §§ 1.º e 3º), o notário e o registrador atentarão para operações, propostas de operação ou situações que, a partir dos documentos que lhes forem submetidos para a prática do ato: VII - se relacionem a pessoa jurídica cujos sócios, administradores, beneficiários finais, procuradores ou representantes legais mantenham domicílio em jurisdições consideradas pelo Gafi de alto risco ou com deficiências estratégicas em matéria de PLD/FTP”

A alternativa C está incorrecta. Conforme artigo 145, CNN/CNJ: "Notários e registradores identificarão e manterão cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico."

A alternativa D está incorrecta. Conforme artigo 145, CNN/CNJ: “Os notários deverão, antes da lavratura de ato notarial, verificar a atualidade dos poderes de uma procuração, abstendo-se da sua prática caso tenham conhecimento de que tenham sido revogados ou modificados.”

A alternativa E está incorrecta. Conforme artigo 26, § 1.º, CNN/CNJ: “Podem participar da conciliação e da mediação como requerente ou requerido a pessoa natural absolutamente capaz, a pessoa jurídica e os entes despersonalizados a que a lei confere capacidade postulatória. § 1.º A pessoa natural poderá ser representada por procurador devidamente constituído, mediante instrumento público ou particular com poderes para transigir e com firma reconhecida.”

**QUESTÃO 08. Assinale a opção correta no que diz respeito à usucapião extrajudicial.**

- a) Nos casos em que o requerente da usucapião extrajudicial é casado ou convive em união estável, é necessária a comprovação do consentimento do cônjuge ou companheiro.
- b) Se o pedido de usucapião for impugnado, o oficial de registro deverá remetê-lo ao juízo competente, independentemente do conteúdo da impugnação.
- c) O pedido de usucapião extrajudicial somente pode referir-se à aquisição do direito de propriedade.
- d) É juridicamente possível a usucapião extrajudicial de unidade autônoma de condomínio edilício, sendo dispensável, para esse fim, o consentimento dos titulares de direitos registrados ou averbados na matrícula dos imóveis confinantes.
- e) Cada requerimento de usucapião extrajudicial somente pode ter um imóvel por objeto.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Usucapião Extrajudicial.

A alternativa A está incorrecta. Conforme art. 401, § 4º, do Provimento 149/2023 do CNJ: “§ 4º Será dispensado o consentimento do cônjuge do requerente se estiverem casados sob o regime de separação absoluta de bens.”

A alternativa B está incorrecta. Conforme art. 415 do Provimento 149/2023 do CNJ: “Art. 415. Em caso de impugnação do pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião apresentada por qualquer dos titulares de direitos reais e de outros direitos registrados ou averbados na matrícula do imóvel usucapiendo ou na matrícula dos imóveis confinantes, por ente público ou por terceiro interessado, o oficial de registro de imóveis tentará promover a conciliação ou a mediação entre as partes interessadas.”

A alternativa C está incorrecta. Pode referir-se a demais direitos também, conforme art. 399, caput e § 1º, do Provimento 149/2023 do CNJ: “Art. 399. Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião formulado pelo requerente — representado por advogado ou por defensor público, nos termos do disposto no art. 216-A da LRP —, que será processado diretamente no óficio de registro de imóveis da circunscrição em que estiver localizado o imóvel usucapiendo ou a maior parte dele. § 1º O procedimento de que trata o caput poderá abranger a propriedade e os demais direitos reais passíveis da usucapião.”

A alternativa D está incorrecta. Conforme art. 403 do Provimento 149/2023 do CNJ: “Art. 403. Para o reconhecimento extrajudicial da usucapião de unidade autônoma integrante de condomínio edilício regularmente constituído e com construção averbada, bastará a anuência do síndico do condomínio.”

A alternativa E está incorrecta. Conforme art. 401, § 11, do Provimento 149/2023 do CNJ: “§ 11. Se o pedido da usucapião extrajudicial abrange mais de um imóvel, ainda que de titularidade diversa, o procedimento poderá ser realizado por meio de único requerimento e de ata notarial, se contíguas as áreas.”

**QUESTÃO 09. A respeito da qualificação dos títulos e de outros documentos de dívida nos tabelionatos de protesto, assinale a opção correta de acordo com o disposto na Lei n.º 9.492/1997.**

- a) No processo de qualificação dos títulos apresentados a protesto, o tabelião deve levar em conta, como fator relevante, as repercussões econômicas do possível protesto.**
- b) Apenas o titular do tabelionato de protestos pode proceder à qualificação dos títulos que lhe sejam apresentados, não podendo delegar essa competência.**
- c) Visando à prevenção da lavagem de bens, do financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa (PLD/FTP), os tabeliões de protesto, no processo de qualificação, podem exigir quaisquer elementos que reputem necessários para o esclarecimento do negócio jurídico.**
- d) Estritamente de acordo com a lei, títulos apresentados a protesto que hajam sido atingidos pela prescrição não devem ser aceitos.**
- e) Irregularidades formais no título podem causar-lhe a desqualificação se não forem atendidas as exigências do tabelião, devendo a decisão de desqualificação do título ser motivada.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre qualificação dos títulos e outros documentos de dívidas, nos termos da Lei n.º 9.492/1997.

A alternativa A está incorrecta. A análise econômica do negócio não será objeto de análise para a qualificação. Há a somente a análise do título objetivamente, ou seja, os aspectos formais, nos termos do art. 9º da Lei n.º 9.492/1997. Vejamos: “Art. 9º Todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e terão curso se não apresentarem vícios, não cabendo ao Tabelião de Protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade.”

A alternativa B está incorrecta. Consoante o art. 20 da Lei 8.935, há a possibilidade dos atos serem executados por substitutos. Além disso, não há previsão na Lei n.º 9.492/1997. Logo, podemos descartar essa alternativa.

A alternativa C está incorrecta. Essa alternativa pode ser descartada de pronto, pois, a Lei n.º 9.492/1997 não versa sobre lavagem de bens para o financiamento do terrorismo (Provimento 149/2023).

A alternativa D está incorrecta. Não há a análise de prescrição e decadência, consoante o disposto no art. 9º da Lei n.º 9.492/1997.

A alternativa E está correta. Havendo a regularidade formal, o tabelião devolve nota devolutiva na desqualificação devidamente motivada. Irregularidades formais terão a desqualificação (sendo ela motivada): “Art. 9º Todos os títulos e documentos de dívida protocolizados serão examinados em seus caracteres formais e terão curso se não apresentarem vícios, não cabendo ao Tabelião de Protesto investigar a ocorrência de prescrição ou caducidade; Art. 395. A recusa da lavratura do protesto deverá ser manifestada em nota devolutiva, por escrito, com exposição de seus fundamentos; Art. 371. Nenhum

valor será devido pelo exame do título ou documento de dívida devolvido ao apresentante por motivo de irregularidade formal."

**QUESTÃO 10. Com relação ao funcionamento da Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Tabeliães de Protesto (CENPROT), assinale a opção correta.**

- a) Os tabeliães de protestos podem realizar auditoria sobre o cumprimento de prazos e procedimentos pelos tabelionatos, e, na hipótese de constatação de descumprimento, a comunicação aos órgãos de correição não será imediata.**
- b) Deve haver apenas uma CENPROT, de caráter nacional.**
- c) Cabe à assembleia de tabeliães de protesto definir a contraprestação pelo envio de informações dos tabelionatos à CENPROT, sujeita à homologação pelo CNJ.**
- d) A CENPROT não pode ser empregada para intimar possíveis devedores de títulos apresentados a protesto.**
- e) As informações obtidas mediante acesso de pessoas físicas e jurídicas à CENPROT, para consulta de adimplemento de títulos e documentos de dívida, têm valor jurídico de certidão.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. Entretanto, a alternativa A também pode estar correta, sendo essa questão passível de anulação. A questão trata sobre a Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Tabeliães de Protesto.

A alternativa A está correta. Ainda que representado por suas entidades, poderão fazer auditoria. E com a geração da autogestão online, eles devem encaminhar ao juízo competente e, em se tratando de Corregedoria Nacional e Corregedoria de Justiça, Normas, verificarão o excesso de prazo consoante a observância do relatório que serão enviados aos órgãos correcionais, nos termos do Provimento 149/2023 em seu art. 261. Vejamos: "Os tabeliães de protesto, ainda que representados por sua entidade escolhida, poderão realizar auditoria, com monitoramento automático do descumprimento de prazos, horários e procedimentos incumbidos aos tabeliães de protesto, atividade denominada "Autogestão on-line" com a geração de relatórios a serem encaminhados ao juízo competente e, quando for o caso, à Corregedoria Nacional de Justiça e à respectiva Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ). Parágrafo único. A atuação prevista no caput será preventiva, com o propósito de autogestão da atividade, notificando os tabeliães que incorram em excesso de prazo ou não observância de procedimentos legais e normativos, antes do envio de relatórios aos órgãos correcionais."

A alternativa B está incorrecta. Não se limita a CENPROT nacional, somente. Há a previsão de CENPROT SECCIONAL. Vejamos o disposto no Art. 258 do Provimento 149/2023: "A CENPROT será operada, mantida e administrada conforme deliberação da assembleia-geral dos tabeliães de protesto de títulos, podendo ser delegada à entidade nacional representativa da categoria. § 1º Poderão ser instituídas CENPROT seccionais na forma e locais definidos pela assembleia-geral dos tabeliães de protesto de

títulos. § 2º A CENPROT e as seccionais instaladas se subordinam às normas, à auditagem e à fiscalização da Corregedoria Nacional de Justiça e da Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ) respectiva.”

A alternativa C está incorrecta. Não geram pagamentos, pois será de responsabilidade exclusiva do tabelião de protesto a consequência pela eventual omissão. Vejamos o Art. 260 do Provimento 149/2023: “Art. 260. As informações enviadas pelos tabeliões de protesto de títulos à CENPROT, na forma e no prazo estabelecido pela Central, não geram o pagamento aos tabelionatos de protesto de emolumentos ou de quaisquer outras despesas decorrentes do envio. Parágrafo Único. Será de responsabilidade exclusiva do tabelião de protesto de títulos as consequências pela eventual omissão de informação que deveria ter sido enviada à CENPROT.”

A alternativa D está correta. De fato, por norma, a CENPROT não será utilizada para realizar a referida intimação. O tabelião irá ter acesso às informações compartilhadas na CENPROT. Vejamos o disposto no Art. 134 do Provimento 149/2023: “Antes da expedição do edital para intimação do devedor, o tabelião poderá buscar outros endereços em sua base de dados, nos endereços em que outros tabeliões realizaram a intimação, desde que na mesma base da sua competência territorial, ou nos endereços eletrônicos, a serem compartilhados por meio da CENPROT, bem como nos endereços constantes de bases de natureza jurídica pública e de acesso livre e disponível ao tabelião. Parágrafo único. A CENPROT deverá compartilhar entre os tabeliões os endereços em que foi possível a realização da intimação de devedores, acompanhado do CNPJ ou CPF do intimado, bem como da data de efetivação. (vide artigo 356 Normas Nacionais).” Ressalta-se que a CENPROT poderá ser utilizada eventualmente, por se tratar de meio eletrônico, nos termos do artigo 356, § 5º e §6º. Vejamos: “O tabelião de protesto poderá utilizar meio eletrônico ou aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para enviar as intimações, caso em que a intimação será considerada cumprida quando comprovado o seu recebimento por meio de confirmação de recebimento da plataforma eletrônica ou outro meio eletrônico equivalente. (redação dada pelo Provimento n. 186, de 26.11.2024) § 6º. Quando o endereço do devedor for fora da competência territorial do tabelionato, o tabelião, antes de intimar o devedor por edital, deve esgotar os meios de localização, notadamente com o envio de intimação por via postal, no endereço fornecido por aquele que procedeu ao apontamento do protesto, sendo a intimação do protesto consumada por edital se, decorridos dez dias úteis da expedição da intimação, não retornar ao tabelionato de protesto o comprovante de sua entrega ou, se dentro desse prazo, retornar com alguma das ocorrências ensejadoras da publicação do edital. – vide ainda o artigo 368 das normas nacionais (provimento 149/2023).

A alternativa E está incorrecta. Sendo uma informação, não é certidão. A saber: “Art. 259. A CENPROT deve disponibilizar, por meio da rede mundial de computadores (internet) pelo menos, os seguintes serviços: III — fornecimento de informação complementar acerca da existência de protesto e sobre dados ou elementos do registro, quando o interessado dispensar a certidão;”.

## **QUESTÃO 11. Acerca da publicidade da situação jurídica de bens, restrições e limitações de direitos no registro de imóveis, assinale a opção correta.**

- a) Toda certidão deve ser emitida pelo registro imobiliário no prazo máximo de cinco dias, contados do pagamento dos emolumentos correspondentes.**

**b) No caso de certidão de inteiro teor acerca de imóvel, tecnicamente não há necessidade de a serventia registral indicar adicionalmente, de forma expressa, a inexistência de ônus incidente sobre ele.**

**c) Cada serventia registral está autorizada a receber apenas pedidos de certidão dos atos nela registrados.**

**d) A publicidade das informações existentes no registro de imóveis deve dar-se de forma invariavelmente indireta, mediante expedição de certidões e informações, para a devida segurança dos dados.**

**e) Informações consistem na comunicação de elementos do registro imobiliário, sendo realizadas geralmente de forma verbal, destinadas a qualquer pessoa e caracterizadas como menos amplas que as certidões.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Publicidade.

A alternativa A está incorrecta. Conforme art. 19, § 10, da lei 6.015/73: “§ 10. As certidões do registro de imóveis, inclusive aquelas de que trata o § 6º deste artigo, serão emitidas nos seguintes prazos máximos, contados a partir do pagamento dos emolumentos: I - 4 (quatro) horas, para a certidão de inteiro teor da matrícula ou do livro auxiliar, em meio eletrônico, requerida no horário de expediente, desde que fornecido pelo usuário o respectivo número; II - 1 (um) dia, para a certidão da situação jurídica atualizada do imóvel; e III - 5 (cinco) dias, para a certidão de transcrições e para os demais casos.”

A alternativa B está incorrecta. Conforme art. 19, § 11, da lei 6.015/73: “§ 11. No âmbito do registro de imóveis, a certidão de inteiro teor da matrícula conterá a reprodução de todo seu conteúdo e será suficiente para fins de comprovação de propriedade, direitos, ônus reais e restrições sobre o imóvel, independentemente de certificação específica pelo oficial.”

A alternativa C está incorrecta. A certidão pode ser solicitada a qualquer serventia, conforme art. 19, § 6º, da lei 6.015/73: “§ 6º O interessado poderá solicitar a qualquer serventia certidões eletrônicas relativas a atos registrados em outra serventia, por meio do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp), nos termos estabelecidos pela Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça.”

A alternativa D está incorrecta. É de forma direta. Conforme artigos 16 e 17 da Lei 6.015/73: “Art. 16. Os oficiais e os encarregados das repartições em que se façam os registros são obrigados: 1º a lavrar certidão do que lhes for requerido; 2º a fornecer às partes as informações solicitadas.”; e “Art. 17. Qualquer pessoa pode requerer certidão do registro sem informar ao oficial ou ao funcionário o motivo ou interesse do pedido.”

A alternativa E está incorrecta. A informação é o conteúdo, e a certidão é a formalização e autenticação desse conteúdo, conferindo-lhe status de prova oficial e validade jurídica. Ademais, a certidão é mais ampla, é ela que contém as informações. Conforme art. 19, § 9º, da Lei 6.015/73: “§ 9º A certidão da situação jurídica atualizada do imóvel comprehende as informações vigentes de sua descrição, número de contribuinte, proprietário, direitos, ônus e restrições, judiciais e administrativas, incidentes sobre o

imóvel e o respectivo titular, além das demais informações necessárias à comprovação da propriedade e à transmissão e à constituição de outros direitos reais."

**QUESTÃO 12. Assinale a opção correta em relação à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB).**

- a) É juridicamente admissível o uso da CNIB em demandas não tributárias entre particulares, mas em caráter subsidiário, isto é, desde que esgotados outros meios executivos.
- b) Devido à necessidade de satisfação célere do crédito e à liquidez e exigibilidade dos títulos que fundamentam execuções, dispensa-se aos juízes a observação do princípio do contraditório ao decidirem utilizar a CNIB em ações executivas.
- c) Apenas autoridades judiciais podem determinar o cadastramento de ordens de indisponibilidade de bens na CNIB.
- d) O cadastramento de ordens de indisponibilidade de bens junto à CNIB pode ser realizado com base na inscrição no CPF ou no CNPJ e, no caso de pessoas naturais, em regra, com base em documentos autênticos, como certidão de nascimento ou de casamento, cédula de identidade e outros documentos que permitam identificação segura do devedor.
- e) Ordens de indisponibilidade de bens na CNIB somente podem ser aceitas se, desde o início, contiverem todos os dados necessários ao cadastramento.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB).

A alternativa A está correta. Conforme posição do STJ: "(...) 2. O propósito recursal consiste em decidir se é cabível a utilização da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) em execução de título extrajudicial ajuizada por particular. 3. O art. 185-A do Código Tributário Nacional estabelece que "na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos". (...) 5. A partir da declaração de constitucionalidade do art. 139, IV, do CPC pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 5.941/DF, DJe 9/2/2023), bem como com amparo no princípio da efetividade da jurisdição (arts. 4º e 6º do CPC), as Turmas que compõem a Segunda Seção desta Corte têm decidido pela possibilidade de utilização da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) nas demandas cíveis, de maneira subsidiária, isto é, desde que exauridos os meios executivos típicos, (...)" (STJ. Recurso Especial 2.141.068. Min. Rel. Nancy Andrighi. Assinado em 19/06/2024).

A alternativa B está incorrecta. Conforme decidido pelo STF no julgamento da ADI 5941/DF: "(...) 5. Os poderes do juiz no processo, por conseguinte, incluem "determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou subrogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária" (artigo 139, IV), obedecidos o devido processo legal, a proporcionalidade, a eficiência, e, notadamente, a sistemática positivada no

próprio NCPC, cuja leitura deve ser contextualizada e razoável à luz do texto legal. (...) “. (STF. Plenário. ADI 5941/DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 9/02/2023). Em complemento, eventual deferimento da ordem de indisponibilidade inaudita altera pars não é supressão do contraditório, mas deferimento do momento deste em razão do periculum in mora.

A alternativa C está incorrecta. Conforme art. 320-A, § 2º, do Provimento 149/2023 do CNJ: “§ 2º Terão acesso à CNIB todas as autoridades judiciais e administrativas autorizadas em lei a decretarem a indisponibilidade de bens.”

A alternativa D está incorrecta. O Provimento 149/2023 do CNJ fala apenas em CPF e CNPJ, não trazendo os demais documentos mencionados pela alternativa. Conforme art. 320-A, § 1º, do Provimento 149/2023 do CNJ: “Art. 320-A. A CNIB tem por finalidade o cadastramento de ordens de indisponibilidade de bens específicos ou do patrimônio indistinto, bem como das ordens para cancelamento de indisponibilidade. § 1º O cadastramento das ordens será realizado pelo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), com propósito de afastar risco de homonímia.”

A alternativa E está incorrecta. É possível complementação. Conforme art. 320-E, parágrafo único, do Provimento 149/2023 do CNJ: “Parágrafo único. As ordens de indisponibilidade e de cancelamento com cadastramento incompleto serão exibidas na tela inicial da autoridade responsável, para a devida complementação, no prazo de 90 (noventa) dias, sob pena de exclusão.”

### **QUESTÃO 13. Acerca do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI) e da cobrança de valores de consumidores finais, assinale a opção correta de acordo com os Provimentos da Corregedoria Nacional de Justiça n.º 89/2019, n.º 107/2020 e n.º 115/2021.**

- a) Em casos extraordinários ou urgentes a serem imediatamente comunicados à respectiva corregedoria de justiça, os ofícios de registro de imóveis podem receber pedidos e documentos referentes ao SREI por email.**
- b) No caso de uma serventia acumular mais de uma especialidade, além do registro imobiliário, sua cota de participação no Fundo para Implementação e Custeio do Serviço de Registro Eletrônico de Imóveis (FIC/SREI) deve incidir apenas sobre os atos pertinentes ao registro de imóveis:**
- c) No caso de pedido efetuado por meio do Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado (SAEC), o usuário remoto deve informar email para comunicação de notas de exigência, quando necessárias.**
- d) Em nenhuma hipótese poderá ser cobrado valor de consumidor final por serviços prestados pelas centrais registrais e notariais, os quais devem ser custeados pelos delegatários, interinos e intervenientes.**
- e) É obrigatória a existência de uma central de serviços eletrônicos compartilhados dos oficiais de registro de imóveis em cada unidade da Federação.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis (SREI).

A alternativa A está incorrecta. Conforme art. 33, inciso I, do Provimento 89/2019 do CNJ: “Art. 33. Aos ofícios de registro de imóveis é vedado: I – recepcionar ou expedir documentos eletrônicos por e-mail ou serviços postais ou de entrega;”.

A alternativa B está correta. Conforme art. 3º, § 3º, do Provimento 115/2021 do CNJ: “§ 3º Na hipótese de a serventia acumular mais de uma especialidade, a cota de participação do FIC/SREI é devida apenas sobre os atos do serviço de registro de imóveis, excluídos os demais atos praticados na respectiva serventia que sejam relacionados com as competências das outras especialidades.”

A alternativa C está incorrecta. Conforme art. 2º, VII, do Provimento 61/2017 do CNJ: “Art. 2º No pedido inicial formulado ao Poder Judiciário e no requerimento para a prática de atos aos serviços extrajudiciais deverão constar obrigatoriamente, sem prejuízo das exigências legais, as seguintes informações: VII – endereço eletrônico.”

A alternativa D está incorrecta. O artigo 1º do Provimento 107/2020 do CNJ determina ser proibida a cobrança de valores do consumidor final sem devida previsão legal. Logo, não seria “em nenhuma hipótese”, como diz a alternativa, pois se a lei autorizar, é sim possível tal cobrança. Vejamos o texto dos arts. 1º e 2º do Provimento 107/2020: “Art. 1º É proibida a cobrança de qualquer valor do consumidor final relativamente aos serviços prestados pelas centrais registrais e notariais, de todo o território nacional, ainda que travestidas da denominação de contribuições ou taxas, sem a devida previsão legal.”; e “Art. 2º Os custos de manutenção, gestão e aprimoramento dos serviços prestados pelas centrais devem ser resarcidos pelos delegatários, interinos e intervenientes vinculados as entidades associativas coordenadoras.”

A alternativa E está incorrecta. Não há tal obrigatoriedade. Conforme art. 24, § 2º, do Provimento 89/2019 do CNJ: “§ 2º Onde não seja possível ou conveniente a criação e manutenção de serviços próprios, o tráfego eletrônico far-se-á mediante central de serviço eletrônico compartilhado que funcione em outro Estado ou no Distrito Federal ou exclusivamente pelo SAEC.”

## **QUESTÃO 14. Cabe ao registro civil de pessoas naturais:**

- a) Averbar a união estável caso ela seja estabelecida por escritura pública, independentemente de autorização judicial.**
- b) Averbar a união estável caso ela seja estabelecida por escritura pública, desde que com a devida autorização judicial.**
- c) Averbar a união estável declarada judicialmente.**
- d) Registrar a união estável declarada judicialmente ou estabelecida por escritura pública.**

**e) Lavrar escritura pública de reconhecimento de união estável e averbá-la no registro de nascimento dos conviventes.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Registro de Pessoas Naturais, mais precisamente sobre Emancipação, Interdição e Ausência, e sobre União Estável.

O artigo 94-A da Lei 6.015/73 determina o seguinte: “Art. 94-A. Os registros das sentenças declaratórias de reconhecimento e dissolução, bem como dos termos declaratórios formalizados perante o oficial de registro civil e das escrituras públicas declaratórias e dos distratos que envolvam união estável, serão feitos no Livro E do registro civil de pessoas naturais em que os companheiros têm ou tiveram sua última residência, e dele deverão constar: I - data do registro; II - nome, estado civil, data de nascimento, profissão, CPF e residência dos companheiros; III - nome dos pais dos companheiros; IV - data e cartório em que foram registrados os nascimentos das partes, seus casamentos e uniões estáveis anteriores, bem como os óbitos de seus outros cônjuges ou companheiros, quando houver; V - data da sentença, trânsito em julgado da sentença e vara e nome do juiz que a proferiu, quando for o caso; VI - data da escritura pública, mencionados o livro, a página e o tabelionato onde foi lavrado o ato; VII - regime de bens dos companheiros; VIII - nome que os companheiros passam a ter em virtude da união estável.”

A alternativa D está correta. Conforme art. 94-A, cabe ao registro civil de pessoas naturais registrar a união estável declarada judicialmente ou estabelecida por escritura pública.

As alternativas A, B, C e E estão automaticamente incorrectas, posto que contradizem o dispositivo supracitado, ou trazem hipóteses que a Lei 6.015/73 não faz menção alguma.

**QUESTÃO 15. Assinale a opção em que são indicados atos de competência do registrador civil de pessoas naturais realizados por meio de averbação.**

**a) Alterações de nomes.**

**b) Interdições.**

**c) Sentenças declaratórias de ausência.**

**d) Opções de nacionalidade.**

**e) Sentenças que deferirem a legitimação adotiva.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Registro de Pessoas Naturais, mais precisamente sobre a averbação.

Nesse sentido, os atos que obrigatoriamente são objeto de Averbação em Registro Civil das Pessoas Naturais estão previstos na Lei 6.015/73 (Lei de Registros Públicos - LRP), em seu art. 29, § 1º. Vejamos:

“§ 1º Serão averbados: a) as sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento, o desquite e o restabelecimento da sociedade conjugal; b) as sentenças que julgarem ilegítimos os filhos concebidos na constância do casamento e as que declararem a filiação legítima; c) os casamentos de que resultar a legitimação de filhos havidos ou concebidos anteriormente; d) os atos judiciais ou extrajudiciais de reconhecimento de filhos ilegítimos; e) as escrituras de adoção e os atos que a dissolverem; f) as alterações ou abreviaturas de nomes.” Complementarmente, o art. 56, § 2º, da Lei 6.015/73 traz o seguinte: “§ 2º A averbação de alteração de prenome conterá, obrigatoriamente, o prenome anterior, os números de documento de identidade, de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, de passaporte e de título de eleitor do registrado, dados esses que deverão constar expressamente de todas as certidões solicitadas.”

A alternativa A está correta. Tomando por base o disposto no art. 29, § 1º, especialmente alínea “f”, da Lei 6.015/73, é ato de competência do registrador civil de pessoas naturais realizados por meio de averbação a alteração de nomes.

As alternativas B, C, D e E estão incorrectas. Tais hipóteses não são mencionadas pelo referido art. 29, § 1º, da Lei 6.015/73.

## **QUESTÃO 16. O Código Civil de 2002 inovou ao prever que os cartórios de registro civil de pessoas jurídicas registrem:**

- a) Sociedades simples.**
- b) Empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias.**
- c) Empresas de agenciamento de notícias.**
- d) Empresas jornalísticas.**
- e) Oficinas impressoras pertencentes a pessoas jurídicas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Registro Civil de Pessoas Jurídicas, mais especificamente sobre o Registro.

Especificamente no tocante às inovações trazidas pelo CC/02, o referido Código, em seu Livro II, relativo ao Direito de Empresa, traz, quanto ao registro, em seu artigo 1150: “Art. 1.150. O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às normas fixadas para aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.”

A alternativa A está correta. Há previsão de que os cartórios de registro civil de pessoas jurídicas registrem Sociedades simples, conforme art. 1.150 do CC/02.

As alternativas B, C, D e E estão automaticamente incorrectas. Não há menção a tais espécies empresárias no CC/02.

**QUESTÃO 17. Acerca dos emolumentos devidos ao ofício de registro de imóveis pelo cadastramento de ordem de indisponibilidade de imóvel determinada em juízo, julgue os itens a seguir.**

**I. Os emolumentos devidos pelo ato de indisponibilidade serão pagos conjuntamente com os de seu cancelamento caso não haja exigência de antecipação.**

**II. O pagamento dos emolumentos independe de a parte no processo ser beneficiária de justiça gratuita.**

**III. O cancelamento da indisponibilidade, quando decorrente de ordem judicial, dispensa o pagamento dos emolumentos.**

**IV. Não são previstas isenções ou imunidades para o pagamento de tais emolumentos.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Nenhum item está certo.**

**b) Apenas o item I está certo.**

**c) Apenas o item II está certo.**

**d) Apenas o item III está certo.**

**e) Apenas o item IV está certo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Registro de Imóveis, mais precisamente sobre os Emolumentos.

O item I está correto. Conforme art. 320-C, parágrafo único, do Provimento 149/2023 do CNJ: “Parágrafo único. Excetuadas situações abrangidas por isenções e imunidades previstas em Lei, ou ordem judicial em contrário, os emolumentos devidos pelo ato de indisponibilidade serão pagos conjuntamente com os de seu cancelamento, quando praticado sem a exigência da antecipação, pelo interessado que fizer o pedido de cancelamento ao oficial de registro de imóveis.”

O item II está incorrecto. Conforme art. 320-C, caput, do Provimento 149/2023 do CNJ: “Art. 320-C. A ordem judicial para cancelamento de indisponibilidade deverá indicar se a pessoa atingida é beneficiária da Justiça Gratuita e, nessa situação, a averbação deverá ser efetivada pelo oficial do registro de imóveis sem ônus para os que ocupem ou que tenham ocupado posições de partes processuais, no âmbito das Justiças Comum ou Especial.”

O item III está incorrecto. O cancelamento da indisponibilidade, não dispensa o pagamento dos emolumentos, conforme já exposto na explicação dos Itens I e II, e conforme art. 320-C, caput e parágrafo único, também já transcritos acima.

O item IV está incorrecto. São sim previstos, a exemplo dos beneficiários da justiça gratuita, conforme já exposto na explicação dos Itens I e II, e conforme art. 320-C, caput e parágrafo único, também já transcritos acima.

**QUESTÃO 18. Assinale a opção em que é citada atividade da Central do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas, de acordo com o Provimento CNJ n.º 149/2023.**

- a) Recepção de títulos em formato físico (papel) para fins de inserção no próprio sistema, dispensando-se, assim, o envio para o registro em cartório de outra comarca.**
- b) Intercâmbio de documentos eletrônicos e físicos entre os ofícios de registro de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas e o Poder Judiciário.**
- c) Tramitação de pedidos de certidões direcionados aos cartórios, para que o cartório de destino os insira no sistema da Central.**
- d) Formação, nos cartórios competentes, de repositórios registrais eletrônicos para o acolhimento de dados e o armazenamento de documentos eletrônicos.**
- e) Recepção e envio de títulos físicos e em formato eletrônico.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Central do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas, (Provimento 149/2023 do CNJ).

A alternativa A está incorrecta. Não se dispensa o envio para o registro em cartório de outra comarca; pelo contrário: é este justamente o objetivo. Conforme art. 247, inciso V, do Provimento 149/2023 do CNJ: “Art. 247. O sistema de registro eletrônico de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas deverá ser implantado e integrado por todos os oficiais de registro de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas de cada Estado e do Distrito Federal e dos Territórios, e compreende: V - a recepção de títulos em formato físico (papel) para fins de inserção no próprio sistema, objetivando enviá-los para o registro em cartório de outra comarca.”

A alternativa B está incorrecta. Não se fala em documentos físicos; são apenas documentos eletrônicos. Conforme art. 247, inciso I, do Provimento 149/2023 do CNJ: “Art. 247. O sistema de registro eletrônico de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas deverá ser implantado e integrado por todos os oficiais de registro de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas de cada Estado e do Distrito Federal e dos Territórios, e compreende: I - o intercâmbio de documentos eletrônicos e de informações entre os ofícios de registro de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas, o Poder Judiciário, a Administração Pública e o público em geral;”

A alternativa C está incorrecta. O art. 247 do Provimento 149/2023 do CNJ não traz, em seus incisos, tal possibilidade de forma expressa.

A alternativa D está correta. Conforme art. 247, inciso IV, do Provimento 149/2023 do CNJ: “Art. 247. O sistema de registro eletrônico de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas deverá ser implantado e integrado por todos os oficiais de registro de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas de cada Estado e do Distrito Federal e dos Territórios, e compreende: IV - a formação, nos cartórios competentes, de repositórios registrais eletrônicos para o acolhimento de dados e o armazenamento de documentos eletrônicos;”.

A alternativa E está incorrecta. Não se fala em documentos físicos; são apenas documentos eletrônicos. Conforme art. 247, inciso II, do Provimento 149/2023 do CNJ: “Art. 247. O sistema de registro eletrônico de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas deverá ser implantado e integrado por todos os oficiais de registro de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas de cada Estado e do Distrito Federal e dos Territórios, e compreende: II - a recepção e o envio de títulos em formato eletrônico;”.

## **QUESTÃO 19. É necessária prévia autorização do Ministério Público para o registro, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, de atos constitutivos de:**

- a) Fundações.**
- b) Associações.**
- c) Organizações religiosas.**
- d) Sindicatos.**
- e) Empresas de radiodifusão.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Registro Civil de Pessoas Jurídicas, mais especificamente sobre o Registro.

O Código Civil, sobre o tema do Registro de pessoas jurídicas de direito privado, traz observação interessante, em seu artigo 45: “Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.”

E, no tocante à necessidade de autorização pelo Ministério Público, o Código Civil quem traz o regramento em seu artigo 66. Vejamos: “Art. 66. Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas. § 1º Se funcionarem no Distrito Federal ou em Território, caberá o encargo ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. § 2º Se estenderem a atividade por mais de um Estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao respectivo Ministério Público.”

A alternativa A está correta. É necessária prévia autorização do Ministério Público para o registro, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, de atos constitutivos de Fundações.

Corroborando, o art. 930, § 2º, do Provimento CGJ nº 1/2017 (Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Roraima): “§ 2º O registro de atos relativos a uma fundação só será feito se devidamente autorizado pelo Ministério Público.”

As alternativas B, C, D e E estão automaticamente incorrectas. O Código Civil, em nenhum de seus 2.046 artigos, faz qualquer ressalva de necessidade de autorização pelo MP do registro de tais entidades.

**QUESTÃO 20. Em conformidade com a Lei de Registros Públicos, é admissível que se registre facultativamente qualquer documento no registro civil de títulos e documentos, com a finalidade de:**

- a) Notificação extrajudicial.**
- b) Produção de efeitos em relação a terceiros.**
- c) Preparação para protesto.**
- d) Arquivamento de conteúdo e data.**
- e) Cobrança de dívidas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Registro Civil de Títulos e Documentos, mais especificamente sobre as Atribuições e o Registro Facultativo.

Especificamente sobre o registro facultativo, o artigo 127-A determina o seguinte: “Art. 127-A. O registro facultativo para conservação de documentos ou conjunto de documentos de que trata o inciso VII do caput do art. 127 desta Lei terá a finalidade de arquivamento de conteúdo e data, não gerará efeitos em relação a terceiros e não poderá servir como instrumento para cobrança de dívidas, mesmo que de forma velada, nem para protesto, notificação extrajudicial, medida judicial ou negativação nos serviços de proteção ao crédito ou congêneres. Analisemos as alternativas.

A alternativa A está incorrecta. O art. 127-A da Lei 6.015/73, acima transcrito, determina expressamente não ser possível utilizar o registro facultativo para notificação extrajudicial.

A alternativa B está incorrecta. O art. 127-A da Lei 6.015/73, acima transcrito, determina expressamente que o registro facultativo não gerará efeitos em relação a terceiros.

A alternativa C está incorrecta. O art. 127-A da Lei 6.015/73, acima transcrito, determina expressamente não ser possível utilizar o registro facultativo para protesto.

A alternativa D está correta. O registro facultativo pode ser sim utilizado para finalidade de arquivamento de conteúdo e data, conforme art. 127-A da Lei 6.015/73, acima transscrito.

A alternativa E está incorrecta. O art. 127-A da Lei 6.015/73, acima transscrito, determina expressamente não ser possível utilizar o registro facultativo para cobrança de dívidas, mesmo que de forma velada.

**QUESTÃO 21. Consoante a Lei de Registros Públicos, o registro de títulos e documentos não exige reconhecimento de firma, cabendo exclusivamente ao apresentante a responsabilidade pela autenticidade das assinaturas constantes de documento particular. Todavia, o reconhecimento de firma é exigido em:**

- a) Carta de fiança, em geral, feita por instrumento particular.**
- b) Contrato de locação de serviços não atribuídos a outras repartições.**
- c) Contrato de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não.**
- d) Documento de quitação da obrigação constante do título registrado, quando apresentado em meio físico.**
- e) Contrato de locação de prédios.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Registro Civil de Títulos e Documentos, mais especificamente sobre as Atribuições e o Reconhecimento de Firma.

Especificamente quanto ao reconhecimento de firma, o artigo 130 da Lei 6.015/73 determina não ser exigido o reconhecimento de firma, vejamos: “§ 2º O registro de títulos e documentos não exigirá reconhecimento de firma, e caberá exclusivamente ao apresentante a responsabilidade pela autenticidade das assinaturas constantes de documento particular.” No entanto, no parágrafo 3º do mesmo artigo, é feita uma ressalva: O reconhecimento de firma é necessário quando o documento de quitação ou de exoneração da obrigação constante do título registrado for apresentado em meio físico. A seguir: “§ 3º O documento de quitação ou de exoneração da obrigação constante do título registrado, quando apresentado em meio físico, deverá conter o reconhecimento de firma do credor.”

A alternativa D está correta. Conforme art. 130, § 3º, da Lei 6.015/73, o reconhecimento de firma é necessário quando o documento de quitação ou de exoneração da obrigação constante do título registrado for apresentado em meio físico.

As alternativas A, B, C e E estão automaticamente incorrectas. A Lei 6.015/73 não traz nenhuma ressalva em relação a elas; enquadram-se, portanto, na regra geral de que não é necessário o reconhecimento de firma.

**QUESTÃO 22. Caso um oficial de registro cause, no exercício de suas funções, dano a terceiro, responderá pelo dano**

- a) o Estado, subjetivamente, admitindo-se regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.**
- b) o Estado, objetivamente, com o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.**
- c) o Estado, subjetivamente, com o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa.**
- d) o Estado, objetivamente, não se admitindo o regresso contra o responsável, ainda que se comprove dolo ou culpa.**
- e) O oficial de registro, admitindo-se regresso contra o Estado.**

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra B**. A questão necessitava de conhecimento sobre a responsabilidade civil contra atos dos registradores.

A alternativa B está correta. Conforme o Tema 777, do STF, "O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa".

**QUESTÃO 23. Segundo disposto na Lei n.º 8.009/1990, o bem de família é, por regra, impenhorável. Essa impenhorabilidade é oponível em processo de execução movido**

- a) para a cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar.**
- b) para a execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.**
- c) por ter sido o bem adquirido com produto de crime.**
- d) pelo titular do crédito decorrente do financiamento destinado à construção, no limite dos créditos e acréscimos constituídos em função do respectivo contrato.**
- e) em razão dos créditos de trabalhadores da própria residência.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou da impenhorabilidade do bem de família.

Para responder a esta questão, precisamos da inteligência da lei 8.009/1990, que irá nos dizer em quais situações a impenhorabilidade do bem de família é oponível em processo de execução: “Art. 3º A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido: II - pelo titular do crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel, no limite dos créditos e acréscimos constituídos em função do respectivo contrato; III – pelo credor da pensão alimentícia, resguardados os direitos, sobre o bem, do seu coproprietário que, com o devedor, integre união estável ou conjugal, observadas as hipóteses em que ambos responderão pela dívida; IV - para cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas e contribuições devidas em função do imóvel familiar; V - para execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar; VI - por ter sido adquirido com produto de crime ou para execução de sentença penal condenatória a resarcimento, indenização ou perdimento de bens. VII - por obrigação decorrente de fiança concedida em contrato de locação.

A alternativa E está correta, pois é a única alternativa que dispõe uma situação em que o bem não pode ser penhorado. Já em relação às demais alternativas (A, B, C e D) são exceções previstas no Artigo 3º da Lei n.º 8.009/1990, ou seja, são situações em que a impenhorabilidade NÃO é oponível, e o bem pode, sim, ser penhorado.

**QUESTÃO 24. Com vistas a facilitar a instalação de microempresas, a Lei Complementar n.º 123/2004 permite ao município conceder alvará de funcionamento provisório, desde que:**

- a) o imóvel seja de propriedade de qualquer dos sócios.**
- b) a edificação seja provida de regulação fundiária e imobiliária.**
- c) a microempresa não seja instalada em residência de sócio.**
- d) o grau de risco da atividade não seja alto.**
- e) a edificação possua habite-se.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre alvará de funcionamento de microempresas. Aqui cabe uma ressaltava importante: a Lei n.º 123 é do ano de 2006, não de 2004.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 7º, quando o grau de risco da atividade não for alto, é permitido que o município conceda o alvará de funcionamento provisório. Vejamos: “Art. 7º Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, os Municípios emitirão Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro.”

As alternativas A, B, C e E estão incorrectas, por contrariarem o disposto no art. 7º, parágrafo único e seus incisos.

**QUESTÃO 25. Segundo o disposto no Provimento CNJ n.º 50/2015, sujeita-se a descarte nos registros civis de pessoas naturais:**

**I. declaração de nascido vivo.**

**II. livro tombo.**

**III. declaração de óbito.**

**IV. habilitação para casamento celebrado.**

**V. documento que tenha instruído o registro de opção de nacionalidade.**

**Estão certos apenas os itens**

**a) I, II, III e IV.**

**b) I, II, III e V.**

**c) I, II, IV e V.**

**d) I, III, IV e V.**

**e) II, III, IV e V.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Descarte nos Registros Civis de Pessoas Naturais (Provimento 50/2015 do CNJ).

O Item I está correto, conforme item 3-1-3 da Tabela de Temporalidade de Documentos, anexa ao Provimento 50/2015 do CNJ, pois a “destinação final” da Declaração de Nascido Vivo está classificada como “eliminação”.

O Item II está incorrecto, conforme item 3-1-1-1 da Tabela de Temporalidade de Documentos, anexa ao Provimento 50/2015 do CNJ, pois a “destinação final” do Livro Tombo está classificada como “guarda permanente”, e não como “eliminação”.

O Item III está correto, conforme item 3-1-5 da Tabela de Temporalidade de Documentos, anexa ao Provimento 50/2015 do CNJ, pois a “destinação final” da Declaração de Óbito está classificada como “eliminação”.

O Item IV está correto, conforme item 3-1-8-2-1 da Tabela de Temporalidade de Documentos, anexa ao Provimento 50/2015 do CNJ, pois a “destinação final” da Habilitação para Casamentos Celebrados está classificada como “eliminação”.

O Item V está correto, conforme item 3-1-13 da Tabela de Temporalidade de Documentos, anexa ao Provimento 50/2015 do CNJ, pois a “destinação final” dos Documentos que tenham instruído o registro de opção de nacionalidade está classificada como “eliminação”.

## QUESTÃO 26. Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a União

- a) tem competência constitucional para editar normas gerais em matéria previdenciária e para fiscalizar os regimes próprios de previdência social.
- b) tem competência constitucional para editar normas gerais em matéria previdenciária, mas não para fiscalizar os regimes próprios de previdência social, por ausência de previsão constitucional.
- c) não tem competência constitucional para editar normas gerais em matéria previdenciária, mas pode fiscalizar os regimes próprios de previdência social.
- d) não tem competência constitucional para editar normas gerais em matéria previdenciária nem para fiscalizar os regimes próprios de previdência social, por ausência de previsão constitucional.
- e) tem competência constitucional para editar normas gerais em matéria previdenciária, mas não para fiscalizar os regimes próprios de previdência social, pois essa competência é exclusiva dos estados.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da Competência da União: Normas Gerais e Fiscalização de RPPS.

A alternativa A está correta. O Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou o entendimento de que a União possui dupla competência sobre a matéria previdenciária: 1) a competência para editar normas gerais (competência concorrente) e 2) a competência para fiscalizar os regimes próprios de previdência social (RPPS). A fiscalização decorre do dever da União de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema nacional. Nos termos da CF, a competência para normas gerais é concorrente, vejamos: "Art. 24, XII Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;". O dever de fiscalização decorre do princípio do equilíbrio atuarial: "Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial." Entendimento Consolidado STF (Fiscalização): "Tema 968 (Repercussão Geral): Competência legislativa da União para dispor sobre normas gerais em matéria previdenciária no que diz respeito ao descumprimento da Lei 9.717/1998 e do Decreto 3.778/2001 pelos demais entes federados." O tema reconhece, implicitamente, o poder da União de estabelecer e fiscalizar as regras que regem os RPPS.

A alternativa B está incorrecta. Embora afirme corretamente a competência da União para editar normas gerais (Art. 24, XII, da CF), erra ao negar a competência para fiscalizar os RPPS. O STF reconhece a competência fiscalizatória da União, que decorre do princípio do equilíbrio atuarial (Art. 40 da CF). Nos termos dos artigos 24 e 40 da CF (vide transcrição na alternativa a), o equilíbrio financeiro e atuarial é o objetivo.

A alternativa C está incorrecta. Contraria expressamente o Art. 24, XII, da CF, que atribui à União competência para legislar sobre normas gerais de previdência social (competência concorrente): "Art. 24, XII Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;".

A alternativa D está incorrecta. A alternativa contrária à competência da União para editar normas gerais (Art. 24, XII, da CF) quanto ao entendimento consolidado do STF sobre sua competência fiscalizatória dos RPPS (derivada do "Art. 40 da CF"). Nos termos da CF, a competência é clara (vide texto integral do "Art. 24, XII, da CF, na análise da alternativa C e Art. 40, caput, da CF na análise da alternativa A).

A alternativa E está incorrecta. Embora acerte na competência da União para normas gerais, erra ao negar a competência fiscalizatória, atribuindo-a exclusivamente aos estados. Esta exclusividade é rechaçada pelo entendimento do STF, que reconhece a competência da União para a fiscalização nacional do sistema. Nos termos da CF, a matéria não é exclusiva dos estados (Vide texto integral do "Art. 24, XII, da CF, na análise da alternativa C e "Art. 40, caput, da CF" na análise da alternativa A).

## **QUESTÃO 27. Com base na jurisprudência do STF acerca do habeas data, assinale a opção correta.**

- a) Sindicato possui legitimidade para impetrar habeas data com o objetivo de obter informações relativas a um de seus filiados.**
- b) O habeas data não é meio processual adequado para a obtenção de certidão de inteiro teor de procedimento administrativo de interesse do impetrante.**
- c) Compete originariamente ao STF julgar habeas data impetrado contra ato do Superior Tribunal de Justiça (STJ)**
- d) Não cabe habeas data para a obtenção de acesso a dados ao pagamento de tributos constantes informatizados de sistemas de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.**
- e) O habeas data pode ser utilizado como substituto de recursos ou como instrumento de revisão de decisões judiciais anteriores.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o alcance do Habeas Data (HD), instituto previsto no Art. 5º, LXXII, da CF/88, e sua interpretação na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A alternativa A está incorrecta. O Habeas Data é uma ação de natureza personalíssima. Conforme o texto constitucional, ele se destina a assegurar o conhecimento ou a retificação de informações relativas à pessoa do impetrante. Portanto, um sindicato não possui legitimidade para impetrar HD em nome de um filiado (substituição processual), pois tal medida é vedada nesse caso. Nos termos da CF, o HD é para a pessoa do impetrante, vejamos: "Art. 5º, LXXII, alínea "a", da Constituição Federal (CF): conceder-se-á "habeas-data": a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;".

A alternativa B está correta. Conforme a jurisprudência do STJ (adotada em diversos concursos públicos) e o entendimento sobre a restrição do HD, este não é o meio processual adequado para a obtenção de certidão ou cópia integral de autos de procedimento administrativo. O HD possui finalidade estrita de acesso/conhecimento de informações ou retificação de dados pessoais (Art. 5º, LXXII, CF), não se prestando à obtenção de cópias de documentos ou certidões, o que deve ser feito por outras vias (como a Lei de Acesso à Informação ou o Mandado de Segurança). Nos termos da Lei n. 9.507/1997, a finalidade do HD é estrita, vejamos: "Art. 7º, I, da Lei 9.507/1997 (Lei do Habeas Data): Conceder-se-á habeas data: I - para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados;". O Fundamento Jurisprudencial (STJ, acolhido em concursos): "HD 282/DF, Rel. Min. Sérgio Kukina, julgado em 12/12/2018:" "Não se admite o emprego do habeas data como meio para a obtenção de cópia de autos de processo administrativo disciplinar, em que o autor figure como implicado, porquanto tal propósito não encontra abrigo no que dispõe o art. 7º, inciso I, da Lei 9.507/1997."

A alternativa C está incorrecta. A competência originária do STF para julgar o Habeas Data está prevista no "Art. 102, I, 'e'", da CF, e é restrita aos atos de altíssimas autoridades (Presidente da República, Mesas da Câmara e Senado, etc.). Não inclui atos do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A competência para julgar HD contra atos do STJ é do próprio Superior Tribunal de Justiça. Nos termos da CF, a competência é do STJ, vejamos: "Art. 105, I, alínea "b", da Constituição Federal (CF): Compete ao Superior Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: b) os habeas corpus e os habeas data contra ato de Tribunal sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado, Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal;" (O STJ é competente para HD contra seus próprios atos).

A alternativa D está incorrecta. Contrariamente ao que afirma a alternativa, o STF já pacificou o entendimento de que o Habeas Data é o instrumento adequado para o contribuinte obter acesso a dados concernentes ao pagamento de seus próprios tributos. Nos termos da jurisprudência do STF, o HD é a garantia adequada, vejamos: "Tema 582 (Repercussão Geral – Tese Oficial): O habeas data é a garantia constitucional adequada para a obtenção dos dados concernentes ao pagamento de tributos do próprio contribuinte constantes dos sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais." (STF. Plenário. RE 673.707/MG, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 17/6/2015).

A alternativa E está incorrecta. O Habeas Data não pode ser utilizado como substituto de recursos ou como instrumento de revisão de decisões judiciais anteriores, pois possui finalidade estritamente vinculada ao conhecimento e retificação de dados pessoais. Nos termos da CF, a finalidade é restrita, vejamos: "Art. 5º, LXXII, da Constituição Federal (CF): conceder-se-á "habeas-data": a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;".

**QUESTÃO 28. A respeito da convocação de ministros de Estado ou de titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República e da requisição de informações a tais autoridades, o STF entende que, em relação aos estados-membros, a norma constitucional correspondente**

- a) não é de observância obrigatória, constituinte decorrente podendo o poder reduzir, mas não ampliar, autoridades o rol de sujeitas à convocação pelo Poder Legislativo estadual.**
- b) não é de observância obrigatória, constituinte sendo possível ao poder decorrente ampliar o rol de autoridades convocação pelo sujeitas à Poder Legislativo estadual desde que não o reduza.,**
- c) não é de observância obrigatória, permitindo-se constituinte ao poder autoridades decorrente tanto ampliar quanto reduzir o rol de sujeitas à convocação pelo Poder Legislativo estadual.**
- d) é de observância obrigatória, mas o poder constituinte decorrente pode ampliar o rol de autoridades sujeitas à convocação pelo Poder Legislativo estadual.**
- e) é de observância obrigatória, vedado ao poder constituinte decorrente ampliar o rol de autoridades sujeitas à convocação pelo Poder Legislativo estadual.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do Princípio da Simetria e da reprodução obrigatória das normas da Constituição Federal relativas ao controle político-administrativo (convocação de autoridades pelo Poder Legislativo), conforme o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal (STF).

A alternativa A está incorrecta. Esta alternativa parte da premissa falsa de que a norma constitucional federal não é de observância obrigatória pelos estados. O STF exige a observância obrigatória ("Princípio da Simetria") e veda qualquer ampliação do rol de autoridades convocáveis. Nos termos da CF, o rol é taxativo e deve ser reproduzido, vejamos: (Vide texto integral do "Art. 50, caput, da Constituição Federal (CF)" na análise da Alternativa E).

A alternativa B está incorrecta. Assim como a Alternativa A, parte da premissa falsa de que a norma do "Art. 50 da CF" não é de observância obrigatória (violação ao Princípio da Simetria). Além disso, o Poder Constituinte Decorrente está vedado de ampliar o rol de autoridades convocáveis. Nos termos da CF, o rol é taxativo e não admite ampliação, vejamos: (Vide texto integral do "Art. 50, caput, da Constituição Federal (CF)" na análise da alternativa E).

A alternativa C está incorrecta. Afirma que a norma não é obrigatória e permite tanto reduzir quanto ampliar o rol, o que contraria o entendimento do STF que exige a reprodução simétrica do "Art. 50" e veda a ampliação. Nos termos da CF, o rol é de observância obrigatória, vejamos: (Vide texto integral do "Art. 50, caput, da Constituição Federal (CF)" na análise da alternativa E).

A alternativa D está incorrecta. Embora acerte ao afirmar que a norma é de observância obrigatória, erra ao permitir que o poder constituinte decorrente amplie o rol de autoridades. O STF veda a ampliação do

rol, conforme a Tese da ADI 5.416. Nos termos da CF e da jurisprudência, a ampliação é vedada, vejamos: (Vide texto integral do "Art. 50, caput, da Constituição Federal (CF)" e da "Tese (ADI 5.416)" na análise da alternativa E).

A alternativa E está correta. O STF firmou o entendimento de que a regra prevista no "Art. 50, caput e § 2º, da CF/88" é de reprodução obrigatória pelos Estados-membros ("Princípio da Simetria"). Consequentemente, o poder constituinte decorrente estadual está vedado a ampliar o rol de autoridades sujeitas a essa convocação (incluindo, por exemplo, membros do Judiciário ou do Ministério Público). Nos termos da CF, o rol é taxativo no plano federal, vejamos: "Art. 50, caput, da Constituição Federal (CF): A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.". A vedação à ampliação é o ponto central da simetria. "Tese (ADI 5.416): É inconstitucional norma da Constituição Estadual que preveja a possibilidade de a Assembleia Legislativa convocar o Presidente do Tribunal de Justiça ou o Procurador-Geral de Justiça para prestar informações na Casa, ampliando o rol de autoridades convocáveis, por violação ao princípio da simetria e à competência privativa da União para legislar sobre o tema".

**QUESTÃO 29. Determinado projeto de lei estadual, que trata de matéria relacionada à organização, à estrutura interna e ao funcionamento do tribunal de contas do estado, foi apresentado à assembleia legislativa por parlamentar estadual. Nessa situação hipotética, de acordo com o entendimento do STF, o referido projeto de lei é**

- a) inconstitucional por vício formal, pois a iniciativa legislativa compete ao tribunal de contas.**
- b) constitucional, pois não trata de matéria sujeita à competência legislativa privativa.**
- c) constitucional, pois trata de matéria de interesse público, que pode ser proposta por qualquer parlamentar.**
- d) inconstitucional por vício formal, pois a iniciativa é privativa do chefe do Poder Executivo.**
- e) inconstitucional por vício material, pois a iniciativa legislativa compete ao tribunal de contas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da Iniciativa Privativa de Lei para dispor sobre a organização e o funcionamento dos Tribunais de Contas Estaduais (TCEs), aplicando-se, por simetria e autonomia, as regras de reserva de iniciativa da Constituição Federal, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

A alternativa A está correta. O projeto de lei é inconstitucional por vício formal (vício de iniciativa), pois a matéria (organização, estrutura interna e funcionamento do Tribunal de Contas do Estado - TCE) é de iniciativa legislativa privativa do próprio Tribunal de Contas. O STF aplica, por simetria, a regra de autonomia administrativa conferida aos Poderes e Órgãos Autônomos. Um projeto de lei de iniciativa

parlamentar que invada esta reserva é formalmente inconstitucional. A autonomia dos TCEs é reconhecida pelo STF por analogia e interpretação sistemática com os dispositivos que garantem o autogoverno do Poder Judiciário e a simetria com o TCU: "Art. 96, II, alínea "b", da Constituição Federal (CF): Compete privativamente aos Tribunais: II - propor ao Poder Legislativo: b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros e juízes, bem como a alteração da organização e da divisão judiciárias; (Aplicado analogicamente aos TCEs, por força da autonomia e do autogoverno)." "Art. 75, da Constituição Federal (CF): As normas estabelecidas nesta seção aplicam-se, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios." O STF afirma que os Tribunais de Contas gozam das prerrogativas da autonomia e do autogoverno. "Tese (ADI 4.643): É inconstitucional lei estadual, de origem (iniciativa) parlamentar, que discipline a organização e o funcionamento do Tribunal de Contas estadual (TCE)".

A alternativa B está incorrecta. O projeto de lei não é constitucional. Ele trata de matéria sujeita à competência legislativa privativa (a iniciativa reservada ao próprio TCE), o que gera vício formal de iniciativa. Nos termos da CF e da jurisprudência, a matéria é privativa. (Vide textos integrais na alternativa A - Art. 96, II, da CF, Art. 75 da CF e Tese da ADI 4.643).

A alternativa C está incorrecta. O projeto é inconstitucional por vício formal, mas a iniciativa para a organização e o funcionamento do Tribunal de Contas não é privativa do Chefe do Poder Executivo. Ela é privativa do próprio Tribunal de Contas (por simetria com o Poder Judiciário e autonomia). Nos termos da CF e da jurisprudência, a iniciativa é do TCE (Vide texto integral da Tese da ADI 4.643 na análise da alternativa A).

A alternativa D está incorrecta. O projeto é inconstitucional por vício formal, mas a iniciativa para a organização e o funcionamento do Tribunal de Contas não é privativa do Chefe do Poder Executivo. Ela é privativa do próprio Tribunal de Contas (analogia com "Art. 96, II, da CF"). Fundamento Legal/Jurisprudencial (STF): A iniciativa é privativa do TCE, e não do Executivo, conforme a Tese da ADI 4.643 (Vide texto integral na alternativa A).

A alternativa E está incorrecta. O projeto de lei é inconstitucional e a iniciativa compete ao Tribunal de Contas. Contudo, o vício em projetos de lei de iniciativa reservada propostos por quem não tem competência é de natureza formal (vício de iniciativa), e não material (vício de conteúdo). Nos termos da doutrina constitucional, o vício é de forma (Vide texto integral da Tese da ADI 4.643 na análise da alternativa A).

**QUESTÃO 30. Determinado município editou, no ano de 1977, uma lei cuja constitucionalidade se pretende impugnar na via do controle concentrado junto ao STF. Nesse caso hipotético, conforme a jurisprudência do STF, é**

- a) cabível ação declaratória de constitucionalidade.**
- b) cabível a interposição de recurso extraordinário.**
- c) incabível a proposição de ação de controle concentrado diretamente ao STF.**

**d) cabível arguição de descumprimento de preceito fundamental.**

**e) cabível ação direta de inconstitucionalidade.**

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da adequação da via processual no Controle Concentrado de Constitucionalidade perante o STF, especificamente para impugnar lei municipal editada antes da Constituição de 1988 (lei pré-constitucional), conforme a jurisprudência da Corte.

A alternativa A está incorrecta. A Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) é cabível apenas para questionar a constitucionalidade de leis federais ou estaduais e exige que a lei seja posterior à Constituição de 1988 (pós-constitucional). A ADC não se aplica a leis municipais nem a leis pré-constitucionais. Nos termos da CF, a competência do STF para a ADC é restrita, vejamos: "Art. 102, I, alínea "a", da Constituição Federal (CF): Compete ao Supremo Tribunal Federal, precípuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;" (Não inclui lei municipal ou lei estadual para ADC).

A alternativa B está incorrecta. O Recurso Extraordinário (RE) é um recurso, e não uma ação de controle concentrado. O RE é cabível contra decisões judiciais que contrariem a Constituição, e não diretamente contra a lei em tese (o objeto da impugnação na via concentrada). Nos termos da CF, o RE se aplica a causas decididas, vejamos: "Art. 102, III, da Constituição Federal (CF): Compete ao Supremo Tribunal Federal, precípuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: ... III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:" (Prevê o RE como recurso contra decisões judiciais, não como controle concentrado abstrato).

A alternativa C está incorrecta. Embora não caiba ADI ou ADC, é cabível a propositura de uma ação de controle concentrado perante o STF: a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).

A alternativa D está correta. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é o instrumento processual adequado para questionar a constitucionalidade de leis municipais e de leis anteriores à Constituição de 1988 (pré-constitucionais). A ADPF tem caráter subsidiário e é o único meio de controle concentrado direto perante o STF para impugnar atos normativos que não se enquadram nos requisitos restritos da ADI/ADC. Nos termos da CF, a ADPF será apreciada pelo STF, vejamos: "Art. 102, § 1º, da Constituição Federal (CF): A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.". A ADPF é a via adequada quando não houver outro meio eficaz para sanar a lesão a preceito fundamental. O STF entende que a ausência de cabimento da ADI/ADC torna a ADPF subsidiariamente cabível para: 1. Leis Municipais (em tese, a ADI/ADC são incabíveis). 2. Leis Pré-constitucionais (a ADI/ADC são incabíveis). Vide Súmula 642 do STF: "É inconstitucional lei que defina o rol de autoridades sujeitas a foro por prerrogativa de função em tribunais de justiça." É citada para reforçar o raciocínio de que, para controle concentrado de lei municipal em face da CF, a ADPF é a via residual.

A alternativa E está incorrecta. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) não é cabível contra Lei Municipal nem contra Lei Pré-Constitucional. Nos termos da CF, a ADI é restrita a lei federal ou estadual, vejamos: "Art. 102, I, alínea "a", da Constituição Federal (CF): Compete ao Supremo Tribunal Federal, precípuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: a) a ação

direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;" (Vide texto integral na análise da alternativa A).

**QUESTÃO 31. Segundo a jurisprudência do STF, a legitimidade para interpor embargos de declaração em sede de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) é atribuída**

- a) a qualquer dos legitimados universais para a propositura da ADI, ainda que não tenha atuado como parte no processo julgado.**
- b) a pessoas naturais com interesse na solução da controvérsia.**
- c) ao advogado-geral da União.**
- d) ao estado-membro, no caso de norma estadual, ou à União, no caso de norma federal.**
- e) ao amicus curiae, desde que apresente informações relevantes ou dados técnicos que contribuam para o exame da causa**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda a legitimidade ativa para interpor Embargos de Declaração (ED) em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), conforme o entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal (STF).

A alternativa A está correta. O STF possui jurisprudência firme no sentido de que a legitimidade para opor Embargos de Declaração em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) é atribuída a qualquer um dos legitimados universais previstos no "Art. 103 da CF", mesmo que ele não tenha sido o autor da ADI e, portanto, não tenha atuado formalmente como parte no processo julgado. Isso se deve à natureza objetiva e *erga omnes* do controle concentrado. Nos termos da CF, os legitimados universais são, vejamos: "Art. 103, da Constituição Federal (CF): Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; III - a Mesa da Câmara dos Deputados; IV - a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal; VI - o Procurador-Geral da República; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII - partido político com representação no Congresso Nacional; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional." (São os legitimados universais). O STF entende que, em razão da natureza objetiva do controle, a legitimidade para os Embargos de Declaração se estende a todos os legitimados universais do "Art. 103 da CF", independentemente de terem participado formalmente da lide: "STF. Plenário. ADI-ED 6.811/PE, Rel. Min. Alexandre de Moraes; Julg. 05/12/2022; DJE 16/02/2023." (Confirma que qualquer legitimado universal do "Art. 103 da CF" pode manejá-lo em ADI).

A alternativa B está incorrecta. O controle concentrado de constitucionalidade (ADI) é uma jurisdição constitucional objetiva. Sua finalidade é proteger a CF, e não resolver interesses particulares. Por isso, a legitimidade é conferida exclusivamente aos entes e autoridades elencados no Art. 103 da CF (Vide texto integral do "Art. 103 da CF" na análise da Alternativa A), não abrangendo pessoas naturais com interesse subjetivo.

A alternativa C está incorrecta. O Advogado-Geral da União (AGU) é figura obrigatória no processo de ADI, mas sua função institucional é defender o ato ou texto normativo impugnado (quando não é ato do próprio AGU), o que o coloca em uma posição de *custos legis* do ato. Ele não possui legitimidade ativa para interpor recursos, exceto em raras exceções. Nos termos da CF, o AGU deve ser ouvido, vejamos: "Art. 103, § 3º, da Constituição Federal (CF): Nas ações declaratórias de constitucionalidade, será ouvido o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União deverá defender o ato ou o texto impugnado." (O AGU tem função de defesa, não de interposição recursal).

A alternativa D está incorrecta. Embora o Estado-Membro (via Governador ou Mesa Legislativa) e a União (via Presidente da República ou Mesas Legislativas) sejam legitimados para a ADI, a regra da legitimidade para os Embargos de Declaração não se restringe à pertinência temática ou à origem da norma, mas sim à lista taxativa do "Art. 103 da CF" (legitimados universais). (Vide texto integral do "Art. 103 da CF" na análise da Alternativa A).

A alternativa E está incorrecta. O *Amicus Curiae* (amigo da corte) é admitido no processo concentrado, mas sua intervenção é auxiliar e não confere poder recursal. O STF é taxativo ao negar legitimidade ao *amicus curiae* para interpor recursos, incluindo Embargos de Declaração, em sede de controle abstrato de constitucionalidade. Conforme entendimento do STF, vejamos: O STF nega legitimidade recursal ao *amicus curiae* em controle concentrado de constitucionalidade, sendo inaplicável o "Art. 138, § 1º, do CPC" (que permite a interposição de ED por *amicus curiae* em outras searas judiciais).

## **QUESTÃO 32. De acordo com o entendimento do STF, a modulação dos efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade**

- a) é admitida por razões de excepcional interesse social, mas os efeitos ficam restritos ao prazo de 12 meses, contados da publicação do ato do julgamento.**
- b) não é admitida, por ausência de previsão legal e constitucional.**
- c) é admitida por razões de segurança jurídica, mas os efeitos ficam restritos ao período anterior à data da sessão de julgamento.**
- d) não é admitida, por implicar o afastamento da supremacia da Constituição.**
- e) é admitida, por representar uma ponderação entre a norma constitucional violada e os princípios constitucionais que resguardam os efeitos já produzidos pela norma inconstitucional, como a segurança jurídica e o excepcional interesse social.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda a possibilidade e os fundamentos da Modulação dos Efeitos Temporais (pro futuro ou restrição do efeito ex tunc) da declaração de inconstitucionalidade em sede de controle concentrado, conforme a Lei n. 9.868/1999 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

A alternativa A está incorrecta. Embora a modulação seja admitida por excepcional interesse social, o prazo de restrição dos efeitos não se limita a 12 meses. O Art. 27 da Lei 9.868/1999 permite que o STF fixe a eficácia da decisão a partir de "seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado" (sem limitação temporal específica). Nos termos da Lei n. 9.868/1999, a fixação do prazo é discricionária (Vide texto integral do Art. 27 da Lei nº 9.868/1999 na análise da alternativa E).

A alternativa B está incorrecta. A modulação é admitida e possui previsão legal expressa no "Art. 27 da Lei 9.868/1999", contrariando a afirmação de ausência de previsão legal e constitucional. Nos termos da Lei n. 9.868/1999, a modulação é uma faculdade do Tribunal (Vide texto integral do Art. 27 da Lei nº 9.868/1999 na análise da alternativa E).

A alternativa C está incorrecta. Embora admitida por segurança jurídica, a modulação não se restringe ao período anterior à data da sessão de julgamento. Ela pode fixar a eficácia da decisão para ocorrer a partir de um momento futuro (pro futuro), como o trânsito em julgado ou outra data posterior. Nos termos da Lei n. 9.868/1999, o momento pode ser futuro, vejamos: (Vide texto integral do Art. 27 da Lei nº 9.868/1999 na análise da alternativa E).

A alternativa D está incorrecta. A modulação é admitida. O STF entende que ela não implica o afastamento da supremacia da Constituição, mas, sim, a pondera com outros princípios constitucionais (segurança jurídica e interesse social), representando um mecanismo de autocontenção judicial para preservar a estabilidade das relações jurídicas.

A alternativa E está correta. O STF admite a modulação dos efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade. Essa modulação é expressamente prevista em lei e representa um mecanismo de ponderação entre a regra da nulidade da lei (ex tunc), derivada da supremacia da Constituição, e outros princípios constitucionais relevantes, como a segurança jurídica, a proteção da confiança e o excepcional interesse social, visando resguardar os efeitos já produzidos. Nos termos da Lei n. 9.868/1999, a modulação é admitida, vejamos: "Art. 27, da Lei nº 9.868/1999 (Lei das ADIs): Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado." Este dispositivo é a base para a modulação.

### **QUESTÃO 33. De acordo com a Constituição do Estado de Roraima, têm legitimidade para propor ADI perante o tribunal de justiça do estado**

- a) prefeitos e o procurador-geral do estado.**
- b) o procurador-geral de justiça e partidos políticos com representação no Congresso Nacional.**
- c) confederações sindicais e entidades de classe de âmbito estadual.**
- d) o conselho seccional da OAB e presidentes das câmaras municipais.**
- e) o governador do estado e o defensor público-geral.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema da legitimidade ativa para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJ/RR), sendo a lista de legitimados fixada taxativamente pela Constituição Estadual.

A alternativa A está incorrecta. Embora os Prefeitos sejam legitimados (VII), o Procurador-Geral do Estado não consta na lista do Art. 79 da CER", que confere legitimidade apenas ao Procurador-Geral de Justiça (III). Nos termos da CERR, a lista é taxativa, vejamos: (Vide texto integral do Art. 79 da Constituição do Estado de Roraima (CERR) na análise da alternativa E).

A alternativa B está incorrecta. Embora o Procurador-Geral de Justiça seja legitimado (III), a legitimidade para partidos políticos se restringe àqueles com representação na Assembleia Legislativa (V), não se estendendo automaticamente àqueles com representação no Congresso Nacional. Nos termos da CERR, a representação deve ser estadual, vejamos: (Vide texto integral do Art. 79 da Constituição do Estado de Roraima (CERR) na análise da alternativa E).

A alternativa C está incorrecta. A CERR confere legitimidade às federações sindicais (VI), e não às confederações sindicais. Embora as confederações sejam legitimadas universais no plano federal, a CERR optou por listar federações. Nos termos da CERR, as federações são as legitimadas, vejamos: (Vide texto integral do Art. 79 da Constituição do Estado de Roraima (CERR) na análise da alternativa E).

A alternativa D está incorrecta. Embora o Conselho Seccional da OAB seja legitimado (IV), a CERR confere legitimidade às Mesas das Câmaras Municipais (VII), e não aos Presidentes das Câmaras Municipais individualmente. Nos termos da CERR, o órgão legitimado é a Mesa, vejamos: (Vide texto integral do "Art. 79 da Constituição do Estado de Roraima (CERR) na análise da alternativa E).

A alternativa E está correta. Ambas as autoridades citadas, o Governador do Estado e o Defensor Público-Geral, estão expressamente incluídas no rol de legitimados para propor ADI em face da Constituição do Estado de Roraima (CERR). Nos termos da CERR, o rol de legitimados é taxativo e inclui essas autoridades, vejamos:"Art. 79, da Constituição do Estado de Roraima (CERR): Têm legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade de Lei ou de ato normativo estadual ou municipal contestado em face desta Constituição: I - o Governador do Estado; II - a Mesa da Assembleia Legislativa; III - o Procurador-Geral de Justiça; IV - o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil; V - os partidos políticos com representação na Assembleia Legislativa; VI - as federações sindicais e entidades de classe de âmbito nacional ou estadual e; VII - os Prefeitos e as Mesas das Câmaras Municipais e; VIII - o Defensor Público-Geral." (Ambos, Governador (I) e Defensor Público-Geral (VIII), são legitimados).

**QUESTÃO 34. Conforme prevê a Constituição do Estado de Roraima, compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar os mandados de segurança impetrados contra atos e omissões.**

**a) de secretários municipais dos municípios do estado de Roraima**

**b) de procuradores de justiça.**

**c) do procurador-geral do estado**

**d) de deputados estaduais.**

**e) de prefeitos dos municípios do estado de Roraima**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão exige o conhecimento do rol taxativo de autoridades cujos atos podem ser impugnados por Mandado de Segurança (MS) na competência originária do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJ/RR), conforme a Constituição Estadual (CERR).

A alternativa A está incorrecta. A competência para julgar Mandados de Segurança contra atos de Secretários Municipais é do Juiz de Direito de primeira instância, e não do Tribunal de Justiça, conforme a divisão de competências da organização judiciária estadual.

A alternativa B está incorrecta. Embora o Procurador-Geral de Justiça esteja listado no rol do "Art. 77, X, 'm', da CERR", os Procuradores de Justiça (membros do Ministério Público de segundo grau, abaixo do Procurador-Geral) geralmente têm seus atos impugnados perante o próprio TJ, mas por meio de seus órgãos fracionários (Câmaras ou Turmas), ou perante o Órgão Especial, não sendo listados na competência *originária* e exclusiva do Pleno/Órgão Especial do TJ, conforme o rol do *caput*. Nos termos da CERR, o rol é taxativo e inclui o Procurador-Geral, vejamos: (Vide texto integral do "Art. 77, X, 'm', da Constituição do Estado de Roraima (CERR)" na análise da Alternativa C).

A alternativa C está correta. O Procurador-Geral do Estado faz parte do rol de autoridades cujos atos estão sujeitos à jurisdição originária do Tribunal de Justiça por meio de Mandado de Segurança. Nos termos da Constituição do Estado de Roraima (CERR), a competência do TJ é definida, vejamos: "Art. 77, X, alínea "m", da Constituição do Estado de Roraima (CERR): Compete ao Tribunal de Justiça do Estado: X - processar e julgar originariamente; m) mandados de segurança e de injunção e os *habeas data* contra atos e omissões do Governador do Estado, da Mesa e da Presidência da Assembleia Legislativa, dos Secretários de Estado, do Reitor da Universidade Estadual, do Presidente do Tribunal de Contas, do Procurador-Geral de Contas, do Procurador Geral de Justiça, do Procurador-Geral do Estado, do Procurador-Geral da Assembleia Legislativa, do Corregedor-Geral de Justiça, do titular da Defensoria Pública, do Conselho da Magistratura, dos Juízes de Direito e Juízes Substitutos, do próprio Tribunal, inclusive seu Presidente;" (O Procurador-Geral do Estado está expressamente listado).

A alternativa D está incorrecta. A competência originária do TJ é contra atos da Mesa e da Presidência da Assembleia Legislativa e de seus Secretários. Os atos de Deputados Estaduais individualmente não são listados no rol da alínea "m" do "Art. 77, X da CERR".

A alternativa E está incorrecta. A competência para julgar Mandados de Segurança contra atos de Prefeitos é do Tribunal de Justiça, mas o rol do "Art. 77, X, 'm', da CERR" não os lista. O *Habeas Corpus* contra Prefeito é de competência do TJ, mas o Mandado de Segurança contra Prefeito é frequentemente remetido à Justiça Comum (primeira instância), salvo previsão expressa na Constituição Estadual que os inclua no rol de autoridades com foro especial (o que não ocorre neste dispositivo).

**QUESTÃO 35. Conforme a jurisprudência do STF, a Constituição Federal de 1988 confere às comissões parlamentares de inquérito poderes de investigação próprios das autoridades**

**judiciais, entre os quais destaca-se a possibilidade de determinar, em relação aos investigados, a**

- a) indisponibilidade de bens.**
- b) quebra do sigilo bancário.**
- c) decretação de prisão preventiva.**
- d) realização de busca domiciliar.**
- e) interceptação de comunicações telefônicas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do alcance dos poderes de investigação conferidos às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) pelo texto constitucional, e o que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) considera passível de ser determinado diretamente pela CPI.

A alternativa A está incorrecta. A indisponibilidade de bens (sequestro, arresto, etc.) é uma medida cautelar de natureza eminentemente jurisdicional, que visa a atingir o patrimônio do investigado, devendo ser decretada exclusivamente por ordem judicial. A CPI não tem poder para determinar a indisponibilidade de bens.

A alternativa B está correta. O STF consolidou o entendimento de que as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, mas não exclusivos do Judiciário. A quebra do sigilo bancário é um poder que as CPIs podem exercer diretamente, sem necessidade de autorização judicial prévia, desde que a medida seja fundamentada e pertinente à apuração do fato determinado. Nos termos da CF e da jurisprudência do STF, os poderes são conferidos à CPI, vejamos: "Art. 58, § 3º, da Constituição Federal (CF): As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo." O STF estabeleceu que a CPI pode determinar a quebra de sigilos fiscal, bancário e de dados telefônicos. "STF ACO 730, STF MS 23.452 e precedentes análogos:" (Confirma a prerrogativa das CPIs de quebrar sigilos bancário e fiscal).

A alternativa C está incorrecta. A decretação de prisão (seja preventiva, temporária ou flagrante) é privativa da autoridade judicial, exceto no caso de prisão em flagrante de crime inafiançável, que pode ser efetuada por qualquer pessoa, mas não se enquadra nos poderes de investigação próprios da CPI.

A alternativa D está incorrecta. A realização de busca domiciliar (busca e apreensão em local inviolável, como o domicílio) é uma medida que afeta o direito fundamental à inviolabilidade de domicílio e é reservada à cláusula de reserva de jurisdição. A CPI não pode determinar busca domiciliar. Nos termos da CF, a inviolabilidade é a regra, vejamos: "Art. 5º, XI, da Constituição Federal (CF): a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial." (A determinação judicial é indispensável, o que exclui o poder da CPI). O STF veda a busca e apreensão

em locais invioláveis. "STF MS 33.663 MC, rel. min. Celso de Mello, j. 19-6-2015, dec. monocrática, DJE de 18-8-2015:" (Confirma que a busca e apreensão não pode se efetivar em local inviolável, como os espaços domiciliares).

A alternativa E está incorrecta. A interceptação de comunicações telefônicas é uma medida que afeta o sigilo das comunicações e está sujeita à cláusula de reserva de jurisdição, dependendo de ordem judicial para sua realização. A CPI não pode determinar interceptação telefônica. Nos termos da CF, o sigilo só pode ser quebrado por ordem judicial, vejamos: "Art. 5º, XII, da Constituição Federal (CF): é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;" (A ordem judicial é requisito fundamental e exclusivo, poder que o STF nega às CPIs).

**QUESTÃO 36.** Beatriz, Gisela e Carla são servidoras públicas, e as seguintes situações ocorreram no exercício de sua função pública: Beatriz liberou verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes; Gisela revelou fato de que teve ciência em razão de suas atribuições e sobre o qual deveria permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada; e Carla realizou operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares. Nesse caso, estará (ão) sujeita(s) a responder por ato de improbidade administrativa, ainda que por ação ou omissão dolosa:

- a) Carla, somente.**
- b) Beatriz, Gisela e Carla.**
- c) Gisela e Carla, somente.**
- d) Gisela, somente.**
- e) Beatriz e Gisela, somente.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Improbidade Administrativa.

Beatriz praticou ato que causou prejuízo ao erário, constante do art. 10, XI, da Lei 8.429/92: "Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;".

Gisela praticou ato que importou enriquecimento ilícito, constante do art. 9º, III, da Lei 8.429/92: "Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º desta Lei, e

notadamente: III - perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;”.

Carla praticou ato que causou prejuízo ao erário, constante do art. 10, VI, da Lei 8.429/92: “Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: VI - realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;”.

A alternativa B está correta. As três estarão sujeitas a responder por ato de improbidade administrativa, ainda que por ação ou omissão dolosa.

### **QUESTÃO 37. Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o instrumento de contrato poderá ser substituído por:**

- a) Nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, somente.**
- b) Carta-contrato, nota de empenho de despesa ou ordem de execução de serviço, somente.**
- c) Carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, somente.**
- d) Carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.**
- e) Carta-contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra, somente.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Contratos Administrativos.

Especificamente sobre a substituição dos Contratos, o artigo 95 assim dispõe: “Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço: I - dispensa de licitação em razão de valor; II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.”

A alternativa D está correta. O instrumento de contrato poderá ser substituído por carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

**QUESTÃO 38.** Segundo entendimento do STJ, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, em razão:

- a) Do princípio da proporcionalidade.**
- b) Do poder-dever de autotutela da administração.**
- c) Da supremacia do interesse público.**
- d) Do princípio da indisponibilidade do serviço público.**
- e) Do princípio da razoabilidade.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Processo Administrativo Disciplinar.

Especificamente sobre a denúncia anônima na seara do processo administrativo disciplinar, o STJ entende, de forma sumulada (Súmula 611), que é possível a instauração de processo administrativo com base em denúncia anônima, desde que precedido de apuração prévia pela autoridade competente da veracidade da denúncia. Vejamos: “Súmula 611 do STJ: “Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.” Ressalte-se que este entendimento prevalece, apesar de o art. 144 da lei 8.112/90 prever que “As denúncias sobre irregularidades deverão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.”

A alternativa B está correta. A instauração do PAD a partir de denúncia anônima é possível, em razão do poder-dever de autotutela da Administração.

**QUESTÃO 39.** Prescrição e decadência são fatos jurídicos por meio dos quais a ordem jurídica confere destaque ao princípio da

- a) Prevenção.**
- b) Proporcionalidade.**
- c) Precaução.**
- d) Segurança Jurídica.**
- e) Razoabilidade.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Princípios da Administração Pública, mais precisamente sobre o princípio da Segurança Jurídica.

Vejamos o entendimento doutrinário pacífico acerca do tema: “O princípio [da segurança jurídica] determina, ainda, uma limitação ao poder de autotutela da Administração Pública. Neste sentido, o direito-dever de revisão dos atos administrativos não pode ser exercido a qualquer tempo, uma vez que esta possibilidade resultaria em insegurança jurídica. Por este motivo os entes federados editaram leis prevendo um prazo máximo para revisão de atos que concedam benefício aos administrados, conforme acima estudado.” (Curso Interativo de Direito Administrativo TJ-RR Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 2.5.4 Princípio da Segurança Jurídica - Livro Digital Interativo). Observe que, conforme leciona a doutrina, a principal função dos institutos da prescrição e da decadência é garantir a segurança jurídica e evitar que situações já consolidadas sejam reabertas, causando incertezas e pondo em risco a pacificação social.

A alternativa D está correta. A prescrição e a decadência são fatos jurídicos por meio dos quais a ordem jurídica confere destaque ao princípio da Segurança Jurídica.

**QUESTÃO 40.** Lucas, Pedro, João e Frederico são servidores públicos que, no exercício de suas funções, causaram prejuízo a terceiros. Lucas é servidor da secretaria da saúde de certo estado: Pedro, do gabinete do governador de certo estado: João, de autarquia estadual; e Frederico, de fundação pública estadual. Nessa situação, conforme o entendimento jurisprudencial do STF, responderá direta e civilmente pelo prejuízo causado:

- a) João, apenas.**
- b) Frederico, apenas.**
- c) O Estado.**
- d) Lucas, apenas.**
- e) Pedro, apenas.**

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Responsabilidade Civil do Estado.

Conforme art. 37, § 6º, da CRFB: “§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.” De acordo com a doutrina, sobre o art. 37, § 6º, da CF: “O dispositivo citado estabeleceu a responsabilidade civil objetiva do Estado, sendo que este fica obrigado a reparar os danos causados pelos seus agentes, atuando nesta qualidade, independentemente de demonstração de culpa. Por outro lado, a Lei Maior definiu a responsabilidade civil subjetiva e regressiva dos agentes públicos, que só responderão regressivamente, caso o Estado seja condenado, se demonstrada a culpa ou dolo em sua atuação.” (Curso Interativo de Direito Administrativo TJ-RR Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 16.1.3

Responsabilidade Civil do Estado no Ordenamento Jurídico Brasileiro - Livro Digital Interativo). Logo, conforme os casos hipotéticos narrados, a responsabilidade não recairá diretamente nem sobre Lucas, nem Pedro, nem João e nem Frederico, devendo os entes aos quais estão vinculados ser primariamente responsabilizados. Numa análise mais rápida, portanto, pensar-se-ia em marcar a alternativa C, que aponta o Estado como ente a responder. Ocorre que a questão incorre em uma imprecisão: No caso de autarquia estadual e de fundação pública estadual, tais entes é quem devem ser primariamente responsabilizados, e não o Estado. Isso porque, como entidades da Administração indireta, possuem personalidade jurídica própria, somente respondendo o Estado de forma subsidiária. A doutrina leciona justamente nesse sentido, vejamos: “De acordo com a doutrina, o Estado possui responsabilidade subsidiária e objetiva pelos danos causados pela Administração indireta ou pelas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o que significa dizer que o Estado fica obrigado a reparar o dano após esgotadas as tentativas de fazer com que a entidade administrativa ou concessionária faça o resarcimento.” (Curso Interativo de Direito Administrativo TJ-RR Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 16.1.3 Responsabilidade Civil do Estado no Ordenamento Jurídico Brasileiro - Livro Digital Interativo). Assim, a resposta mais correta seria: No caso de Lucas e Pedro, o Estado seria responsabilizado; no caso de João, a autarquia estadual a qual está vinculado seria responsabilizada; e no caso de Frederico, a fundação pública estadual a qual está vinculado seria responsabilizada. Portanto, neste caso, é provável que a banca aponte a letra C como a alternativa correta, mas defendemos que a questão deva ser nula, por não ter nenhuma afirmativa totalmente correta.

**QUESTÃO 41. Com base no disposto na Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que o ato administrativo deverá ser motivado quando**

**I. criar regra geral para todos os funcionários do órgão.**

**II. decorrer de reexame de ofício.**

**III. suspender ato administrativo.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item I está certo.**

**b) Apenas o item II está certo.**

**c) Apenas os itens I e III estão certos.**

**d) Apenas os itens II e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Atos Administrativos.

O Item I está correto. Conforme art. 50, inciso I, da Lei 9.784: “Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando: I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;”.

Aqui chamamos atenção dos candidatos porque, conforme leitura do dispositivo acima transscrito, observa-se que a Lei 9.784/99 não fala expressamente na necessidade de motivação caso o ato “crie regra geral para todos os funcionários do órgão”. Por isso, a depender da ótica do examinador, o item poderia ser considerado incorreto. No entanto, entendemos que tal situação se enquadra, sim, no inciso I do art. 50, pois um ato que cria regra geral, afeta direitos ou interesses.

O Item II está correto. Conforme art. 50, inciso VI, da Lei 9.784: “Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando: VI - decorram de reexame de ofício;”

O Item III está correto. Conforme art. 50, inciso VIII, da Lei 9.784: “Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando: VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.”

**QUESTÃO 42. Nos termos do Provimento CNJ nº 149/2023, o teletrabalho, no âmbito do serviço notarial e registral, é facultado aos**

- a) colaboradores e titulares delegatários.**
- b) titulares delegatários e prepostos.**
- c) interinos, escreventes e prepostos.**
- d) intervenientes, colaboradores e escreventes.**
- e) escreventes, prepostos e colaboradores**

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra E**. A questão necessitava de conhecimento sobre teletrabalho nas serventias extrajudiciais.

A alternativa E está correta. Conforme artigo 58, do CNN. “A adoção do teletrabalho é facultativa aos escreventes, prepostos e colaboradores do serviço notarial e de registro. Parágrafo único. É vedada a realização de teletrabalho pelos titulares delegatários, bem como pelos interinos e intervenientes nomeados para responder pelo serviço notarial e de registro.”

**QUESTÃO 43. Assinale a opção em que é corretamente indicada a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que é instituída por iniciativa de particulares e recebe delegação do poder público mediante contrato de gestão.**

**a) Organização social**

**b) Organização da sociedade civil de interesse público**

**c) Sociedade de economia mista**

**d) Serviço social autônomo**

**e) Entidade de apoio**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Terceiro Setor, mais precisamente sobre as Organizações Sociais (OS).

A lei 9.637/98 estabeleceu o regulamento para a qualificação e o regime jurídico aplicável às entidades qualificadas como Organizações Sociais, bem como as hipóteses e o regramento da celebração de parceria com o poder público. Trata-se de lei federal que não exclui a competência própria dos Estados e Municípios para legislar a respeito das organizações sociais, podendo adotar modelo diverso do federal. Neste sentido, o artigo 1º da Lei 9.637/98 conceitua as Organizações Sociais da seguinte maneira: “Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.” E o art. 5º complementa, trazendo o contrato de gestão como o instrumento firmador da qualificação: “Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º.”

A alternativa A está correta. A pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que é instituída por iniciativa de particulares e recebe delegação do poder público mediante contrato de gestão é a Organização Social.

**QUESTÃO 44. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, a correição do corregedor-geral de justiça do Tribunal que depende de publicação prévia no Diário da Justiça Eletrônico é a:**

**a) Ordinária.**

**b) Permanente.**

**c) Extraordinária.**

**d) Por demanda.**

**e) Por excelência.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

Especificamente no tocante às correições, o RI do TJ-RR traz 6 tipos, em seu artigo 27, vejamos: “Art. 27. As correições são: I – permanente; II – ordinária; III – extraordinária; IV – remota; V – por Demanda; e VI – por Excelência.” Em relação à publicação prévia no Diário da Justiça Eletrônico, o artigo 29 do RI/TJ-RR define o seguinte: “Art. 29. A correição ordinária será anunciada por meio de portaria do Corregedor-Geral de Justiça, publicada no Diário da Justiça Eletrônico.”

A alternativa A está correta. A correição do corregedor-geral de justiça do Tribunal que depende de publicação prévia no Diário da Justiça Eletrônico é a Ordinária.

As alternativas B, C, D e E estão automaticamente incorrectas. Em razão do que determina o art. 30 do RI/TJ-RR, em complemento ao art. 29: “Art. 30. As demais modalidades de correição independem da publicação prévia de qualquer ato.”

**QUESTÃO 45. De acordo com o disposto na Lei Complementar n.º 53/2001 do estado de Roraima, estará sujeito a demissão o servidor que:**

**I. praticar usura.**

**II. proceder de forma desidiosa:**

**III. recusar fé a documentos públicos.**

**Assinale a opção correta.**

**a) Apenas o item II está certo.**

**b) Apenas o item III está certo.**

**c) Apenas os itens I e II estão certos.**

**d) Apenas os itens I e III estão certos.**

**e) Todos os itens estão certos.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Lei Complementar nº 53/2001 do Estado de Roraima.

O Item I está correto. Conforme art. 110, XVII, c/c art. 126, XIII, da LC 53/2001: “Art. 110. Ao servidor é proibido: XVII - praticar usura sob qualquer de suas formas;”; e “Art. 126. A demissão será aplicada nos seguintes casos: XIII - transgressão dos incisos XII a XIX do art. 110.”

O Item II está correto. Conforme art. 110, XVIII, c/c art. 126, XIII, da LC 53/2001: “Art. 110. Ao servidor é proibido: XVIII - proceder de forma desidiosa;”; e “Art. 126. A demissão será aplicada nos seguintes casos: XIII - transgressão dos incisos XII a XIX do art. 110.”

O Item III está incorrecto. Neste caso, a penalidade é de advertência. Conforme art. 110, III, c/c art. 122, da LC 53/2001: Art. 110. Ao servidor é proibido: III - recusar fé a documentos públicos;”; e “Art. 122. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 110, incisos I a VIII e XI, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.”

#### **QUESTÃO 46. No que se refere à legalidade tributária, assinale a opção correta.**

- a) É inconstitucional lei municipal que delegue ao Poder Executivo a avaliação individualizada, para fins de cobrança do IPTU, de imóvel novo não previsto na planta genérica de valores, ainda que fixados em lei os critérios para a avaliação técnica e assegurado ao contribuinte o direito ao contraditório.**
- b) Não se equipara à majoração do tributo a modificação da sua base de cálculo que importe em torná-lo mais oneroso.**
- c) Ninguém pode se excusar ao cumprimento da lei, razão por que, no âmbito tributário, o contribuinte que a descumpra responderá pelo principal com imposição de multa, juros e atualização monetária, ainda que seu comportamento esteja amparado em ato infralegal.**
- d) Instrução normativa da Receita Federal do Brasil não pode obrigar o contribuinte a transmitir informação fiscal por meio de determinado sistema eletrônico, se não houver lei que o obrigue.**
- e) O STF tem conferido certa flexibilidade ao princípio da legalidade tributária, permitindo, por exemplo, que a lei delegue ao Poder Executivo o poder de reduzir e reestabelecer as alíquotas do tributo por meio de decreto, desde que previstos as condições e os limites de aumento e de redução, presentes a função extrafiscal e o diálogo com o regulamento em termos de subordinação.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre legalidade tributária.

A alternativa A está incorrecta. O STF, em repercussão geral (Tema 1084), firmou a tese exatamente oposta: é constitucional a lei municipal que delega ao Executivo a avaliação individualizada, desde que a lei traga critérios técnicos e se assegure o contraditório.

A alternativa B está incorrecta. O art. 97, §1º, do CTN dispõe expressamente o contrário: equipara-se à majoração a alteração da base de cálculo que torne o tributo mais oneroso (exige lei e, em regra, anterioridade). Há vasta jurisprudência reiterando esse entendimento.

A alternativa C está incorrecta. Pelo princípio da legalidade (CF, art. 5º, II) e pelo princípio da legalidade penal, conduta amparada por lei não é criminosa. Além disso, infrações e penalidades tributárias se interpretam de modo mais favorável ao acusado em caso de dúvida (CTN, art. 112). Crimes contra a ordem tributária são os da Lei 8.137/1990, que exigem subsunção típica (e, em regra, dolo).

A alternativa D está correta. Obrigações acessórias decorrem da legislação tributária (que inclui atos normativos infralegais – CTN, arts. 96, 100 e 113, §2º). A Lei 9.779/1999, art. 16, atribui competência à Receita Federal para dispor sobre obrigações acessórias, inclusive forma e prazo (o que legitima exigir meios eletrônicos). A jurisprudência reconhece a validade dessas exigências quando amparadas no art. 16.

A alternativa E está incorrecta. O STF tem, de fato, admitido mecanismos legais de delegação/reajuste (p. ex., em tributos com forte função extrafiscal) e, recentemente, afirmou a inaplicabilidade da anterioridade ao restabelecimento das alíquotas do AFRMM após revogação de decreto redutor (Tema 1368; Informativo 1164), sinalizando flexibilidade dentro de parâmetros legais pré-fixados.

#### **QUESTÃO 47. Assinale a opção correta no que concerne à responsabilidade tributária dos tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, em razão dos atos praticados perante as serventias.**

- a) Se não exigir a certidão negativa de IPTU do imóvel, o tabelião que autenticar a operação de transmissão imobiliária a adquirente insolvente responderá, solidariamente com este, pelo imposto devido.**
- b) A responsabilidade desses agentes pelos tributos devidos em relação às operações imobiliárias ali registradas é solidária com a dos contribuintes, isto é, não comporta benefício de ordem e independe da comprovação do dolo ou culpa.**
- c) A responsabilidade desses agentes é pessoal e solidária, não comportando, quanto às omissões de que forem responsáveis, benefício de ordem.**
- d) O oficial do registro de imóveis tem o dever de verificar se o adquirente efetuou o pagamento do ITBI antes de averbar a escritura pública no registro imobiliário, sob pena de, devido à omissão, ser responsabilizado pela dívida fiscal.**
- e) Se o responsável pelo ofício, ou seu procurador, não transmitir a DOI no prazo estipulado pela legislação tributária, ele se tornará responsável pelos tributos devidos na operação sujeita a registro.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre responsabilidade tributária.

A alternativa A está incorrecta. O IPTU não é tributo “sobre o ato” notarial/registral; é imposto patrimonial anual. A responsabilidade do art. 134, VI, alcança tributos devidos por força do ato praticado “perante” a serventia (p. ex., ITBI/ITCMD, conforme o caso). Além disso, a solidariedade do art. 134 depende da impossibilidade de exigir do contribuinte, traduzindo benefício de ordem — o enunciado ignora essa condição.

A alternativa B está incorrecta. O art. 134 condiciona a solidariedade à impossibilidade de exigência do tributo do contribuinte (benefício de ordem). A parte final mistura com o regime das infrações (CTN 136), que não é o foco da responsabilidade solidária do art. 134.

A alternativa C está incorrecta. É exatamente o dever de fiscalização do recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos a registrar (LRP 289 e Lei 8.935/94, art. 30, XI). A jurisprudência do STJ confirma: o registrador fiscaliza a prova de pagamento (ou isenção/não incidência), sem substituir o Fisco para arbitrar base ou exigir complementações fora da lei — competência do Município (RMS 36.966/PB, Rel. Min. Og Fernandes, DJe 21/11/2014). Observação: o dever é de exigir a comprovação do pagamento quando o imposto é devido em razão do ato (como o ITBI na transmissão onerosa). Não se confunde com “criar” exigências ou reavaliar base de cálculo — isso é função da Administração Tributária municipal, como assentou o STJ.

A alternativa D está correta. É exatamente o dever de fiscalização do recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos a registrar (LRP 289 e Lei 8.935/94, art. 30, XI). A jurisprudência do STJ confirma: o registrador fiscaliza a prova de pagamento (ou isenção/não incidência), sem substituir o Fisco para arbitrar base ou exigir complementações fora da lei — competência do Município (RMS 36.966/PB, Rel. Min. Og Fernandes, DJe 21/11/2014). Observação: o dever é de exigir a comprovação do pagamento quando o imposto é devido em razão do ato (como o ITBI na transmissão onerosa). Não se confunde com “criar” exigências ou reavaliar base de cálculo — isso é função da Administração Tributária municipal, como assentou o STJ.

A alternativa E está incorrecta. O descumprimento da DOI gera multa por atraso (MAED) e outras penalidades acessórias, não a transferência da sujeição passiva do ITBI/demais tributos da operação para o serventuário. Base: Lei 10.426/2002, art. 8º e orientação oficial da RFB.

#### **QUESTÃO 48. No que diz respeito ao enquadramento previdenciário, as pessoas físicas titulares de cartórios são consideradas segurados**

- a) obrigatórios, na qualidade de empregadores.**
- b) obrigatórios, na qualidade de contribuintes individuais.**
- c) obrigatórios, sujeitos ao regime próprio de previdência do respectivo estado da Federação em que titularizados.**
- d) facultativos.**
- e) obrigatórios, na qualidade de empregados.**

## **Comentários**

A resposta correta é a **letra B**. A questão necessitava de conhecimento sobre a enquadramento previdenciário de notários e registradores.

A alternativa B está correta. Conforme o artigo 9º, V, e §15, VII, do Decreto Federal nº 3.048/1999, os notários e registradores são contribuintes individuais obrigatórios. "Enquadram-se nas situações previstas nas alíneas "j" e "l" do inciso V do **caput**, entre outros: o notário ou tabelião e o oficial de registros ou registrador, titular de cartório, que detêm a delegação do exercício da atividade notarial e de registro, não remunerados pelos cofres públicos, admitidos a partir de 21 de novembro de 1994"

## **QUESTÃO 49. Assinale a opção correta a respeito da denúncia espontânea.**

- a) A denúncia espontânea não exclui o dever de pagar a multa de mora.**
- b) Aplica-se o benefício da denúncia espontânea caso o contribuinte confesse a infração e, ato contínuo, parcele o crédito tributário.**
- c) Considera-se espontânea a denúncia apresentada após o início de procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração, desde que acompanhada do pagamento do débito principal e dos juros devidos.**
- d) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.**
- e) O benefício da denúncia espontânea exclui a incidência dos juros de mora.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre denúncia espontânea.

A alternativa D está correta. Consoante o entendimento do STJ na Súmula 360 "O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo."

As demais alternativas estão incorrectas, ao estarem em dissonância ao entendimento assentado na Súmula 360 do STJ. Vejamso: "Tributário e Processual Civil. Denúncia espontânea. Tributo sujeito a lançamento por homologação. Parcelamento do débito. Embargos de divergência. Disenso jurisprudencial superado. Súmula n. 168-STJ. Incidência. 1. Firmou-se na Primeira Seção o entendimento de que o benefício previsto no art. 138 do CTN não se aplica aos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação, declarados e pagos a destempo pelo contribuinte, ainda que de forma à vista ou parcelada. Incidência, na hipótese, da Súmula n. 168-STJ. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.

## **QUESTÃO 50. Acerca da compensação e da restituição tributárias, assinale a opção correta.**

- a) A lei pode atribuir à autoridade administrativa a competência para estipular garantias necessárias à compensação de créditos tributários do sujeito passivo contra a fazenda pública.
- b) O sujeito passivo que apurar crédito decorrente de sentença judicial transitada em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Roraima, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil.
- c) Embora seja legítimo estabelecer condições e requisitos para o seu exercício, a compensação tributária é direito subjetivo dos contribuintes, razão por que aos entes tributantes é vedado impedir que direitos líquidos, certos e exigíveis contra si oponíveis sejam utilizados na quitação de tributos de sua competência.
- d) É possível a compensação de crédito tributário reconhecido em sentença judicial alvo de recurso de apelação sem efeito suspensivo pendente de julgamento no tribunal.
- e) Prescreve administrativa em cinco anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição tributária.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre compensação tributária.

A alternativa A está correta. O art. 170 do CTN autoriza que a lei disciplina a compensação “nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação, em cada caso, atribuir à autoridade administrativa”. Ou seja, a própria lei pode delegar à autoridade fazendária a fixação das garantias para a compensação.

A alternativa B está incorreta. Não é possível compensar crédito reconhecido contra um ente (Estado de Roraima) com débitos federais administrados pela RFB. A compensação se dá dentro do mesmo ente e nos termos da lei que o rege (regimes federais tratam de tributos administrados pela RFB).

A alternativa C está incorreta. A compensação não é um direito subjetivo amplo e incondicionado; depende de lei específica e do atendimento de seus requisitos. Além disso, a legislação federal admite, em hipóteses legais, compensação de ofício pela Administração quando há solicitação de restituição/ressarcimento, afastando a tese de impossibilidade de exigência pelo ente.

A alternativa D está incorreta. O art. 170-A do CTN veda a compensação antes do trânsito em julgado da decisão judicial, ainda que a apelação não tenha efeito suspensivo.

A alternativa E está incorreta. A ação anulatória da decisão administrativa que denega a restituição prescreve em 2 anos, não em 5 anos, conforme art. 169 do CTN.

## **QUESTÃO 51. A ofensa aos direitos da personalidade da pessoa falecida**

**a) não é passível de reparação patrimonial, mas é assegurado o direito ao desagravo mediante a publicação feita através da imprensa.**

**b) é passível de reparação patrimonial, caso em que o beneficiário será o cônjuge sobrevivente ou qualquer parente em linha reta ou colateral até o quarto grau.**

**c) é passível de reparação patrimonial somente nos casos em que a ofensa esteja relacionada à imagem do falecido.**

**d) não é passível de reparação patrimonial.**

**e) não é passível de reparação patrimonial, mas os familiares do falecido têm direito de reparação pelos danos por eles sofridos em decorrência das ofensas feitas ao morto.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou dos direitos **da personalidade da pessoa falecida**.

Para responder a esta questão, precisamos da inteligência do CC/2002: "Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimidade para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau". Já o STJ dispõe: "Súmula 642. O direito à indenização por danos morais transmite com o falecimento do titular, possuindo os herdeiros da vítima legitimidade ativa para ajuizar ou prosseguir na ação indenizatória".

A alternativa A está incorrecta. A ofensa à honra de pessoa falecida pode, sim, gerar o dever de indenizar. O direito de desagravo é uma das formas de reparação, mas não exclui a possibilidade de indenização pecuniária.

A alternativa B está correta. Esta alternativa está em conformidade com o parágrafo único do artigo 12 do CC/2002, que estabelece a legitimidade para pleitear a reparação por danos morais em caso de ofensa a direitos da personalidade de pessoa falecida.

A alternativa C está incorrecta. A proteção aos direitos da personalidade do falecido não se restringe à imagem. O artigo 12 do CC/2002 trata dos "direitos da personalidade" de forma genérica, incluindo honra, nome, privacidade, etc., como a honra e a memória.

A alternativa D está incorrecta. Conforme já explicado, a legislação brasileira prevê expressamente a possibilidade de reparação patrimonial por ofensa aos direitos da personalidade de pessoa falecida.

A alternativa E está incorrecta. Esta alternativa confunde dois tipos de danos. Os familiares têm, sim, o direito de pleitear reparação pelos danos que eles próprios sofreram (dano em ricochete ou reflexo), como a dor e o sofrimento pela ofensa à memória do ente querido. No entanto, isso não exclui o direito à reparação pelo dano causado diretamente à personalidade do falecido, conforme previsto no artigo 12 do CC/2002. A jurisprudência é clara ao reconhecer essa segunda modalidade de dano, como visto na decisão abaixo: "Os legitimados a que se refere o art. 12, parágrafo único, do CC/2002 têm legitimidade para postular, em nome próprio, indenização por dano moral, em razão de ofensa à imagem

ou à honra do parente morto, e também para postular, por sucessão, o direito à indenização que o próprio falecido teria, caso ainda vivesse. STJ - Recurso Especial 1.669.632-SP -Publicado em 18/06/2019".

## QUESTÃO 52. Sobre os bens particulares dos administradores de uma associação

- a) pode recair a responsabilização exclusivamente nos casos de descumprimento de normas estatuídas pelo estatuto da associação.
- b) jamais poderá recair a responsabilização pelas obrigações contraídas pela associação.
- c) pode recair a responsabilização por qualquer ato de gestão que venha a causar danos a terceiros.
- d) pode recair a responsabilização em caso de abuso da personalidade jurídica causada pelo administrador, desde que o estatuto da associação preveja essa possibilidade.
- e) pode recair a responsabilização em caso de abuso da personalidade jurídica causada pelo administrador, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda a possibilidade de responsabilização dos administradores de uma associação civil (pessoa jurídica de direito privado) pelas obrigações da entidade, por meio da desconsideração da personalidade jurídica, conforme o Código Civil e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

A alternativa A está incorrecta. A responsabilização dos bens particulares dos administradores não recai exclusivamente por descumprimento de normas estatuárias. A desconsideração exige a comprovação do abuso da personalidade jurídica (desvio de finalidade ou confusão patrimonial), um requisito legal que é mais grave do que o simples descumprimento interno.

A alternativa B está incorrecta. A afirmação de que a responsabilização "jamais" poderá recair está errada, pois a desconsideração é expressamente admitida pelo Código Civil (Art. 50) e pelo STJ em casos de abuso da personalidade jurídica.

A alternativa C está incorrecta. A responsabilização não recai por "qualquer ato de gestão" que cause danos a terceiros, pois, via de regra, a associação responde com seu próprio patrimônio. Apenas em casos de comprovado abuso da personalidade jurídica (desvio ou confusão), a responsabilidade é estendida aos administradores.

A alternativa D está incorrecta. Embora a responsabilização exija o abuso da personalidade jurídica, ela não depende de previsão expressa no estatuto da associação. A possibilidade de desconsideração é uma norma de ordem pública prevista no art. 50 do CC/2002, aplicável independentemente da vontade dos associados. Nos termos do CC, a desconsideração é uma prerrogativa judicial.

A alternativa E está correta. Via de regra, os bens particulares dos administradores são distintos e incomunicáveis das obrigações da associação (princípio da autonomia patrimonial). Contudo, a responsabilização dos bens particulares pode recair em caso de abuso da personalidade jurídica da entidade. O Código Civil e a jurisprudência estabelecem que esse abuso se caracteriza pelo desvio de finalidade (utilização da pessoa jurídica para fraudar credores ou praticar atos ilícitos) ou pela confusão patrimonial (mistura de bens e finanças da associação e de seus administradores). Nos termos da jurisprudência do STJ, a desconsideração é admitida mediante o abuso, vejamos: O STJ admite a desconsideração da personalidade jurídica da associação em caso de fraude ou desvio. "RECURSO ESPECIAL Nº 1812929 - DF (2019/0130084-7): É admissível a desconsideração da personalidade jurídica de associação civil... bem como se reconheceu o abuso da personalidade jurídica, porquanto o regime jurídico próprio das formas associativas sofreu distorções e desvirtuamento de seu propósito." A desconsideração é aplicada por analogia ao Art. 50 do Código Civil: "Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios beneficiados diretamente pelo abuso".

### **QUESTÃO 53. Nas demandas judiciais, a prescrição:**

- a) Deve ser alegada a qualquer tempo antes da sentença, sob pena de preclusão.**
- b) Pode ser alegada até a interposição de recurso para a segunda instância, sob pena de preclusão.**
- c) Pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.**
- d) Deve ser alegada na primeira oportunidade em que o demandado falar nos autos, sob pena de preclusão.**
- e) Deve ser alegada antes da instrução processual, sob pena de preclusão.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Prescrição em Processo Civil.

A alternativa A está incorrecta. A prescrição, por ser matéria de ordem pública, pode ser alegada a qualquer tempo. Esta é a posição pacífica do STJ: "(...) 1. A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que as matérias de ordem pública, tais como prescrição e decadência, nas instâncias ordinárias, podem ser reconhecidas a qualquer tempo, não estando sujeitas à preclusão. (...)". (STJ. RECURSO ESPECIAL Nº 1.721.191 – MG. Min. Rel. Herman Benjamin. DJe: 02/08/2018).

A alternativa B está incorrecta. A prescrição, por ser matéria de ordem pública, pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição. Vide comentário da letra C.

A alternativa C está correta. Conforme art. 193 do CC/02: "Art. 193. A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita."

A alternativa D está incorrecta. De fato, de acordo com art. 336 do Código de Processo Civil, toda a matéria de defesa deve vir com a contestação, sob pena de preclusão. Vejamos: “Art. 336. Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir.” No entanto, a norma do art. 193 do Código Civil, já transcrita acima, deve ser interpretada como uma exceção ao sistema da preclusão do direito processual. O próprio art. 342, III, do CPC, traz essa exceção: “Art. 342. Depois da contestação, só é lícito ao réu deduzir novas alegações quando: III - por expressa autorização legal, puderem ser formuladas em qualquer tempo e grau de jurisdição.”

A alternativa E está incorrecta. A prescrição, por ser matéria de ordem pública, pode ser alegada a qualquer tempo. Vide comentário da letra A.

#### **QUESTÃO 54. No que diz respeito às cláusulas contratuais em negócio jurídico, as partes**

- a) podem pactuar regras de interpretação diversas das previstas em lei, nos contratos firmados por instrumento público ou particular.**
- b) podem pactuar regras de interpretação diversas das previstas em lei somente quando se tratar de contrato relacionado a bens móveis ou semoventes.**
- c) podem pactuar regras de interpretação diversas das previstas em lei somente quando o negócio não envolver interesse de incapazes.**
- d) não podem pactuar regras de interpretação diversas das previstas em lei.**
- e) podem pactuar regras de interpretação diversas das previstas em lei somente quando se tratar de contrato firmado por instrumento público.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou das cláusulas contratuais em negócio jurídico.

A alternativa A está correta, pois às partes têm autonomia para criar suas próprias regras sobre como o contrato deve ser interpretado, nos termos do CC/2002: “Art. 113. § 2º As partes poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei”.

#### **QUESTÃO 55. Rogério, arrolado como testemunha em processo judicial cível, tem interesse jurídico de que o requerido obtenha êxito na demanda, em decorrência de negócios comerciais mantidos com ele. Nesse caso, o depoimento de Rogério na condição de testemunha:**

- a) É inadmissível, haja vista o impedimento legal.**
- b) É admissível desde que o requerente admita expressamente essa condição.**

**c) É admissível desde que sob o compromisso de dizer a verdade.**

**d) É admissível caso não haja outro meio de prova.**

**e) Depende da decisão do juiz, que pode admiti-lo ou não.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Provas, em especial a Prova Testemunhal.

No tocante ao caso concreto narrado pelo enunciado, como Rogério possui interesse no litígio, é considerado testemunha suspeita, na forma do art. 447, § 3º, II, do CPC. Vejamos: “Art. 447. Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas. § 3º São suspeitos: II - o que tiver interesse no litígio.” Assim, o aceite de seu depoimento depende da decisão do juiz, que pode admiti-lo ou não, na forma do art. 447, § 4º: “§ 4º Sendo necessário, pode o juiz admitir o depoimento das testemunhas menores, impedidas ou suspeitas.”. Nesse caso, o § 5º do mesmo artigo determina que o referido depoimento será prestado independentemente de compromisso, e o juiz lhe atribuirá o valor que possa merecer. A seguir: “§ 5º Os depoimentos referidos no § 4º serão prestados independentemente de compromisso, e o juiz lhes atribuirá o valor que possam merecer.”.

As alternativas A, B C e D estão incorrectas. O CPC não traz tais possibilidades, conforme art. 447, § 3º, II e § 4º, do CPC, acima transcritos.

A alternativa E está correta. Em suma, o depoimento de Rogério na condição de testemunha depende da decisão do juiz, que pode admiti-lo ou não, conforme art. 447, § 3º, II e § 4º, do CPC.

**QUESTÃO 56. Pedro tomou conhecimento de que seu desafeto Gustavo tinha uma dívida no valor de R\$ 50 mil com Francisco. Antes do vencimento da dívida, Pedro pagou-a em seu próprio nome, sem o conhecimento de Gustavo.**

**Nesse caso hipotético, Pedro**

**a) não poderá exigir de Gustavo o reembolso do valor pago a Francisco se aquele comprovar que tinha meios para ilidir a ação de pagamento.**

**b) tem direito de exigir de Gustavo o reembolso do valor pago a Francisco, antes mesmo do vencimento da obrigação, ainda que Gustavo comprove após que tinha meios para ilidir a ação de pagamento.**

**c) tem direito de exigir de Gustavo o reembolso do valor pago a Francisco, somente após o seu vencimento, ainda que Gustavo comprove que tinha meios para ilidir a ação de pagamento.**

**d) fica sub-rogado nos direitos de Francisco e poderá exigir o pagamento do valor pago a este, antes mesmo do vencimento da obrigação.**

**e) fica sub-rogado nos direitos de Francisco e poderá exigir o pagamento do valor pago a este, somente após o vencimento da obrigação.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou do adimplemento das obrigações.

A alternativa A está correta, pois descreve exatamente a regra disposta no CC/2002: "Art. 306. O pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, não obriga a reembolsar aquele que pagou, se o devedor tinha meios para ilidir a ação". A lei protege o devedor que, sem saber do pagamento, possuía uma defesa para não pagar a dívida (ou para pagá-la parcialmente). Nesse cenário, como Pedro pagou sem consultar Gustavo, ele assume o risco. Se Gustavo tinha uma defesa válida contra a cobrança, ele não será obrigado a reembolsar Pedro.

A alternativa B está incorrecta. Esta alternativa está incorreta por dois motivos: Primeiro, veja que o reembolso só pode ser exigido após o vencimento da dívida original. Pagar antecipadamente não antecipa o direito de cobrar do devedor. Já em segundo lugar, como visto no art. 306 do CC/2002, se Gustavo tinha meios para ilidir a ação, o direito de reembolso de Pedro é extinto.

A alternativa C está incorrecta. Embora esteja certa ao afirmar que o reembolso só pode ser exigido após o vencimento, ela erra ao ignorar a exceção do Art. 306. do CC/2002, o direito ao reembolso não é absoluto e cede se o devedor comprovar que tinha como se defender da cobrança.

A alternativa D está incorrecta. A sub-rogação ocorre quando o terceiro que paga a dívida "assume o lugar" do credor original, com todas as garantias e privilégios do crédito. O Art. 305 é claro ao negar esse direito ao terceiro não interessado que paga em nome próprio. Pedro tem apenas um direito simples de reembolso, não se tornando o "novo credor" com os mesmos poderes de Francisco. Veja a literalidade do CC/2002: "Art. 305. O terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar; mas não se sub-roga nos direitos do credor. Parágrafo único. Se pagar antes de vencida a dívida, só terá direito ao reembolso no vencimento".

A alternativa E está incorrecta. O erro principal é o mesmo da alternativa "d", o terceiro não interessado que paga em nome próprio não se sub-roga nos direitos do credor, conforme o Art. 305 do CC/2002, acima já transcrito.

**QUESTÃO 57. Determinada empresa com atuação na área recreativa obteve empréstimo bancário milionário com o objetivo de ampliar seu parque de diversão. Restou pactuada uma carência de doze meses a partir da qual a devedora pagaria prestações mensais por sessenta meses, até quitar a obrigação. Alguns meses após o recebimento do valor, ocorreu uma crise mundial na área da saúde pública, que inviabilizou a prestação dos serviços pela empresa contratante, a qual teve de suspender suas atividades por diversos meses.**

**Nesse caso, constitui direito da empresa devedora**

**a) exigir a suspensão do pagamento das prestações até o restabelecimento das suas atividades econômicas.**

- b) exigir a prorrogação do tempo de carência, até o restabelecimento de suas atividades econômicas.**
- c) exigir a resolução do contrato e a suspensão das obrigações dele decorrentes, até o restabelecimento das suas atividades econômicas.**
- d) restituir de imediato 50% do valor recebido e requerer o pagamento da diferença sem juros, no mesmo prazo estipulado no contrato.**
- e) pedir a resolução do contrato ou a revisão de cláusulas contratuais de modo a viabilizar o cumprimento da obrigação decorrente do empréstimo, dada a sua nova realidade econômica.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre revisão contratual.

As alternativas A, B, C estão incorrectas. As alternativas que sugerem que a empresa pode exigir unilateralmente a suspensão, resolução ou prorrogação do contrato até o restabelecimento das atividades. Há a hipótese de se requerer a revisão contratual, nos termos do art. 480 do CC.

A alternativa D está incorrecta. Não há base legal ou princípio da Teoria da Imprevisão que determine a restituição de um valor percentual fixo (50%) ou a isenção de juros. A solução deve ser equitativa e negociada ou arbitrada pelo juiz.

A alternativa E está correta. O contrato se tornou excessivamente oneroso, sendo direito da devedora pleitear a revisão das cláusulas. Vejamos o disposto no art. 480 do CC: "Art. 480. Se no contrato as obrigações couberem a apenas uma das partes, poderá ela pleitear que a sua prestação seja reduzida, ou alterado o modo de executá-la, a fim de evitar a onerosidade excessiva."

**QUESTÃO 58.** Uma conhecida blogueira, com milhares de seguidores, publicou, em suas redes sociais, declarações ofensivas, difamatórias e injuriosas acerca de uma médica, pelo fato de não ter obtido resultados satisfatórios em um procedimento médico com fins estéticos realizado pela profissional.

Nesse caso hipotético,

- a) a vítima poderá exigir apenas indenização por danos morais, pois, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, a publicação de mensagem em redes sociais não é passível de provocar danos materiais.**
- b) a vítima poderá exigir apenas indenização por danos materiais, pois o STJ já reconheceu que a publicação de declarações em redes sociais não provoca danos de ordem moral.**
- c) a vítima poderá exigir apenas indenização por danos morais e prejuízos efetivamente comprovados, pois a publicação de mensagem em redes sociais não ocasiona lucros cessantes.**

**d) a pessoa que publicou as declarações pode ser responsabilizada criminalmente, mas não responderá na esfera cível, pois a CF assegura o direito de liberdade de expressão.**

**e) a vítima poderá exigir indenização por danos morais e danos materiais, nestes incluídos os lucros cessantes.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da responsabilidade civil.

A alternativa E está correta. Esta é a única alternativa que reflete adequadamente o princípio da reparação integral do dano. A vítima tem o direito de ser compensada por todos os prejuízos sofridos, sejam eles de ordem moral (abalo à honra e imagem) ou material (perdas financeiras diretas e o que deixou de ganhar). A combinação dos artigos do Código Civil sobre ato ilícito e a extensão dos danos fundamenta essa possibilidade: “Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano”. Veja o que o TJ-DF na Apelação Cível 0707480-26.2020.8.07.0001 decidiu neste sentido: “EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO. MÉRITO. CAMPANHA DIFAMATÓRIA EM REDES SOCIAIS. ABUSO DO DIREITO DE INFORMAÇÃO E MANIFESTAÇÃO. ATO ILÍCITO. CARACTERIZAÇÃO. DANOS MORAIS. PESSOA JURÍDICA. HONRA OBJETIVA. OFENSA. COMPROVAÇÃO. LUCROS CESSANTES. DEMONSTRAÇÃO. QUEDA DO FATURAMENTO. 1. A liberdade de expressão e de informação não constitui direito absoluto, sendo vedada a divulgação de notícias falsas e de conteúdo ofensivo, que extrapolam os limites da crítica e da informação, com o objetivo de denegrir a honra e a imagem de terceiros. 2. A divulgação de campanha difamatória em redes sociais, com o deliberado propósito de denegrir a imagem de pessoa jurídica, constitui ato ilícito passível de reparação civil. 3. A pessoa jurídica pode sofrer dano moral (Súmula 227 do STJ), desde que haja ofensa à sua honra objetiva, ou seja, à sua imagem, reputação e credibilidade no mercado. 4. Os lucros cessantes, para serem indenizáveis, devem ser fundados em bases seguras, não podendo se basear em meras presunções. No caso, a autora logrou êxito em demonstrar, por meio de prova documental, a queda de seu faturamento no período em que se intensificaram as postagens difamatórias, bem como o nexo de causalidade com a conduta do réu, o que autoriza a condenação ao pagamento de lucros cessantes, a serem apurados em liquidação de sentença. 5. Recurso conhecido e parcialmente provido”.

**QUESTÃO 59. Rosana e seu marido Fábio detinham o domínio de um imóvel urbano e o alienaram a Paula. Inicialmente formalizaram uma promessa de compra e venda, em caráter irrevogável e irretratável, firmada por instrumento público, momento em que a compradora efetuou o pagamento de 50% do valor do imóvel, sendo imitida na posse do imóvel. Posteriormente foi lavrada a escritura pública de compra e venda, e efetuado o pagamento da diferença.**

**No caso hipotético apresentado, a aquisição da propriedade**

**a) só se materializará mediante o registro do título translativo no registro de imóveis.**

- b) concretizou-se a partir da manifestação expressa de vontade das partes em formalizarem o negócio jurídico.**
- c) concretizou-se a partir da lavratura da promessa de compra e venda firmada por instrumento público em caráter irrevogável e irretratável.**
- d) deu-se a partir da tradição materializada pela imissão na posse.**
- e) materializou-se a partir do pagamento da segunda parcela, ou seja, da quitação da obrigação.**

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da aquisição da propriedade.

A alternativa A está correta. No direito brasileiro, a aquisição da propriedade de bens imóveis por ato entre vivos é um processo complexo que não se esgota com a manifestação de vontade, o pagamento ou a transferência da posse. O sistema adotado pelo Código Civil exige um ato formal e solene para que a transferência do domínio seja efetivada e tenha validade perante todos: “Art. 1.245. Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis§ 1º Enquanto não se registrar o título translativo, o alienante continua a ser havido como dono do imóvel. § 2º Enquanto não se promover, por meio de ação própria, a decretação de invalidade do registro, e o respectivo cancelamento, o adquirente continua a ser havido como dono do imóvel”. Isso significa que, mesmo com a escritura pública de compra e venda lavrada, o pagamento integral do preço e a posse do imóvel, a compradora (Paula) ainda não é, para a lei, a proprietária do bem. Ela possui um direito pessoal contra os vendedores (Rosana e Fábio), mas a propriedade só será sua de fato e de direito após o registro da escritura no Cartório de Registro de Imóveis competente.

**QUESTÃO 60.** Uma grande empresa de transportes, proprietária de bens imóveis e dezenas de veículos, firmou contrato com uma instituição financeira para a obtenção de crédito e deu em garantia pignoratícia ao credor uma carreta de sua propriedade, avaliada em duas vezes o valor da obrigação. Ficou pactuado, ainda, que a contratante pagaria prestações sucessivas, por 24 meses, a contar da data da assinatura do contrato, bem como contrataria seguro para o veículo empenhado. Após 10 meses de vigência do contrato, o veículo empenhado se envolveu em um acidente que provocou sua perda total. Ao tomar ciência do acidente, a credora intimou a devedora para substituir a garantia, mas não obteve êxito.

Nessa situação hipotética, o perecimento do veículo

- a) não provoca o vencimento antecipado da dívida, pois a empresa devedora tem bens suficientes para cumprir a obrigação pactuada.**
- b) provoca o vencimento antecipado da dívida, e a credora se sub-rogará na indenização do seguro do veículo empenhado.**
- c) provoca o vencimento antecipado da dívida, mas a credora não poderá se sub-rogar na indenização do seguro do veículo empenhado.**

- d) não provoca o vencimento antecipado da dívida, já que o veículo empenhado possuía seguro.**
- e) não provoca o vencimento antecipado da dívida, pois houve o pagamento de mais da metade das prestações do contrato.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da garantia pignoratícia.

A alternativa B está correta. A situação hipotética envolve a aplicação de regras específicas sobre garantias reais no Código Civil. Quando um bem é dado em garantia (neste caso, um penhor sobre a carreta) e ele perece ou se deteriora, a lei protege o credor, que contava com aquele patrimônio para assegurar o recebimento do seu crédito. A solução está no CC/2002: "Art. 1.425. A dívida considera-se vencida: IV - se perecer o bem dado em garantia, e não for substituído; § 1º Nos casos de perecimento da coisa dada em garantia, esta se sub-rogará na indenização do segurado, ou no resarcimento do dano, em benefício do credor, a quem assistirá sobre ela preferência até seu completo reembolso".

**QUESTÃO 61.** Mário, homem muito rico, casado pelo regime de separação de bens com Roberta, com quem convivia havia vinte e oito anos, faleceu sem deixar testamento nem descendentes ou ascendentes, mas deixou, vivos, três irmãos, um bilateral e dois unilaterais.

Nesse caso hipotético,

- a) será declarada a vacância da herança deixada por Mário, e os bens arrecadados passarão ao domínio do respectivo município.**
- b) apenas o irmão bilateral terá direito a suceder a herança deixada por Mário.**
- c) terão direito a suceder a herança deixada por Mário o irmão unilateral e os bilaterais, mas os unilaterais herdarão a metade do que o irmão bilateral herdar.**
- d) apenas a viúva, Roberta, terá direito a suceder a herança deixada por Mário.**
- e) terão direito a suceder a herança deixada por Mário todos os irmãos, o unilateral e os bilaterais, na mesma proporção um dos outros.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da sucessão legítima.

A alternativa D está correta, nos termos da ordem de vocação hereditária disposta no CC/2002: "Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge; III - ao cônjuge sobrevivente; IV - aos colaterais". O cônjuge (inciso III) vem antes dos colaterais

(irmãos, tios, sobrinhos - inciso IV). Como Mário não deixou descendentes (inciso I) nem ascendentes (inciso II), a herança é deferida integralmente ao herdeiro da classe seguinte, que é o cônjuge sobrevivente (Roberta). O regime de separação de bens não afasta o direito do cônjuge de herdar nesta situação. A discussão sobre o regime de bens é relevante principalmente quando o cônjuge concorre com os descendentes (inciso I), o que não é o caso aqui. Na ausência de descendentes e ascendentes, o cônjuge herda a totalidade dos bens, independentemente do regime de casamento.

**QUESTÃO 62. Em decorrência de uma doença hereditária denominada distrofia de córnea, Maria perdeu a visão dos dois olhos. Compadecido com a situação, Pedro, filho de Maria, dispôs-se a doar a córnea de um de seus olhos à mãe.**

#### **Nesse caso, a doação**

- a) é permitida, independentemente de autorização judicial prévia, se atestado por junta médica habilitada que a remoção do órgão não impede o doador de continuar vivendo sem risco para a sua integridade.**
- b) não é permitida, visto que a retirada de uma córnea impede o organismo do doador de continuar vivendo sem risco para a sua integridade, bem como representa grave comprometimento de suas aptidões vitais.**
- c) não é legalmente permitida, mas se a receptora comprovar, por meio de laudo emitido por junta médica especializada, que o transplante é indispensável para suas aptidões vitais e saúde mental, a doação poderá ser autorizada judicialmente.**
- d) é permitida, independentemente de autorização judicial, pois será feita a parente consanguíneo de primeiro grau.**
- e) é permitida mediante autorização judicial prévia e desde que seja atestado por junta médica especializada que o doador não terá grave comprometimento de suas aptidões vitais e saúde mental.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do transplante de órgãos (Lei nº 9.434/1997).

A alternativa A está correta, pois combina os principais requisitos da Lei de Transplantes para a doação entre vivos. A doação é permitida para parentes consanguíneos até o quarto grau, o que inclui o filho. A lei exige autorização judicial apenas para doação entre pessoas que não são parentes: como Pedro é filho de Maria, a autorização judicial é dispensada. A doação só é permitida se não houver risco à integridade do doador e não representar grave comprometimento de suas aptidões vitais. A avaliação se a retirada de uma córnea se enquadra nisso é de competência da equipe médica. Veja literalidade da Lei nº 9.434/1997: "Art. 9º É permitida à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consangüíneos até o quarto grau, inclusive, na forma do § 4º deste artigo. § 3º Só é permitida a doação referida neste artigo quando se tratar de órgãos duplos, de partes de órgãos, tecidos ou partes

do corpo cuja retirada não impeça o organismo do doador de continuar vivendo sem risco para a sua integridade e não represente grave comprometimento de suas aptidões vitais e saúde mental e não cause mutilação ou deformação inaceitável, e corresponda a uma necessidade terapêutica indispensável à pessoa receptora. § 4º O doador deverá autorizar, preferencialmente por escrito e diante de testemunhas, especificamente o tecido, órgão ou parte do corpo que está doando".

A alternativa B está incorrecta, pois faz uma afirmação médica categórica que não pode ser presumida como verdadeira. A avaliação sobre o risco e o comprometimento das aptidões vitais é uma análise técnica, a ser feita por uma equipe médica no caso concreto, e não uma proibição legal absoluta.

A alternativa C está incorrecta. A premissa de que a doação "não é legalmente permitida" é falsa. A lei permite, desde que os requisitos sejam cumpridos.

A alternativa D está incorrecta, pois está incompleta. Embora esteja certa ao afirmar que a autorização judicial é dispensada devido ao parentesco, ela omite o requisito mais importante: a avaliação médica sobre a segurança do procedimento para o doador, conforme o § 3º do Art. 9º. A permissão não é incondicional.

A alternativa E está incorrecta. O erro está na exigência de autorização judicial prévia. Conforme o Art. 9º da Lei nº 9.434/1997, a autorização judicial só é necessária para doações a pessoas que não sejam cônjuge ou parentes até o quarto grau.

### **QUESTÃO 63. Julgue os itens a seguir, relativos ao casamento.**

**I. A autorização concedida pelos pais a casamento de filho menor de idade não pode ser revogada.**

**II. É nulo o casamento contraído entre irmãos, ainda que a relação de parentesco seja apenas civil.**

**III. A solenidade do casamento civil, quando em ambiente particular, prescinde do caráter de publicidade, podendo restringir-se à presença dos noivos e de seus convidados.**

**IV. O nubente que se encontrar no território nacional, mas em localidade diversa daquela em que será celebrado o seu casamento, poderá fazer-se representar na cerimônia nupcial por procurador firmado por instrumento público.**

**Estão certos apenas os itens**

**a) I e III.**

**b) I e IV.**

**c) II e IV.**

**d) I, II e III.**

**e) II, III e IV.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do casamento.

O Item I está incorrecto, nos termos do CC/2002: "Art. 1.518. Até a celebração do casamento podem os pais ou tutores revogar a autorização".

O Item II está correcto. A celebração de casamento com tal impedimento resulta em sua nulidade, nos termos do CC/2002: "Art. 1.521. Não podem casar: IV - os irmãos, unilaterais ou bilaterais, e demais colaterais, até o terceiro grau inclusive;".

O Item III está incorrecto, pois não se prescinde da publicidade, nos termos do CC/2002: "Art. 1.534. A solenidade realizar-se-á na sede do cartório, com toda publicidade, a portas abertas, presentes pelo menos duas testemunhas, parentes ou não dos contraentes, ou, querendo as partes e consentindo a autoridade celebrante, noutro edifício público ou particular".

O Item IV está correcto, nos termos do CC/2002: "Art. 1.535. Presentes os contraentes, em pessoa ou por procurador especial, juntamente com as testemunhas e o oficial do registro, o presidente do ato, ouvida aos nubentes a afirmação de que pretendem casar por livre e espontânea vontade, declarará efetuado o casamento, nestes termos: "De acordo com a vontade que ambos acabais de afirmar perante mim, de vos receberdes por marido e mulher, eu, em nome da lei, vos declaro casados".

### **QUESTÃO 64. No que se refere aos registros públicos de imóveis, julgue os próximos itens.**

**I. O pedido de reconhecimento de usucapião extrajudicial deverá ser processado perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo.**

**II. As cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade incomunicabilidade impostas a imóveis sujeitam-se à averbação junto ao registro de imóveis.**

**III. A instituição do bem de família para efeito de destino de domicílio familiar e isenção de execução por dívida poderá ser firmada por instrumento particular, mas sua validade depende do registro da sua instituição no registro de imóveis.**

**IV. A adjudicação compulsória de imóvel objeto de cessão de direitos poderá ser efetivada extrajudicialmente no serviço de registro de imóveis da situação do imóvel, a pedido do cessionário e mediante representação por advogado.**

**Estão certos apenas os itens**

**a) I e III.**

**b) I e IV.**

**c) II e III.**

**d) I, II e IV.**

**e) II, III e IV.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Registros Públicos de Imóveis.

O Item I está correto. Conforme art. 216-A da lei 6.015/73: "Art. 216-A. Sem prejuízo da via jurisdicional, é admitido o pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião, que será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, representado por advogado, instruído com:"

O Item II está correto. Conforme art. 167, II, item 11, da lei 6.015/73: "Art. 167 - No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos: II - a averbação: 11) das cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade impostas a imóveis, bem como da constituição de fideicomisso;"

O Item III está incorrecto. A instituição se dá por escritura pública. Conforme art. 1711 do CC/02, c/c art. 260 da lei 6.015/73: "Art. 1.711. Podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial."; e "Art. 260. A instituição do bem de família far-se-á por escritura pública, declarando o instituidor que determinado prédio se destina a domicílio de sua família e ficará isento de execução por dívida."

O Item IV está correto. Conforme art. 216-B, caput e § 1º, da lei 6.015/73: "Art. 216-B. Sem prejuízo da via jurisdicional, a adjudicação compulsória de imóvel objeto de promessa de venda ou de cessão poderá ser efetivada extrajudicialmente no serviço de registro de imóveis da situação do imóvel, nos termos deste artigo. § 1º São legitimados a requerer a adjudicação o promitente comprador ou qualquer dos seus cessionários ou promitentes cessionários, ou seus sucessores, bem como o promitente vendedor, representados por advogado, e o pedido deverá ser instruído com os seguintes documentos:"

### **QUESTÃO 65. Em relação aos direitos das pessoas com deficiência, julgue os seguintes itens.**

**I. É vedado às instituições privadas de ensino cobrar valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades e anuidades em decorrência de serviço educacional especializado disponibilizado a alunos com deficiência.**

**II. Não havendo, na localidade onde reside a pessoa com deficiência, serviço de diagnóstico e tratamento especializado, incumbe ao poder público prestar atendimento fora de domicílio, custeado com recursos públicos, e, inclusive, arcar com as despesas com transporte e acomodação para a pessoa com deficiência e seu acompanhante.**

**III. Os planos de saúde privados poderão cobrar das pessoas com deficiência, a título de mensalidade, valores diferenciados dos cobrados de quem não é portadora de deficiência, não podendo o adicional exceder o limite da razoabilidade.**

**IV. Toda pessoa com deficiência que não disponha de condições de autossustentabilidade tem direito à moradia inclusiva concedida pelo poder público, proveniente dos programas habitacionais dos entes públicos.**

**Assinale a opção correta.**

- a) Apenas os itens I e II estão certos.**
- b) Apenas os itens I e IV estão certos.**
- c) Apenas os itens II e III estão certos.**
- d) Apenas os itens III e IV estão certos.**
- e) Todos os itens estão certos.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão tratou do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015).

O Item I está correto, nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015): “Art. 28, § 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se o disposto no caput deste artigo, sendo-lhes vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações”.

O Item II está correto, nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015): “Art. 19, § 4º, VI As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar: VI - informações sobre sua condição de saúde; Art. 22. À pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para a sua permanência em tempo integral”. Nesse mesmo sentido, dispõe a lei 7853/1989: “Art. 2º Ao poder público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas: II - na área da saúde: d) a garantia de acesso das pessoas com deficiência aos estabelecimentos de saúde públicos e privados e de seu adequado tratamento neles, sob normas técnicas e padrões de conduta apropriados; “.

O Item III está incorrecto, nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015): “Art. 23. São vedadas todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, inclusive por meio de cobrança de valores diferenciados para planos e seguros privados de saúde, em razão de sua condição”.

O Item IV está incorrecto, nos termos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015): “Art. 32. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte: I - reserva de, no mínimo, 3% (três por cento) das unidades habitacionais para pessoa com deficiência;”.

#### **QUESTÃO 66. Na administração pública, a arbitragem:**

- a) É permitida apenas nos casos que envolvam a administração pública indireta.**
- b) Pode ser de direito ou de equidade, a critério da administração.**
- c) É sempre pública.**
- d) Não impõe aos árbitros o dever de revelação quanto a fatos.**
- e) É sempre de direito.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Arbitragem na Administração Pública.

A alternativa A está incorrecta. Conforme art. 1º, § 1º, da Lei 9.307/96: “§ 1º A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis.”

A alternativa B está incorrecta. Conforme art. 2º, caput, da Lei 9.307/96: “Art. 2º A arbitragem poderá ser de direito ou de equidade, a critério das partes.”

A alternativa C está incorrecta. Não há qualquer restrição nesse sentido na Lei de Arbitragem.

A alternativa D está incorrecta. Conforme art. 14, § 1º, da Lei 9.307/96: “§ 1º As pessoas indicadas para funcionar como árbitro têm o dever de revelar, antes da aceitação da função, qualquer fato que denote dúvida justificada quanto à sua imparcialidade e independência.”

A alternativa E está correta. Conforme art. 2º, § 3º, da Lei 9.307/96: “§ 3º A arbitragem que envolva a administração pública será sempre de direito e respeitará o princípio da publicidade.”

**QUESTÃO 67.** João locou um imóvel a Pedro, que sublocou parte do bem a Carlos. O locador João ajuizou ação de despejo contra Pedro. Nessa situação hipotética, consideradas as disposições do Código de Processo Civil (CPC) sobre assistência, Carlos

- a) poderá ingressar no processo como assistente, mas apenas houver concordância expressa de ambas as partes originais da demanda.**
- b) não poderá ingressar no processo como assistente, pois não possui interesse jurídico suficiente, sendo o interesse apenas econômico**
- c) poderá ingressar no processo como amicus curiae, desde que demonstre representatividade adequada na defesa dos direitos de sublocatário**
- d) poderá ingressar no processo como assistente simples de Pedro, pois possui interesse jurídico, uma vez que a decisão judicial poderá afetar sua esfera jurídica como sublocatário**
- e) somente poderá ingressar no processo como assistente litisconsorcial, pois possui relação jurídica direta com o bem objeto da demanda.**

### **Comentários**

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata sobre o tema assistência.

A alternativa A está incorrecta. A assistência é um direito do interessado e não depende da concordância das partes originais. Basta o interesse jurídico, conforme dispõe o CPC no Art. 119: “Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.”;

A alternativa B está incorrecta. No caso concreto há o interesse jurídico, pois se trata de contrato de locação, afetando o direito de Carlos à moradia;

A alternativa C está incorrecta. O amicus curiae não tem legitimidade para atuar em questões como as do caso concreto, sua atuação se dá em processos de grande relevância social e jurídica. Dispõe o CPC no Art. 138 que: “O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.”;

A alternativa D está correta. De fato, demonstrado o interesse jurídico de Carlos enquanto sublocatário, é o que prevê a Lei de Locações no seu Art. 15: “Rescindida ou finda a locação, qualquer que seja sua causa, resolvem - se as sublocações, assegurado o direito de indenização do sublocatário contra o sublocador.”. Conforme dispõe o artigo 119 do CPC, haverá legitimidade para a sua atuação como assistente: “Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.”;

A alternativa E está incorrecta. No caso a intervenção será como assistente simples, na forma do Art. 121 do CPC: "O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, exercerá os mesmos poderes e sujeitar-se-á aos mesmos ônus processuais que o assistido."

**QUESTÃO 68.** Uma empresa, acionada judicialmente por danos materiais decorrentes de acidente de trânsito, possui seguro de responsabilidade civil e dois fiadores em contrato de locação de veículo relacionado ao sinistro. Considerando a situação hipotética apresentada e as modalidades de intervenção de terceiros previstas no CPC, assinale a opção correta.

- a) A partir de dezembro de 2025, com vigência da Lei nº 15.040/2024, será vedada a denunciação da lide em contratos de seguro, devendo o segurado valer-se exclusivamente de ação autônoma de regresso contra a seguradora para evitar decisões conflitantes.
- b) A empresa poderá promover o chamamento ao processo da seguradora e dos fiadores, pois todos são responsáveis solidários pelo débito.
- c) A empresa poderá proceder à denunciação da lide à seguradora e promover o chamamento ao processo dos fiadores, sendo esses atos modalidades distintas de intervenção.
- d) Somente será cabível a denunciação da lide à seguradora, não sendo possível o chamamento dos fiadores por não se tratar de débito solidário.
- e) Na hipótese de procedência da ação principal e da denunciação da lide à seguradora, o autor somente poderia requerer o cumprimento de sentença contra a denunciada após o esgotamento da execução contra o réu-denunciante, observada a ordem de preferência estabelecida em lei.

### Comentários

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata dos temas denunciação da lide e chamamento ao processo.

A alternativa A está incorrecta. É cabível a denunciação da lide no contrato de seguro, conforme se pode exemplificar com o explicativo voto proferido pelo TJDF no julgamento do Acórdão 1959187, em fevereiro de 2025: "Em relação de consumo é expressamente vedada a denunciação da lide pelo fornecedor/prestador de serviços, conforme disposição expressa no art. 88 do CDC. 4.1 Dita vedação não prevalece de forma absoluta na hipótese em que o consumidor, réu na demanda, postula a intervenção provocada de terceiro na lide. Entretanto, para o caso concreto, no que concerne à pretendida denunciação à lide da operadora do plano de saúde, impossível admiti-la ainda que a tenha requerido a consumidora ré porque faltam elementos argumentativos e probatórios que justifiquem o chamamento ao processo da empresa seguradora. 5. Não pode a consumidora ré/apelante deixar de quitar despesas médicas relativas a serviços a ela efetivamente prestados e tampouco pode exigir ao plano de saúde a que está vinculada que efetive o reembolso desses custos, os quais não demonstra ter pagado ao hospital credor, ora autor/apelado. É de todo inviável afastar, a benefício da consumidora inadimplente, a vedação expressa em regra posta no art. 88 do Diploma Consumerista uma vez que falta razoabilidade ao interesse por ela manifestado de denunciar à lide, em ação monitória manejada em seu desfavor, a operadora de plano de saúde de que é beneficiária por recusa à solicitação de reembolso de despesas não comprovadamente pagas pela realização de serviços médicos. A regra proibitiva

estabelecida em defesa do consumidor na parte final do art. 88 do CDC deve incidir quando evidente o interesse do consumidor demandado de procrastinar o feito. Ademais, está a clínica autora da ação monitória ao amparo dos postulados da celeridade e da economia processual. Ressalvada, todavia, a possibilidade do exercício do direito de regresso em processo autônomo ou nos mesmos autos.”;

A alternativa B está incorreta. A figura jurídica neste caso seria a denunciação da lide, prevista no CPC em seu Art. 125: “É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes:I - ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam;II - àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo.”;

A alternativa C está correta. De fato, são modalidades distintas de intervenção de terceiros. O Chamamento ao Processo está previsto no art. 130 do CPC: “É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu: I - do afiançado, na ação em que o fiador for réu; II - dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles; III - dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum.”;

A alternativa D está incorreta. Conforme demonstrado, é possível o chamamento ao processo dos fiadores por expressa previsão legal do artigo 130 do CPC já transcrito;

A alternativa E está incorreta. De acordo com a Súmula 537 do STJ: “Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denunciação ou contestar o pedido do autor, pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice.”.

**QUESTÃO 69.** Em execução por quantia certa promovida por uma empresa contra outra, o magistrado determinou a utilização da ferramenta denominada “teimosinha”. Disponível no sistema de busca de ativos do Poder Judiciário, tal ferramenta realiza reiteração automática e programada de ordens de bloqueio, executando novos comandos sempre que a instituição financeira responde sobre saldos remanescentes, até que seja satisfeita integralmente a execução. A empresa executada alegou que tal medida viola o princípio da menor onerosidade e inviabiliza suas atividades empresariais.

Tendo como referência essa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da “teimosinha”, com base na jurisprudência do STJ.

- a) A referida ferramenta é incompatível com os princípios da execução, pois se equipara à constrição permanente de ativos financeiros.
- b) É cabível o emprego da referida ferramenta, sendo ônus do devedor demonstrar concretamente a inviabilização da atividade empresarial.
- c) A utilização da ferramenta em tela depende de prévia intimação do executado para que comprove a impossibilidade de pagamento da dívida.

**d) A utilização da referida ferramenta é vedada, pois viola o princípio da menor onerosidade ao impedir o controle do devedor sobre movimentações financeiras.**

**e) A ferramenta em questão só pode ser utilizada após o esgotamento de todas as demais medidas executivas típicas, por ser considerada medida atípica.**

### **Comentários**

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata sobre Execução.

A alternativa A está incorrecta. O STJ entende que a referida ferramenta é compatível, conforme julgado mencionado na alternativa B.

A alternativa B está correta. A alternativa abordou corretamente o entendimento do STJ, conforme REsp 2.121.333-SP julgado pela 2<sup>a</sup> Turma, que estabelece a possibilidade da utilização do convênio SISBAJUD na modalidade "teimosinha" e estabelece que o ônus será do devedor de demonstrar a inviabilização da atividade empresarial. "É possível o uso de ferramenta denominada "teimosinha", que é a reiteração automática e programada de ordens de bloqueio de valores, para pesquisa e bloqueio de bens do devedor, porquanto confere maior celeridade na busca de ativos financeiros e efetividade na demanda executória. STJ. 2<sup>a</sup> Turma. REsp 2.121.333-SP, Rel. Min. Afrânio Vilela, julgado em 11/6/2024 (Info 19 - Edição Extraordinária)."

A alternativa C está incorrecta. A utilização da ferramenta não depende da intimação do executado, uma vez que isto permitiria o esvaziamento das contas e a frustração da execução.

A alternativa D está incorrecta. Como vimos na letra B, a utilização da ferramenta não é vedada.

A alternativa E está incorrecta. As penhoras devem observar, preferencialmente, a ordem estabelecida no art. 835, do CPC. Como o dinheiro é a primeira na ordem legal (inciso I), a utilização da ferramenta "teimosinha" deve ser usada antes de qualquer outro convênio. Portanto, equivoca-se a alternativa quando afirma que deverá ser somente utilizada após o esgotamento de todas as demais medidas executivas típicas (que aliás, essa ferramenta é). "CPC. Art. 835. A penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem: I - dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira;".

**QUESTÃO 70. Uma ação civil pública foi ajuizada pelo Ministério Público para a tutela de direitos difusos ambientais. Durante o curso do processo, o Ministério Público e os réus pretendem celebrar convenção processual para a modificação de prazos probatórios, dada a possibilidade de celebração de termo de ajustamento de conduta (TAC) na espécie.**

**Nessa situação, considerados os negócios jurídicos-processuais atípicos, a referida convenção processual**

**a) é admissível, pois, embora os direitos difusos sejam indisponíveis, são autocomponíveis através do TAC, o que permite convenções processuais na espécie.**

**b) é inadmissível, pois, sendo os direitos difusos sempre indisponíveis, veda-se qualquer forma de autocomposição e, consequentemente, de convenções processuais.**

**c) é inadmissível, pois o CPC confere ao tema tratamento idêntico ao dado pela Lei de Arbitragem, limitando a autocomposição processual aos direitos patrimoniais disponíveis.**

**d) é admissível, pois o Ministério Público tem ampla legitimidade para transacionar qualquer direito coletivo, inclusive os direitos individuais indisponíveis e individuais homogêneos.**

**e) é admissível, pois, embora as convenções processuais tenham como requisito a existência de pessoa jurídica de direito público em um dos polos, esta condição é satisfeita na situação em apreço, em razão de o Ministério Público figurar como autor da ação.**

### **Comentários**

A alternativa certa é a **letra A**. A questão trata sobre Negócios Jurídicos-Processuais atípicos.

A alternativa A está correta. O Ministério Público pode celebrar negócios processuais quanto atua como parte (Enunciado do FPPC nº 253). Inclusive, pode celebrar tais negócios, mesmo se tratando de direitos difusos, que na sua essência seriam indisponíveis. Isto porque, como podem ser celebrados Termos de Ajustamento de Conduta em relação a tais direitos, poderá, também, por consequência lógica, celebrar negócios jurídicos sobre o tema. Destaca-se que os negócios jurídicos-processuais atípicos estão previstos no art. 190, do CPC: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Parágrafo único. De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade.

A alternativa B está incorreta. Como vimos na alternativa A, os direitos difusos permitem a celebração de acordo, especialmente, através de TAC.

A alternativa C está incorreta. Vide, comentário da Letra B.

A alternativa D está incorreta. O Ministério Público não possui a legitimidade para transacionar qualquer tipo de direito. O equívoco desta alternativa reside na sua generalidade.

A alternativa E está incorreta. As convenções processuais não exigem como requisito de existência uma pessoa jurídica de direito público em um dos polos, é perfeitamente possível realizar negócio jurídico entre particulares.

**QUESTÃO 71. Considerando as noções de direito penal e poder punitivo, incluídos aspectos de política criminal, criminologia e processos de criminalização, assinale a opção correta.**

- a) O poder punitivo estatal deve ser visto sempre como instrumento técnico que analisa de forma neutra situações em que deverá incidir o direito penal, não havendo, portanto, influência de fatores sociais, econômicos e políticos.**
- b) A política criminal é campo de conhecimento que estuda a elaboração de teorias sobre a pena, sem interface com dados empíricos ou com as noções de prevenção do delito, aspectos mais relacionados ao direito penal positivo.**
- c) A criminologia e a política criminal são totalmente independentes do direito penal, atuando em esferas distintas e sem qualquer influência mútua na compreensão e no combate à criminalidade.**
- d) O sistema penal é caracterizado pela inexistência de seletividade, atingindo de forma quase equânime às diversas camadas sociais independentemente de raça, classe ou gênero, garantida a imparcialidade da aplicação da lei penal.**
- e) A criminalização primária relaciona-se a criação das normas penais incriminadores pelos órgãos competentes, ao passo que a criminalização secundária diz respeito à aplicação seletiva dessas normas pelas instâncias formais de controle social.**

### **Comentários**

A alternativa certa é a **letra E**. A questão trata do tema criminologia.

A alternativa A está incorrecta. A análise do poder punitivo estatal deve considerar a influência dos fatores políticos, sociais e econômicos. Pode-se exemplificar com o entendimento do STJ em relação à aplicabilidade do princípio da insignificância no crime de furto. O Superior Tribunal de Justiça (STJ), através de sua 6ª Turma, decidiu que o furto famélico exige que o bem subtraído seja alimento para consumo imediato e que o agente não tenha alternativa para matar sua fome naquele momento.

A alternativa B está incorrecta. O estudo da política criminal enquanto ciência é interdisciplinar, pois usa a criminologia, a sociologia, a psicologia e dados empíricos para orientar o Direito Penal.

A alternativa C está incorrecta. Não são totalmente independentes do direito penal, pois há uma interdisciplinaridade, haja vista que a criminologia tem como objeto: o delito, o delinquente, a vítima e o controle social;

A alternativa D está incorrecta. Há diversas rotulagens e bastante seletividade no direito penal. Conforme explica Michel Foucault no clássico “Vigiar e Punir”: “[...] processos que encontramos atrás de toda uma série de afirmações bem estranhas à teoria penal do século XVIII: que o crime não é uma virtualidade que o interesse ou as paixões introduziram no coração de todos os homens, mas que é coisa quase exclusiva de uma certa classe social: que os criminosos que antigamente eram encontrados em todas as classes sociais, saem agora “quase todos da última fileira da ordem social” [...] nessas condições seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo em nome de todo mundo; que é mais prudente reconhecer que ela é feita para alguns e se aplica a outros; que em princípio ela obriga a todos os cidadãos, mas se dirige principalmente às classes mais numerosas e menos esclarecidas; que, ao contrário do que acontece com as leis políticas ou civis, sua aplicação não se refere a todos da mesma forma; que nos tribunais não é a sociedade inteira que julga um de seus membros, mas uma categoria

social encarregada da ordem sanciona outra fadada à desordem (2008, p.229)"

A alternativa E está correta. A criminalização primária diz respeito ao poder de criar a lei penal e introduzir no ordenamento jurídico a tipificação criminal de determinada conduta. A criminalização secundária, por sua vez, atrela-se ao poder estatal para aplicar a lei penal introduzida no ordenamento com a finalidade de coibir determinados comportamentos antissociais. Na definição de Zaffaroni , criminalização primária "é o ato e o efeito de sancionar uma lei penal material que incrimina ou permite a punição de certas pessoas" e a criminalização secundária "é a ação punitiva exercida sobre pessoas concretas, que acontece quando as agências policiais detectam uma pessoa que supõe-se tenha praticado certo ato criminalizado primariamente".

## **QUESTÃO 72. No que diz respeito às funções da pena e suas respectivas teorias, assinale a opção correta.**

- a) Segundo a teoria relativa da pena, a sanção não possui qualquer utilidade social, sendo seu único objetivo retribuir o mal causado pelo crime em relação ao agente que o praticou.**
- b) A teoria absoluta da pena fundamenta a necessidade da sanção na prevenção geral e especial da criminalidade, buscando inibir futuros delitos e ressocializar o condenado**
- c) A teoria da prevenção especial positiva foca a neutralização do infrator, de forma a impedi-lo de cometer novos crimes, seja pela execução da pena privativa de liberdade, seja por impossibilitá-lo do convívio social.**
- d) A teoria da prevenção geral negativa busca intimidar a coletividade por meio da aplicação da pena, ao passo que a teoria da prevenção geral positiva visa garantir a vigência da norma.**
- e) As teorias unificadoras da pena propõem que a pena deve ter a exclusiva finalidade de retribuição justa do mal praticado.**

### **Comentários**

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema teoria da pena.

A alternativa A está incorrecta. Para a teoria relativa a pena tem utilidade social, pois busca prevenção;

A alternativa B está incorrecta. A teoria absoluta, Kant e Hegel, é puramente retributiva;

A alternativa C está incorrecta. Enquanto a prevenção especial negativa busca a neutralização/incapacitação, a fim de tirar o infrator da sociedade, a prevenção especial positiva busca a ressocialização.

A alternativa D está correta. Justamente, a prevenção geral negativa, através da intimidação, produz efeito dissuasório (Feuerbach). Já na prevenção geral positiva há o reforço da confiança e vigência da norma (Jakobs, Roxin).

A alternativa E está incorrecta. As teorias mistas ou unificadoras combinam retribuição e prevenção, não defendem, portanto, a exclusividade de um elemento.

### QUESTÃO 73. Com base no disposto no Código Penal brasileiro, assinale a opção correta.

- a) A sentença estrangeira que condena um brasileiro pode ser homologada no Brasil para obrigar a reparar o dano, independentemente de pedido da parte interessada.
- b) A lei posterior que, de qualquer modo, favorecer o agente aplica-se aos fatos anteriores, salvo se, por fato atribuível à defesa, o trânsito em julgado for postergado por manobras protelatórias no estrangeiro.
- c) Em atenção ao princípio da territorialidade mitigada, não se sujeitam a lei brasileira os crimes cometidos por estrangeiros
- d) A lei penal excepcional ou temporária continua aplicável aos fatos praticados durante seu período de duração, mesmo após o término de sua vigência, ou após cessadas as circunstâncias que a determinaram o que confere a hipótese de ultratividade
- e) Considera-se praticada a infração no momento em que se produz o seu resultado.

#### Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema lei penal no tempo.

A alternativa A está incorrecta. Segundo o art. 9º, parágrafo único, I, do CP, a sentença estrangeira para efeitos civis (reparação de dano) depende de iniciativa da parte interessada. Diz o artigo.9º: "A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para: I - obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis. Parágrafo único - A homologação depende: a) para os efeitos previstos no inciso I, de pedido da parte interessada;"

A alternativa B está incorrecta. O art. 2º, parágrafo único, do CP diz que a lei posterior mais benéfica se aplica a qualquer tempo, ainda que após o trânsito em julgado, sem exceções: "Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória. Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado."

A alternativa C está incorrecta. O art. 7º do CP prevê várias hipóteses em que crimes cometidos no exterior (inclusive por estrangeiros) são puníveis pela lei brasileira (extraterritorialidade incondicionada e condicionada). Art. 7º - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: I - os crimes a) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República;

A alternativa D está correta. Conforme dispõe o Art. 3º do Código Penal: "A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a

determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.”;

A alternativa E está incorrecta. O art. 4º do CP estabelece a teoria da atividade: “Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.”

**QUESTÃO 74.** José foi condenado à uma pena de 1 ano de reclusão e dez dias multa, por crime praticado quando tinha 20 anos de idade. A sentença que o condenou considerou a sua reincidência, uma vez que José havia sido condenado anteriormente em ação transitada em julgado. A nova condenação transitou em julgado para a acusação em 5/9/2023, tendo sido desprovido o recurso de apelação da defesa. O trânsito em julgado em definitivo, para acusação e defesa, ocorreu em 7/5/2024. Com base nessa situação hipotética assinale a opção correta acerca da prescrição.

- a) o prazo da prescrição da pena de multa será de dois anos independentemente de ela ser a única abominada ou de ser aplicada de forma alternativa ou cumulativa.
- b) de acordo com o atual entendimento do STF, o prazo para a prescrição da pretensão executória deverá iniciar sempre a partir do trânsito em julgado para a acusação, dado o recurso da defesa.
- c) conforme o entendimento atual do STF, o prazo prescricional da pretensão executória terá início na data do trânsito em julgado para a acusação e defesa devendo ser aumentado de um terço por José ser reincidente e reduzido pela metade por ele ser menor de 21 anos ao tempo do crime.
- d) o fato de José ter 20 anos de idade no momento do crime não influencia os prazos da prescrição, mas impõe a atenuação da pena aplicada na sentença.
- e) os prazos para a ocorrência da prescrição deverão ser aumentados de metade e razão da reincidência de José.

### Comentários

A alternativa certa é a **letra C**, porém a nossa equipe entende que a questão pode ser passível de anulação, pela inconsistência na especificação sobre qual tipo de prescrição, se punitiva ou executória, encontrada na alternativa E. A questão trata do tema prescrição.

A alternativa A está incorrecta. Dispõe o Código Penal no Art. 114 que: “ a prescrição da pena de multa ocorrerá: I - em 2 (dois) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada; II - no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.

A alternativa B está incorrecta. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria de votos, no julgamento do Agravo em Recurso Extraordinário (ARE) 848107, com repercussão geral (Tema 788), que o prazo de prescrição para o Estado executar a pena começa a ser contado a partir da condenação definitiva (trânsito em julgado) para a acusação e a defesa.

A alternativa C está correta. Conforme dispõe a Súmula 220-STJ: A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva. A reincidência influencia no prazo da prescrição da pretensão executória.

A alternativa D está incorrecta. Haverá influência, conforme dispõe o Código Penal no Art. 115: “São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos, salvo se o crime envolver violência sexual contra a mulher.”;

A alternativa E está incorrecta. Dispõe o Código penal no Art. 110 que: “A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente. Dispõe a súmula 220-STJ: “A reincidência não altera prazo da prescrição da pretensão punitiva, porém influencia no prazo da prescrição da pretensão executória. Porém a questão especificou na questão se era prescrição da pretensão punitiva ou executória, o que a torna passível de recurso.”.

**QUESTÃO 75.** Joana, servidora pública municipal, inseriu em documento oficial declaração falsa sobre a residência de um morador local, com o objetivo de permitir a ele acesso a uma vaga em creche pública da localidade. Nessa situação hipotética, de acordo com as disposições do Código Penal, a conduta de Joana configura crime de

- a) falsidade ideológica em documento público, com causa de aumento de pena em razão de a agente ser praticado a ação no exercício da função pública**
- b) falsidade ideológica de documento particular, com causa de aumento de pena pelo fato de a agente da ação ser funcionária pública.**
- c) falso reconhecimento de firma ou letra, dada a inserção de informação falsa em documento público no exercício da função pública**
- d) emissão de certidão ideologicamente falsa, com pena de detenção, pois houve atestado de fato inverídico para a obtenção de vantagem de interesse público.**
- e) falsidade material de certidão, pois houve alteração de documento oficial para a obtenção de serviço público.**

### Comentários

A alternativa certa é a **letra D**. A questão trata do tema crime de certidão ou atestado ideologicamente falso.

A alternativa A está incorrecta. Não se trata deste tipo penal, previsto no art. 299 do CP. A conduta da agente se amolda ao crime do art. 301 do Código Penal;

A alternativa B está incorrecta. Não poderia ser este o tipo penal, pois não se trata de documento particular;

A alternativa C está incorrecta. Não se trata deste tipo penal, a conduta se amolda ao crime do art. 301 do Código Penal;

A alternativa D está correta. Se trata do crime relacionado à emissão de certidão ou atestado ideologicamente falso, previsto no Art. 301 do Código Penal: “Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem:Pena - detenção, de dois meses a um ano.”;

A alternativa E está incorrecta. Conforme já explicitado, a conduta se amolda ao tipo penal do artigo 301 do CP.

**QUESTÃO 76.** A respeito da aplicação da lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas, assinale a opção correta de acordo com as disposições preliminares do Código de Processo Penal (CPP).

- a) A lei processual penal pode ser aplicada retroativamente quando houver omissão do legislador quanto à sua vigência, desde que haja decisão judicial nesse sentido.
- b) As normas processuais penais admitem interpretação extensiva, sendo vedada a aplicação analógica.
- c) As normas processuais penais admitem aplicação analógica, vedada a interpretação extensiva.
- d) A lei processual penal em sentido estrito admite, excepcionalmente, aplicação retroativa quando for mais benéfica ao acusado, em observância ao mesmo princípio aplicável à lei penal material.
- e) A lei processual penal aplica-se desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, não se admitindo retroatividade, ainda que mais benéfica.

### Comentários

A alternativa certa é a **letra E**. A questão trata do tema aplicabilidade da lei processual penal.

A alternativa A está incorrecta. De acordo com o Art. 2º do CPP: “A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.”;

A alternativa B está incorrecta. Conforme o CPP, Art. 3º: “A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.”;

A alternativa C está incorrecta. De acordo com o CPP no Art. 3º: “A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.”;

A alternativa D está incorrecta. A lei processual penal em sentido estrito não admite aplicação retroativa. Em que pese haver construção jurisprudencial que entende que lei processual híbridas/mistas podem

retroagir, é sedimentado que a norma puramente processual tem eficácia a partir da data de sua vigência (Enunciado 1 da Jornada de Direito Penal e Processo Penal (CEEJ/CJF);

A alternativa E está correta. De acordo com o art. 2º do CPP, regra geral, “A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.”. Contudo, há situações excepcionais, na construção da jurisprudência e doutrina, que permite a retroatividade. Na aplicação das denominadas leis mistas ou híbridas, conceituadas como aquelas que contêm tanto aspectos de direito material, como aspectos de direito processual. De acordo com o STF (HC 83.864/DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence) deve prevalecer o aspecto material com esteio na regra da retroatividade benéfica para o réu.

### **QUESTÃO 77. No que se refere à jurisdição e à competência no processo penal brasileiro, assinale a opção correta.**

- a) A competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, mas a competência privativa do tribunal do júri, não.**
- b) A jurisdição penal exercida pelo Poder Judiciário compreende tanto a jurisdição contenciosa quanto a voluntária, sendo esta última aplicável nos casos de homologação de delações premiadas e acordos de não persecução penal.**
- c) A competência penal é absoluta em todos os seus critérios, não podendo ser modificada por convenção das partes ou por conexão ou continência**
- d) A competência territorial no processo penal é regra de ordem pública e, por isso, sempre absoluta, não podendo ser modificada por conexão.**
- e) A competência será determinada pelo domicílio do réu ou, subsidiariamente, pelo local da infração.**

### **Comentários**

A alternativa certa é a **letra A**. A questão trata sobre o tema competência.

A alternativa A está correta. De acordo com o Art. 74 do CPP: “A competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, salvo a competência privativa do Tribunal do Júri.”;

A alternativa B está incorrecta. Nos acordos, tais como o ANPP, e a colaboração premiada, o juiz atua jurisdicionalmente, não sendo expressão de jurisdição voluntária;

A alternativa C está incorrecta. O critério territorial é relativo, e pode ser modificado pela conexão ou continência;

A alternativa D está incorrecta. A competência territorial no processo penal não é absoluta e sim relativa, haja vista que pode ser modificada por conexão;

A alternativa E está incorrecta. O Critério principal é o lugar da infração, conforme dispõe o Art. 70: “A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.”;

**QUESTÃO 78. No que se refere as questões e aos processos incidentes no processo penal, assinale a opção correta de acordo com as normas do CPP**

- a) Se a perícia médica concluir que a doença mental alegada pelo acusado é posterior à infração penal, o processo deve seguir seu curso, até que seja apreciada a pretensão punitiva estatal por sentença.**
- b) A arguição de insanidade mental do acusado, feita pelo Ministério Público, pelo defensor ou pelo próprio juiz, suspende o processo, até que sobrevenha a conclusão do incidente.**
- c) O reconhecimento da inimputabilidade do réu no incidente de insanidade mental acarreta, automaticamente, a extinção da punibilidade e o arquivamento do processo.**
- d) A resolução de incidente de falsidade documental no processo penal faz coisa julgada na esfera cível.**
- e) A suspeição do juiz deve ser arguida por exceção, a qual precederá a qualquer outra, mesmo se motivada por fato superveniente.**

#### Comentários

A alternativa certa é a **letra B**. A questão trata sobre o tema incidentes processuais.

A alternativa A está incorrecta. Conforme dispõe o Art. 152 que diz: “Se se verificar que a doença mental sobreveio à infração o processo continuará suspenso até que o acusado se restabeleça, observado o § 2º do art. 149.”. É a denominada crise de instância, pois continuam correndo os prazos prescricionais sem que o processo possa tramitar;

A alternativa B está correta. Dispõe o Art. 149 que: “Quando houver dúvida sobre a integridade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, seja este submetido a exame médico-legal. § 2º O juiz nomeará curador ao acusado, quando determinar o exame, ficando suspenso o processo, se já iniciada a ação penal, salvo quanto às diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento.”;

A alternativa C está incorrecta. Conforme dispõe o Art. 151: “ Se os peritos concluírem que o acusado era, ao tempo da infração, irresponsável nos termos do art. 22 do Código Penal, o processo prosseguirá, com a presença do curador. Aplicação da medida de segurança.

A alternativa D está incorrecta. De acordo com o CPP, no Art. 148: “Qualquer que seja a decisão, não fará coisa julgada em prejuízo de ulterior processo penal ou civil.”;

A alternativa E está incorrecta. Prevê o CPP no Art. 96 que: “A arguição de suspeição precederá a qualquer

outra, salvo quando fundada em motivo superveniente.”.

**QUESTÃO 79.A interceptação telefônica e a captação ambiental de sinais meios de obtenção de prova no processo penal brasileiro, são reguladas por legislação específica. Considerando esses institutos e seus contornos legais, assinale a opção correta.**

- a) A captação ambiental de sinais realizada por um dos interlocutores, sem a devida autorização judicial, configura crime**
- b) A inutilização de gravação interceptada que não interesse à prova está sujeita à preclusão, de forma que não pode ser requerida após o encerramento da investigação.**
- c) A interceptação telefônica somente poderá ser autorizada quando não houver outros meios disponíveis para a obtenção da prova desejada, sendo vedada sua utilização como primeira medida investigativa.**
- d) A interceptação telefônica pode ser deferida em qualquer fase da investigação ou da ação penal, a requerimento do Ministério Público ou da autoridade policial,**
- e) A interceptação telefônica poderá ser determinada contra qualquer pessoa, desde que haja indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal, independentemente do tipo de pena cominada.**

### **Comentários**

A alternativa certa é a **letra D**, porém a nossa equipe entende que o subjetivismo na redação da alternativa a torna passível de anulação. A questão trata do tema interceptação telefônica.

A alternativa A está incorrecta. De acordo com a lei nº 9.296/1996 no Art. 10-A: § 1º: “Não há crime se a captação é realizada por um dos interlocutores.”;

A alternativa B está incorrecta. Dispõe o Art. 9º da lei nº 9.296/1996 que: “A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, durante o inquérito, a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.”;

A alternativa C está incorrecta. A lei nº 9.296/1996 no artigo 2º prevê: “Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses: II - a prova puder ser feita por outros meios disponíveis. Não há na lei vedação para como primeira medida investigativa.”;

A alternativa D está correta. De acordo com a lei nº 9.296/1996 no Art. 3º: “A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento: I - da autoridade policial, na investigação criminal; II - do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal. Porém a questão pode ser passível de anulação, haja vista que fica subentendido que a autoridade policial pode pedir a interceptação durante a ação penal, o que não é possível.

A alternativa E está incorrecta. De acordo com o Art. 2º da lei nº 9.296/1996: "Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses: III - o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.". Portanto, não é qualquer pena.

**QUESTÃO 80. No que se refere ao procedimento penal nos tribunais, assinale a opção correta com base na Lei n.º 8.038/1990.**

- a) Com vistas à preservação do sigilo das investigações em curso, a lei determina que o julgamento do recebimento da denúncia seja realizado em sessão secreta.**
- b) Após o oferecimento da denúncia, o relator poderá rejeitá-la liminarmente, sem necessidade de prévia manifestação do acusado.**
- c) Compete ao relator determinar o arquivamento do inquérito a pedido do Ministério Público e decretar a extinção da punibilidade nas hipóteses legais.**
- d) Nos tribunais superiores, não se admite o ajuizamento de ação penal privada.**
- e) A denúncia será recebida automaticamente caso o acusado permaneça inerte após ter sido notificado.**

**Comentários**

A alternativa certa é a **letra C**. A questão trata do tema denúncia na Lei n.º 8.038/1990.

A alternativa A está incorrecta. A lei não determina que o ato de recebimento da denúncia seja realizada em sessão secreta, não existe tal previsão;

A alternativa B está incorrecta. Dispõe o Art. 4º que: "Apresentada a denúncia ou a queixa ao Tribunal, far-se-á a notificação do acusado para oferecer resposta no prazo de quinze dias."

A alternativa C está correta. Prevê a Lei no Art. 3º que: "Compete ao relator: I - determinar o arquivamento do inquérito ou de peças informativas, quando o requerer o Ministério Público, ou submeter o requerimento à decisão competente do Tribunal; II - decretar a extinção da punibilidade, nos casos previstos em lei.";

A alternativa D está incorrecta. A Ação penal privada pode tramitar originariamente nos tribunais se o titular de foro especial cometer crime de ação penal privada (ex.: crime contra a honra).

A alternativa E está incorrecta. A falta de resposta do acusado não implica recebimento automático. O Tribunal delibera sobre o recebimento, conforme art. 6º da Lei 8.038/1990: "A seguir, o relator pedirá dia para que o Tribunal delibere sobre o recebimento, a rejeição da denúncia ou da queixa, ou a improcedência da acusação, se a decisão não depender de outras provas".

**QUESTÃO 81. Assinale a opção em que é corretamente indicada a característica do direito empresarial que retrata a diversidade de seus ramos.**

- a) informalismo**
- b) elasticidade**
- c) onerosidade**
- d) cosmopolitismo**
- e) fragmentariedade**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre as características do Direito Empresarial.

A alternativa A está incorrecta. O Direito Empresarial é, em regra, informal. A informalidade do direito empresarial reside na necessidade de se adequar ao dinamismo das relações empresariais. Conforme a doutrina de Túlio Ascarelli, os entraves burocráticos, sobretudo pelo excesso de regulamentação normativa representam fatores impeditivos ao desenvolvimento célere das atividades econômicas.

A alternativa B está incorrecta. Não se refere à fonte legal, mas à maleabilidade do conteúdo normativo. O Direito Empresarial deve ser flexível para se adaptar as particularidades dos casos concretos (GOLDSTEIN, Jayme).

A alternativa C está incorrecta. Trata-se de característica dos contratos empresariais, onde geralmente há uma vantagem recíproca (lucro) entre as partes. Conforme assim explica o professor Daniel Rizza. Entretanto, não é uma característica que descreva a diversidade dos ramos.

A alternativa D está incorrecta. A globalização dos mercados impõe ao Direito Empresarial este caráter cosmopolita, ampliando a sua complexidade, garantindo proteção aos investimentos e a circulação de novas tecnologias, (MARTINS, Ivo). Trata-se de característica que reflete a tendência do Direito Empresarial de ser uniforme internacionalmente, facilitando o comércio global.

A alternativa E está correta. A fragmentariedade é uma característica das disciplinas que são subdivididas em ramos (ROCCO, Alfredo). Conforme afirma alternativa, esta corresponde a principal característica do direito empresarial: a fragmentariedade. O professor Daniel Rizza ensina haver múltiplas leis esparsas que compõe o direito empresarial, como o Código Civil; Lei das Sociedades Anônimas (S/A) é a Lei nº 6.404/76; a Lei 11.101/05 (Lei de Falências), assim, retratando a diversidade do direito empresarial que exige a harmonia com diversos outros ramos do direito. Segundo Rocco: “(...) por “Direito Comercial”, entende-se em regra, só o “Direito Comercial privado”, isto é, aquele complexo de normas que regulam as relações dos particulares entre si derivadas do comércio, e o Direito Comercial processual, quer dizer, as normas regulando a função jurisdicional do estado em matéria comercial. Ficam fora do Direito Comercial propriamente dito: o direito administrativo comercial; o direito financeiro comercial; o Direito Comercial penal; o Direito Comercial internacional.”

## **QUESTÃO 82. É correto afirmar que o empresário individual**

- a) é obrigado a ter um capital social mínimo para iniciar suas atividades.**
- b) exercer atividade empresarial em nome próprio, sem a necessidade de registro na junta comercial.**
- c) tem responsabilidade ilimitada, respondendo com seu patrimônio pessoal pelas dívidas da empresa.**
- d) tem responsabilidade limitada ao capital social da empresa, sendo seu patrimônio pessoal separado do patrimônio da empresa.**
- e) é uma pessoa jurídica distinta da pessoa física do empreendedor.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre empresário individual.

A alternativa A está incorrecta. Aqui há pegadinha do examinador, pois, na verdade, trata-se da disposição da EIRELI (extinta em 2021).

A alternativa B está incorrecta. Ao contrário do que afirma a alternativa, é obrigatório a inscrição do empresário no RPM antes do início da atividade empresarial, nos termos do art. 967 do CC: "Art. 967. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade."

A alternativa C está correta. Isso significa que, se a empresa contrair dívidas que não consiga pagar, os credores podem executar e satisfazer seus créditos utilizando bens pessoais do empresário (casa, carro, contas bancárias, etc.). A jurisprudência do STJ já fixou o entendimento de que "a empresa individual é mera ficção jurídica que permite à pessoa natural atuar no mercado com vantagens próprias da pessoa jurídica, sem que a titularidade implique distinção patrimonial entre o empresário individual e a pessoa natural titular da firma individual" ( REsp 1.355.000/SP , Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 20/10/2016, DJe 10/11/2016) e de que "o empresário individual responde pelas obrigações adquiridas pela pessoa jurídica, de modo que não há distinção entre pessoa física e jurídica, para os fins de direito, inclusive no tange ao patrimônio de ambos" ( AREsp 508.190 , Rel. Min. Marco Buzzi, Publicação em 4/5/2017).

A alternativa D está incorrecta. A teor da norma do art. 966 do Código Civil , o empresário individual é a pessoa física que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para produção ou circulação de bens ou de serviços. Como ele atua no formato de firma individual, o patrimônio entre as pessoas jurídica e física ou natural se confunde, de modo que a responsabilidade pelas obrigações é solidária e ilimitada. O empresário individual, por sua vez, não goza da separação patrimonial, respondente com todos os seus bens, inclusive os pessoais, pelo risco do empreendimento (SANTA CRUZ, André.).

A alternativa E está incorrecta. O Empresário Individual não é uma pessoa jurídica distinta da pessoa física do empreendedor, consoante o disposto no art. 972 do CC: "Art. 972. Podem exercer a atividade

de empresário os que estiverem em pleno gozo da capacidade civil e não forem legalmente impedidos.". Conforme assim explica o professor Daniel Rizza , o empresário individual é, juridicamente, a própria pessoa física (o empreendedor) exercendo a empresa.

**QUESTÃO 83. Com base nas disposições legais acerca dos prepostos do empresário, assinale a opção correta.**

- a) Chama-se preponente a pessoa que age em nome de uma empresa ou organização, e preposto aquele que constitui o preponente para ocupar-se dos negócios.**
- b) O preposto não pode, sem autorização escrita, substabelecer a terceiros os poderes a ele conferidos, sob pena de responder pessoalmente pelos atos do substituto e pelas obrigações por ele contraídas.**
- c) Para que as limitações contidas na outorga de poderes ao gerente sejam opostas a terceiros, mesmo se conhecidas da pessoa com quem ele tratou, impõem-se o arquivamento e a averbação do instrumento no registro público de empresas mercantis.**
- d) Os preponentes não são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos praticados nos seus estabelecimentos relativos à atividade da empresa quando não autorizados por escrito.**
- e) No exercício de suas funções, os prepostos são solidariamente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos culposos; e, perante terceiros, subsidiariamente com o preponente, pelos atos dolosos.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a figura do preposto.

A alternativa A está incorrecta. A alternativa inverte os papéis. Conforme assim ensina o professor Daniel Rizza, o Preponente é o empresário (pessoa física ou jurídica) que constitui o preposto para ocupar-se dos negócios. E o preposto é a pessoa que age em nome e sob a direção do preponente. Dispõe o art. 1.178 , caput, do CC que "os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito."

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 1.169 do Código Civil, o preposto não poderá fazer-se substituído no desempenho da proposição. A saber: "Art. 1.169. O preposto não pode, sem autorização escrita, fazer-se substituir no desempenho da proposição, sob pena de responder pessoalmente pelos atos do substituto e pelas obrigações por ele contraídas." Se o preposto substabelecer os poderes sem autorização expressa do empresário (preponente), ele será pessoalmente responsabilizado por tudo que o substituto fizer e pelas obrigações que ele contrair.

A alternativa C está incorrecta. É necessário o arquivamento e a averbação do instrumento de nomeação (ou procuraçāo) no Registro Público de Empresas Mercantis, nos termos do Art. 1.174 do CC: "Art. 1.174. As limitações contidas na outorga de poderes, para serem opostas a terceiros, dependem do

arquivamento e averbação do instrumento no Registro Público de Empresas Mercantis, salvo se provado serem conhecidas da pessoa que tratou com o gerente.”

A alternativa D está incorrecta. Os preponentes são, em regra, responsáveis pelos atos dos prepostos, desde que praticados nos seus estabelecimentos e relativos à atividade da empresa, mesmo que os prepostos tenham agido sem autorização escrita, conforme o Art. 1.178 do CC: “Art. 1.178. Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito. Parágrafo único. Quando tais atos forem praticados fora do estabelecimento, somente obrigarão o preponente nos limites dos poderes conferidos por escrito, cujo instrumento pode ser suprido pela certidão ou cópia autêntica do seu teor.”

A alternativa E está incorrecta. Perante terceiros, o preponente responde PESSOALMENTE pelos atos praticados por seus prepostos no exercício do trabalho. Vejamos o disposto no art. 1.177 do CC: “Art. 1.177. Os assentos lançados nos livros ou fichas do preponente, por qualquer dos prepostos encarregados de sua escrituração, produzem, salvo se houver procedido de má-fé, os mesmos efeitos como se o fossem por aquele. Parágrafo único. No exercício de suas funções, os prepostos são pessoalmente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos culposos; e, perante terceiros, solidariamente com o preponente, pelos atos dolosos.”

#### **QUESTÃO 84. No que se refere às disposições da Lei n.º 8.934/1994 acerca das juntas comerciais, assinale a opção correta.**

- a) Os registros realizados pelas juntas comerciais compreendem os documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de firmas mercantis individuais, sociedades mercantis e cooperativas.**
- b) A proteção ao nome empresarial decorre automaticamente do arquivamento dos atos constitutivos de firma individual e de sociedades, ou de suas alterações.**
- c) Estão sujeitos ao regime de decisão monocrática pelas juntas comerciais os serviços de arquivamento dos atos de constituição de sociedades anônimas.**
- d) As unidades federativas dispõem de junta comercial nas capitais e nas cidades com população de mais de um milhão de habitantes.**
- e) As juntas comerciais subordinam-se, administrativa e tecnicamente, ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre juntas comerciais.

A alternativa A está incorrecta. Ao contrário do que se afirma, é o registro que comprehende o ato de arquivamento realizado pela junta comercial, e não registro, conforme a inteligência do art. 64 da Lei n.º 8.934/1994: “Art. 64. A certidão dos atos de constituição e de alteração de empresários individuais

e de sociedades mercantis, fornecida pelas juntas comerciais em que foram arquivados, será o documento hábil para a transferência, por transcrição no registro público competente, dos bens com que o subscritor tiver contribuído para a formação ou para o aumento do capital."

A alternativa B está correta. O nome empresarial identifica o empresário em sua atividade. Nos termos do art. 33 da Lei n.º 8.934/1994, se estabelece que, com o arquivamento do ato constitutivo (ou de alteração de nome) na Junta Comercial, o nome empresarial obtém proteção legal dentro dos limites territoriais da Unidade Federativa onde foi feito o registro. Essa proteção impede que outros empresários registrem nome idêntico ou similar que possa gerar confusão. Vejamos: "Art. 33. A proteção ao nome empresarial decorre automaticamente do arquivamento dos atos constitutivos de firma individual e de sociedades, ou de suas alterações."

A alternativa C está incorrecta. A alternativa está contrária o disposto no art. 41, I da Lei n.º 8.934/1994, sendo a decisão monocrática é reservada a atos mais simples (ex: arquivamento de procuração, mudança de endereço, etc.). Vejamos: "Art. 41. Estão sujeitos ao regime de decisão colegiada pelas juntas comerciais, na forma desta lei: I - o arquivamento: a) dos atos de constituição de sociedades anônimas;"

A alternativa D está incorrecta. A alternativa está contrária o disposto no art. 5º da Lei n.º 8.934/1994. O Registro Público de Empresas Mercantis é organizado e executado, ao nível estadual, pelas Juntas Comerciais (órgãos estaduais), mas deve haver uma Junta em cada Unidade Federativa (UF). A saber: "Art. 5º Haverá uma junta comercial em cada unidade federativa, com sede na capital e jurisdição na área da circunscrição territorial respectiva."

A alternativa E está incorrecta. Trata-se de hipótese revogada pela Lei 13.833/2019, contrariando o disposto no art. 6º, parágrafo único da Lei n.º 8.934/1994. Atualmente estabelece-se o seguinte: "Art. 6º As juntas comerciais subordinam-se, administrativamente, ao governo do respectivo ente federativo e, tecnicamente, ao Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, nos termos desta Lei."

## **QUESTÃO 85. A operação por meio da qual duas ou mais sociedades se unem para a formação de sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações, denomina-se**

- a) fusão.**
- b) cisão.**
- c) joint venture.**
- d) aquisição.**
- e) incorporação.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre fusão.

A alternativa A está correta. A alternativa está em consonância com o disposto no art. 1.119 do CC, vejamos: “Art. 1.119. A fusão determina a extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações.” A fusão é a operação pela qual duas ou mais sociedades se unem para formar uma sociedade nova, que as sucederá em todos os direitos e obrigações.

A alternativa B está incorrecta. É a transferência de parcelas do patrimônio de uma companhia para uma ou mais sociedades, existentes ou novas, mediante a extinção da companhia cindida (cisão total) ou redução do seu capital (cisão parcial). Não envolve a união de duas para formar uma nova que as sucede integralmente. “Art. 229, §1, LSA a sociedade que absorver parcela do patrimônio da companhia cindida sucede a esta nos direitos e obrigações relacionados no ato da cisão. Nesse caso os credores que se sentirem prejudicados poderão promover judicialmente a anulação no prazo de 90 dias contados da publicação da cisão.”

A alternativa C está incorrecta. Não é uma forma de reorganização societária, mas sim uma associação por contrato entre duas ou mais empresas, por tempo determinado, para realizar um projeto específico. Na Lei de S.A: “Art. 278. As companhias e quaisquer outras sociedades, sob o mesmo controle ou não, podem constituir consórcio para executar determinado empreendimento, observado o disposto neste Capítulo. § 1º O consórcio não tem personalidade jurídica e as consorciadas somente se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, respondendo cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade. § 2º A falência de uma consorciada não se estende às demais, subsistindo o consórcio com as outras contratantes; os créditos que porventura tiver a falida serão apurados e pagos na forma prevista no contrato de consórcio.”

A alternativa D está incorrecta. É um termo genérico do mercado que se refere à compra do controle ou de ativos de uma empresa por outra.

A alternativa E está incorrecto. É a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações. Nesse sentido, art. 1.116, CC: “Na incorporação, uma ou várias sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações, devendo todas aprovar a, na forma estabelecida para os respectivos tipos”.

#### **QUESTÃO 86. A respeito de propriedade industrial, direitos autorais, patentes e marcas, assinale a opção correta.**

- a) Os direitos de propriedade industrial são considerados bens imóveis para efeitos legais, equiparando-se aos direitos pessoais de caráter patrimonial.**
- b) O registro do objeto do direito industrial destina-se à prova de anterioridade, ao passo que o registro autoral da obra tem natureza constitutiva.**
- c) São requisitos para a obtenção da concessão do direito industrial de patente: novidade, atividade inventiva, industriabilidade e desimpedimento.**
- d) Período de graça é o prazo concedido ao inventor para divulgação de sua invenção, contado a partir do depósito do pedido de patente.**

**e) É de vinte anos o prazo de vigência da patente de invenção, prorrogável por igual período e contado a partir da data do depósito do pedido de patente.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre registro de patente.

A alternativa A está incorrecta. Os direitos de Propriedade Industrial (marcas, patentes) são considerados bens móveis para efeitos legais, não bens imóveis, nos termos do art. 5º, vejamos: "Art. 5º Consideram-se bens móveis, para os efeitos legais, os direitos de propriedade industrial."

A alternativa B está incorrecta. O registro tem natureza constitutiva. Ao passo que o registro na Biblioteca Nacional (ou órgão correlato) tem natureza declaratória, servindo apenas para provar a anterioridade e autoria.

A alternativa C está correta. Consoante o disposto no art.8 da LPI são patenteáveis: "Art. 8º É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial."

A alternativa D está incorrecta. O Período de Graça é o prazo de 12 (doze) meses que antecede a data de depósito do pedido de patente. Vejamos: "Art. 12. Não será considerada como estado da técnica a divulgação de invenção ou modelo de utilidade, quando ocorrida durante os 12 (doze) meses que precederem a data de depósito ou a da prioridade do pedido de patente, se promovida:"

A alternativa E está incorrecta. O prazo de vigência da patente de invenção é de 20 (vinte) anos, não prorrogável, e é contado a partir da data de depósito do depósito, nos termos do Art. 40 da LPI: " Art. 40. A patente de invenção vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos e a de modelo de utilidade pelo prazo 15 (quinze) anos contados da data de depósito."

**QUESTÃO 87. Assinale a opção correta no que diz respeito às espécies de marca e à vigência de seus registros.**

**a) A marca notoriamente conhecida em seu ramo de atividade goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil.**

**b) A marca considerada de alto renome registrada no Brasil será assegurada proteção especial, apenas em seu ramo de atividade.**

**c) O registro da marca vigorará pelo prazo de 10 anos contados da data da concessão do registro, prorrogável uma única vez, por igual período.**

**d) Marca coletiva é aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de mais uma entidade.**

**e) Marca de certificação destina-se a certificar a origem de determinado produto.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre registro de marca.

A alternativa A está correta. A marca notoriamente conhecida goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil, na forma do artigo 126 da LPI, vejamos: "Art. 126. A marca notoriamente conhecida em seu ramo de atividade nos termos do art. 6º bis (I), da Convenção da União de Paris para Proteção da Propriedade Industrial, goza de proteção especial, independentemente de estar previamente depositada ou registrada no Brasil. § 1º A proteção de que trata este artigo aplica-se também às marcas de serviço. § 2º O INPI poderá indeferir de ofício pedido de registro de marca que reproduza ou imite, no todo ou em parte, marca notoriamente conhecida."

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que se afirma, a marca de alto renome será assegurada a sua proteção em todos os ramos de atividades, nos termos do art. 125 da LPI, a saber: "Art. 125. À marca registrada no Brasil considerada de alto renome será assegurada proteção especial, em todos os ramos de atividade."

A alternativa C está incorreta. Na realidade, o prazo de 10 anos será prorrogado por períodos iguais e sucessivos, nos termos do art. 133: "Art. 133. O registro da marca vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da concessão do registro, prorrogável por períodos iguais e sucessivos."

A alternativa D está incorreta. A alternativa está em dissonância com a definição de marca coletiva. Vejamos o disposto no art. 123: "Art. 123. Para os efeitos desta Lei, considera-se: III - marca coletiva: aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade."

A alternativa E está incorreta. É utilizada para atestar a qualidade de um produto/ serviço com determinadas normas ou especificações técnicas notadamente quanto a qualidade do material utilizado, ou da metodologia empregada, a saber: "Art. 123. Para os efeitos desta Lei, considera-se: II - marca de certificação: aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada;".

#### **QUESTÃO 88. Com base na teoria da desconsideração da personalidade jurídica e da desconsideração inversa, assinale a opção correta.**

**a) A desconsideração inversa da personalidade jurídica se justifica quando o executado, pessoa física, com o intuito de fraudar a execução, transfere para seu patrimônio pessoal bens da pessoa jurídica sob seu controle direto ou indireto.**

**b) Segundo entendimento pacificado do STJ, o encerramento irregular da sociedade aliado à falta de bens capazes de satisfazer o crédito exequendo constitui motivos suficientes para a desconsideração de personalidade jurídica.**

**c) De acordo com entendimento do STJ, a teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica deve incidir mediante mera prova de que a pessoa jurídica não pode pagar suas obrigações, em face da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.**

**d) A confusão patrimonial caracteriza-se pelo pagamento recorrente, pela sociedade, de obrigações do sócio ou vice-versa, bem como pela transferência de ativos e passivos sem efetiva contraprestação, exceto valores proporcionalmente insignificantes.**

**e) Consoante a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, exige-se a prova do desvio de finalidade da sociedade aliado à confusão patrimonial.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa A está incorrecta. Ele não transfere para o patrimônio pessoal, mas sim, para o patrimônio da pessoa jurídica, visando pagar dívidas pessoais, conforme assim nos ensina o professor Daniel Rizza. A desconsideração revela-se útil quando o devedor, para esquivar-se de seus credores, formalmente transfere seus bens particulares a pessoa jurídica sob seu controle direto ou indireto. Em tais casos, a extensão dos efeitos da obrigação do sujeito devedor à pessoa jurídica por ele controlada frustra a manobra fraudulenta, ao permitir que o credor se satisfaça à custa do patrimônio social. Vejamos o disposto no §3º do artigo 50 do Código Civil: “§ 3º O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo também se aplica à extensão das obrigações de sócios ou de administradores à pessoa jurídica.”

A alternativa B está incorrecta. Conforme o entendimento do Enunciado 282 da IV Jornada de Direito Civil, o encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica, por si só, não vai obstar a caracterização do abuso de personalidade. Vejamos: “O encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica, por si só, não basta para caracterizar abuso da personalidade jurídica.” Não obstante, a temática do encerramento e ausência de bens capazes de satisfazer o débito que essa pessoa possa, eventualmente, ter, continua em discussão no Tema 1.210 do STJ; ainda pendente de julgamento.

A alternativa C está incorrecta. A alternativa está incorreta, pois reflete a Teoria Maior.

A alternativa D está correta. A alternativa está em consonância à definição de confusão patrimonial, nos termos do art. 50, §2º, I e II do CC: “Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. [...] § 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: I - cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa; II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante;” Aqui, cumpre ressaltar o seguinte, a única diferença que a banca menciona que “pagamento recorrente”, quando, na realidade, o inciso I remete ao “cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações dos sócios...” e nesse sentido, pagamento e obrigações são SINÔNIMOS.

A alternativa E está incorrecta. Ao contrário do que afirma a alternativa, os requisitos são alternativos, não cumulativos.

**QUESTÃO 89. Acerca da concentração empresarial e da defesa da livre concorrência, assinale a opção correta.**

- a) Uma empresa ou um grupo de empresas que detenha posição dominante em um mercado relevante necessariamente tem poder de mercado.**
- b) Ocorre uma concentração vertical quando agentes econômicos distintos ofertam produtos ou serviços substitutos entre si.**
- c) A promoção denominada queima de estoque, quando temporária e localizada, caracteriza, de modo geral, a prática de preços predatórios.**
- d) Para a definição de mercado relevante, considera-se a impossibilidade de substituição de um produto por outro, seja em razão de o produto não ter substitutos, seja porque não é possível obtê-lo.**
- e) Presume-se que uma empresa ou grupo de empresas detenham posição dominante de mercado caso controlem metade do mercado em que atuam.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre defesa da concorrência.

A alternativa A está incorrecta. Estar em posição dominante não significa, por si só, deter poder de mercado, já que este depende de elementos adicionais, como a existência de barreiras à entrada e a habilidade de influenciar preços. Vejamos o disposto no art. 36, §2º da Lei nº 12.529/2011: “§ 2º Presume-se posição dominante sempre que uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando controlar 20% (vinte por cento) ou mais do mercado relevante, podendo este percentual ser alterado pelo Cade para setores específicos da economia.”

A alternativa B está incorrecta. Conforme assim explica o professor Daniel Rizza, a concentração vertical diz respeito à integração de agentes que atuam em distintos estágios da cadeia produtiva, e não à relação entre produtos ou serviços substitutos.

A alternativa C está incorrecta. Promoções temporárias de queima de estoque não configuram prática de preços predatórios, os quais se caracterizam pela venda abaixo do custo visando eliminar concorrentes, conforme professor Daniel Rizza.

A alternativa D está correta. A alternativa está em consonância com a definição de mercado relevante. É fundamental considerar a impossibilidade de substituição de determinados produtos. Quando não há alternativas disponíveis ou acessíveis, o bem em questão passa a configurar um mercado próprio, aspecto decisivo para a análise da concorrência. Vejamos, o disposto no art. 36, II, §2º e §5º da Lei 12.529/2011: “Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: II - dominar mercado relevante de bens ou serviços; § 2º Presume-se posição dominante sempre que uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando controlar 20% (vinte por cento) ou mais do

mercado relevante, podendo este percentual ser alterado pelo Cade para setores específicos da economia. § 5º Serão proibidos os atos de concentração que impliquem eliminação da concorrência em parte substancial de mercado relevante, que possam criar ou reforçar uma posição dominante ou que possam resultar na dominação de mercado relevante de bens ou serviços, ressalvado o disposto no § 6º deste artigo.

A alternativa E está incorrecta. A presunção de posição dominante não está vinculada, de forma automática, ao controle de 50% do mercado, mas sim à aptidão de exercer influência significativa sobre ele, conforme dispõe o artigo 36, §2º da Lei nº 12.529/2011: “§ 2º Presume-se posição dominante sempre que uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando controlar 20% (vinte por cento) ou mais do mercado relevante, podendo este percentual ser alterado pelo Cade para setores específicos da economia.”

#### **QUESTÃO 90. Assinale a opção correta no que se refere à sociedade limitada.**

- a) Nessa sociedade, os sócios respondem de forma solidária pela integralização do capital social.**
- b) A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação da maioria absoluta dos sócios enquanto o capital não estiver integralizado.**
- c) Esse tipo de sociedade deve ser constituído por, no mínimo, duas pessoas.**
- d) A contribuição para a formação do capital social desse tipo de sociedade pode consistir em prestação de serviços, sendo os sócios, nesse caso, solidariamente responsáveis por sua exata estimativa, enquanto perdurar a relação societária, contada da data do registro da sociedade.**
- e) A administração da sociedade atribuída no contrato social a todos os sócios estende-se automaticamente a todos aqueles que adquiriram a condição de sócio posteriormente.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre sociedade limitada.

A alternativa A está correta. Nos termos do art. 1.052 do CC, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. Vejamos: “Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.”

A alternativa B está incorrecta. O Art. 1.061 do CC exige que a designação de administrador não sócio dependa da aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado. Após a integralização, basta a aprovação de, no mínimo, dois terços do capital social. Vejamos: “Art. 1.061. A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e da aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, após a integralização.”

A alternativa C está incorrecta. A Lei nº 14.195/2021 extinguiu a EIRELI e consolidou a Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) no Brasil. Desde então, a Sociedade Limitada pode ser constituída por apenas uma pessoa (sócio único).

A alternativa D está incorrecta. Contraria o Art. 1.055, § 2º, do CC, que proíbe expressamente que a contribuição do sócio para a formação do capital social consista em prestação de serviços. Vejamos: “§ 2º É vedada contribuição que consista em prestação de serviços.”

A alternativa E está incorrecta. Não se estende automaticamente. O Art. 1.060, parágrafo único do CC exige que, se o administrador for um sócio, ele será designado no contrato ou em ato separado. O novo sócio não adquire automaticamente o poder de administração. A saber: “Parágrafo único. A administração atribuída no contrato a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.”

#### **QUESTÃO 91. Em relação às sociedades em comandita simples e por ações, assinale a opção correta.**

- a) É condição para a dissolução de pleno direito da sociedade simples a falta de uma das categorias de sócio por mais de 180 dias.**
- b) O acionista administrador da sociedade por ações, como diretor, responde solidariamente e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade.**
- c) Os diretores na sociedade por ações serão nomeados para um mandato de 4 anos, vedada a recondução, e somente poderão ser destituídos por deliberação da maioria dos acionistas.**
- d) Na sociedade simples, os sócios comanditados são responsáveis, solidária e ilimitadamente, pelas obrigações sociais.**
- e) Na sociedade simples, os sócios comanditados obrigam-se somente pelo valor de suas quotas.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. Entretanto, a alternativa A também está correta, portanto, essa questão é passível de recurso. A questão trata sobre sociedade simples.

Cumpre mencionar que, quando a banca fala em “sociedade simples” ela está se referindo a sociedade em comandita simples. E quando fala em “sociedade por ações”, como nas alternativas B e C, refere-se a “sociedade em comandita por ações”; ensejando eventual anulação. Ainda, tanto a alternativa A quanto a alternativa D estão em consonância com o Código Civil.

A alternativa A está correta, conforme previsão do art. 1.051, II, CC: “Art. 1.051. Dissolve-se de pleno direito a sociedade: II - quando por mais de cento e oitenta dias perdurar a falta de uma das categorias de sócio.”

A alternativa B está incorrecta. A responsabilidade será subsidiária e ilimitada, vejamos: “Art. 1.091. Somente o acionista tem qualidade para administrar a sociedade e, como diretor, responde subsidiária e ilimitadamente pelas obrigações da sociedade”

A alternativa D está correta. Nos termos do art. 1.045 do CC, vejamos: “Art. 1.045. Na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota.” Contudo, em que pese a alternativa A também estar correta, consideramos que a banca examinadora considere essa alternativa como indicação de gabarito, ante a discussão sobre a falta de categoria de sócios.

A alternativa E está incorrecta. Na realidade, são os comanditários, nos termos do art. 1.045 do CC.

## **QUESTÃO 92. De acordo com a Lei n.º 11.101/2005, assinale a opção correta no que diz respeito à falência e à recuperação judicial.**

- a) É permitido ao devedor, até a aprovação do plano de recuperação judicial, continuar a distribuir lucros ou dividendos a sócios e acionistas.**
- b) As empresas públicas e sociedades de economia mista estão sujeitas às disposições relativas à recuperação extrajudicial previstas na Lei n.º 11.101/2005.**
- c) São exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as despesas que os credores fizerem para tomar parte no processo, inclusive as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.**
- d) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial interrompe o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor.**
- e) É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local da filial da empresa que tenha sede fora do Brasil.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre falência e recuperação judicial.

A alternativa A está incorrecta. Não é permitida a divisão dos lucros, nos termos do art. 6º-A: “Art. 6º-A. É vedado ao devedor, até a aprovação do plano de recuperação judicial, distribuir lucros ou dividendos a sócios e acionistas, sujeitando-se o infrator ao disposto no art. 168 desta Lei.”

A alternativa B está incorrecta. O art. 2º, I, da Lei 11.101/2005 prevê que as empresas públicas e sociedades de economia mista não se submetem à falência e recuperação judicial. Vejamos: “Art. 2º Esta Lei não se aplica a: I – empresa pública e sociedade de economia mista;”

A alternativa C está incorrecta. Ao contrário do que afirma a alternativa, elas não são exigíveis, nos termos do art. 5º da Lei 11.101/05: “Art. 5º Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência:

II – as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.”

A alternativa D está incorrecta. Ao contrário do que se afirma, não há a interrupção, mas sim, a suspensão de todas as ações de execuções, consoante o disposto no art. 6º da Lei 11.101/05: “Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:

A alternativa E está correta, nos termos do art. 3º da Lei 11.101/05, vejamos: “Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.”

### **QUESTÃO 93. Considerando as condições para a proposição de recuperação extrajudicial, assinale a opção correta.**

- a) A sentença de homologação do plano de recuperação extrajudicial constituirá título executivo extrajudicial.**
- b) O devedor não poderá requerer a homologação de plano extrajudicial se houver obtido recuperação judicial ou homologação de outro plano de recuperação extrajudicial há menos de 2 anos.**
- c) O pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial acarretará a suspensão de direitos, ações ou execuções em andamento.**
- d) Os créditos de natureza tributária estão sujeitos à recuperação extrajudicial.**
- e) O plano de recuperação poderá contemplar o pagamento antecipado de dívidas limitadas a 50% do total objeto do plano.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre recuperação extrajudicial.

A alternativa A está incorrecta. A alternativa contrária o disposto no §6º do art. 161 da Lei 11.101/05. Vejamos: “§ 6º A sentença de homologação do plano de recuperação extrajudicial constituirá título executivo judicial, nos termos do art. 584, inciso III do caput, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.”

A alternativa B está correta. Nos termos do Art. 161, § 3º, da Lei 11.101/05, a lei define que o devedor não pode requerer a homologação de plano de recuperação extrajudicial caso tenha obtido recuperação judicial ou homologação de outro plano de recuperação extrajudicial há menos de 2 (dois) anos (prazo contado do trânsito em julgado da concessão ou da homologação). Vejamos: “§ 3º O devedor não poderá requerer a homologação de plano extrajudicial, se estiver pendente pedido de recuperação judicial ou se houver obtido recuperação judicial ou homologação de outro plano de recuperação extrajudicial há menos de 2 (dois) anos.”

A alternativa C está incorrecta. A alternativa contrária o disposto no §4º do art. 161 da Lei 11.101/05. Vejamos: “§ 4º O pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial não acarretará suspensão de direitos, ações ou execuções, nem a impossibilidade do pedido de decretação de falência pelos credores não sujeitos ao plano de recuperação extrajudicial.”

A alternativa D está incorrecta. A alternativa contrária o disposto no §1º do art. 161 da Lei 11.101/05. Vejamos: “§ 1º Estão sujeitos à recuperação extrajudicial todos os créditos existentes na data do pedido, exceto os créditos de natureza tributária e aqueles previstos no § 3º do art. 49 e no inciso II do caput do art. 86 desta Lei, e a sujeição dos créditos de natureza trabalhista e por acidentes de trabalho exige negociação coletiva com o sindicato da respectiva categoria profissional.”

A alternativa E está incorrecta. A alternativa contrária o disposto no §2º do art. 161 da Lei 11.101/05. Vejamos: “§ 2º O plano não poderá contemplar o pagamento antecipado de dívidas nem tratamento desfavorável aos credores que a ele não estejam sujeitos.”

#### **QUESTÃO 94. Assinale a opção em que é corretamente apresentada, de acordo com o disposto na Lei de Falências, a ordem prioritária da classificação dos créditos na falência.**

- a) créditos com garantia real; créditos trabalhistas; créditos tributários; créditos com privilégio especial; créditos com privilégio geral; créditos quirografários; multas contratuais e penas pecuniárias; e créditos subordinados**
- b) créditos trabalhistas; créditos com garantia real; créditos tributários; créditos com privilégio especial; créditos com privilégio geral; créditos quirografários; multas contratuais e penas pecuniárias; e créditos subordinados**
- c) créditos trabalhistas; créditos tributários; créditos com privilégio especial; créditos com garantia real; créditos com privilégio geral; créditos quirografários; multas contratuais e penas pecuniárias; e créditos subordinados**
- d) créditos com privilégio especial; créditos com garantia real; créditos tributários; créditos trabalhistas; créditos com privilégio geral; créditos quirografários; multas contratuais e penas pecuniárias; e créditos subordinados**
- e) créditos tributários; créditos com garantia real; créditos trabalhistas; créditos com privilégio especial; créditos com privilégio geral; créditos quirografários; multas contratuais e penas pecuniárias; e créditos subordinados**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre créditos concursais. Essa questão é anulável. Isto, porque a Lei 14.102/2020 revogou o inciso IV e V da Lei 11.101/05, que tratavam sobre créditos com privilégio especial e os créditos com privilégio geral. Nesse sentido, em que pese a questão possuir correspondência ao dispositivo legal, o examinador cobrou incisos revogados.

A alternativa B está correta. Nos termos do art.83, a sequência dos créditos correspondem o dispositivo legal. Vejamos: “Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem: I - os créditos derivados da legislação trabalhista, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários-mínimos por credor, e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho; II - os créditos gravados com direito real de garantia até o limite do valor do bem gravado; III - os créditos tributários, independentemente da sua natureza e do tempo de constituição, exceto os créditos extraconcursais e as multas tributárias; IV - (revogado); V - (revogado); VI - os créditos quirografários [...]; VII - as multas contratuais e as penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas, incluídas as multas tributárias; VIII - os créditos subordinados [...]; IX - os juros vencidos após a decretação da falência, conforme previsto no art. 124 desta Lei.”

## QUESTÃO 95. Cabe ao administrador judicial em sede de recuperação judicial

- a) apresentar ao juiz relatório mensal das atividades do devedor, fiscalizando a veracidade e a conformidade das informações por ele prestadas.**
- b) fiscalizar a administração das atividades do devedor, apresentando, a cada 30 dias, relatório de sua situação.**
- c) deliberar sobre o pedido de desistência do devedor.**
- d) requerer ao juiz a convocação da assembleia-geral de credores.**
- e) apurar e emitir parecer sobre quaisquer reclamações dos interessados.**

### Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre recuperação judicial.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 22, II, alínea c, da Lei 11.101/05: “Art. 22. Ao administrador judicial compete, sob a fiscalização do juiz e do Comitê, além de outros deveres que esta Lei lhe impõe: II – na recuperação judicial: c) apresentar ao juiz, para juntada aos autos, relatório mensal das atividades do devedor, fiscalizando a veracidade e a conformidade das informações prestadas pelo devedor;”

A alternativa B está incorrecta. Trata-se da atribuição do comitê de credores, na forma do art. 27, II, alínea a: “Art. 27. O Comitê de Credores terá as seguintes atribuições, além de outras previstas nesta Lei: II – na recuperação judicial: a) fiscalizar a administração das atividades do devedor, apresentando, a cada 30 (trinta) dias, relatório de sua situação;”

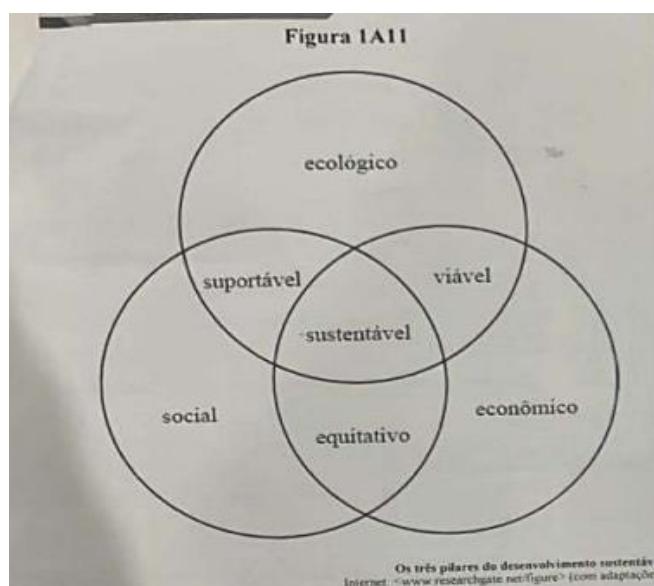
A alternativa C está incorrecta. Trata-se da competência da assembleia-geral de credores, nos termos do art. 35, I, d: “Art. 35. A assembleia-geral de credores terá por atribuições deliberar sobre: d) o pedido de desistência do devedor, nos termos do § 4º do art. 52 desta Lei;”

A alternativa D está incorrecta. Trata-se da atribuição do comitê de credores, na forma do art. 27, II, alínea e: “Art. 27. O Comitê de Credores terá as seguintes atribuições, além de outras previstas nesta Lei:

I – na recuperação judicial e na falência: e) requerer ao juiz a convocação da assembleia-geral de credores;”

A alternativa E está incorrecta. Trata-se da atribuição do comitê de credores, na forma do art. 27, II, alínea d: “Art. 27. O Comitê de Credores terá as seguintes atribuições, além de outras previstas nesta Lei: I – na recuperação judicial e na falência: d) apurar e emitir parecer sobre quaisquer reclamações dos interessados;”

## QUESTÃO 96.



**Considerando a figura precedente, em que são apresentados os três pilares do desenvolvimento sustentável (ecológico, social e econômico), assinale a opção correta no que se refere à relação entre as fontes de energia atuais e a sustentabilidade.**

- a) A geração de energia pela força dos ventos tem-se destacado como alternativa sustentável principalmente em razão de seu baixo impacto ambiental e do elevado alcance social, evidenciado pela redução do preço da geração de energia a ser paga pelo consumidor final.
- b) A geração de energia por meio das marés oceânicas mostra-se viável tanto do ponto de vista ecológico, já que a matriz energética é não poluente, quanto do econômico, pois grande parte dos países do mundo é banhada por oceanos e mares, e a distribuição da energia é viável para áreas distantes do litoral.
- c) A geração de energia solar tem-se expandido no Brasil em razão do alto índice de insolação, próprio de países tropicais, garantindo sustentabilidade a partir do impacto ecológico menor e da diminuição das contas de energia pagas pelo consumidor.
- d) A produção de energia por meio de usinas hidrelétricas é considerada uma opção sustentável tanto em razão da utilização de uma matriz não poluente, a água dos rios, quanto por seu reduzido impacto ambiental e social.

**e) A matriz dos combustíveis fósseis, considerada sustentável por seu alto impacto na geração de empregos e na geração de recursos financeiros, constitui importante política de desenvolvimento para países que buscam crescimento econômico equitativo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre desenvolvimento sustentável.

A alternativa A está incorrecta. O que torna a alternativa incorreta é considerar que a energia gerada pelo força dos ventos tenha um elevado alcance social, pois nem todas as regiões do Brasil são privilegiadas pela força dos ventos.

A alternativa B está incorrecta. Há aqui uma generalização quando considera que grande parte dos países do mundo é banhada por oceanos, sendo esta afirmação extremamente generalista.

A alternativa C está correta. A operação da energia solar não emite poluentes nem gera ruído (diferente de termoelétricas ou eólicas), e a ocupação de solo pode ser em telhados (distributed generation), reduzindo a necessidade de grandes áreas.

A alternativa D está incorrecta. Quando há uma obra de uma hidroelétrica, por exemplo, há grande impacto ambiental. Nesse sentido, invalida-se esta alternativa.

A alternativa E está incorrecta. Os combustíveis fósseis (petróleo, carvão, gás) são a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa e são não renováveis, logo, eles não são considerados sustentáveis.

**QUESTÃO 97. Considerando os três pilares do desenvolvimento sustentável - , social e econômico - , evidenciados na figura 1A11, assinale a opção correta.**

**a) Consoante a concepção de desenvolvimento sustentável, a decisão de compra de um produto deve basear-se primeiramente no valor financeiro, razão por que os produtos da economia verde são mais baratos que os da economia poluidora.**

**b) O pilar econômico do desenvolvimento sustentável baseia-se na premissa de que o preço justo é aquele que garante o lucro para o investidor, ainda que o produto gere impactos ao meio ambiente.**

**c) Segundo os postulados do desenvolvimento sustentável, o funcionamento de uma empresa e os produtos que ela oferece ao mercado devem depender da análise dos processos e da adoção de práticas de proteção ao meio ambiente, como o uso de fontes renováveis de energia e a reciclagem de materiais.**

**d) A concepção de sustentabilidade está associada ao impacto ambiental decorrente do processo produtivo de uma empresa, não tendo relação direta com a ética, ou seja, com o respeito com que a organização estabelece sua relação com o consumidor e com os trabalhadores envolvidos na produção.**

**e) As pessoas são o principal componente do pilar econômico do desenvolvimento sustentável, pois lucram com o fruto de seu trabalho e consomem, sendo as maiores beneficiárias do sistema capitalista de produção.**

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre desenvolvimento sustentável.

A alternativa A está incorrecta. Em se tratando de análise de impacto ambiental, o valor econômico não deve ser objeto de primeira e principal análise. Deve ser considerado o desenvolvimento sustentável consoante a tridimensão (como na figura).

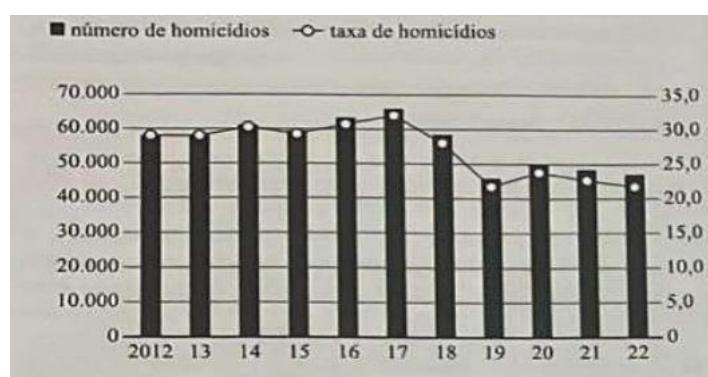
A alternativa B está incorrecta. Se há impactos, afasta-se da lógica do desenvolvimento sustentável.

A alternativa C está correta. Esta alternativa descreve o cerne do Pilar Ambiental e a integração da sustentabilidade nos processos empresariais. A análise dos processos (uso de energia, matéria-prima, descarte) e a adoção de práticas de proteção (fontes renováveis, reciclagem) são requisitos básicos para que uma empresa seja considerada sustentável.

A alternativa D está incorrecta. Ao contrário do que afirma, a ética ambiental é amplamente destacada no plano de estudos do desenvolvimento sustentável.

A alternativa E está incorrecta. As pessoas (trabalhadores, consumidores) são o principal componente do Pilar Social (pessoas/equidade), que foca na qualidade de vida, direitos e inclusão. O Pilar Econômico (lucro/viabilidade) foca na gestão financeira e na prosperidade da organização.

### QUESTÃO 98. Número e taxa de homicídios registrados no Brasil por 100 mil habitantes-2012 a 2022



Considerando o gráfico precedente e sabendo que o número de homicídios nele apresentado foi obtido pela soma dos óbitos causados por agressão, intervenção legal e operações de guerra, assinale a opção correta a respeito da segurança pública e da violência no Brasil.

- a) Depreende-se do gráfico que o Brasil apresenta altas taxas de violência, sendo a insegurança motivada por crimes de homicídio um fator impulsionador do mercado de segurança privada e de tecnologia de segurança no país.**
- b) O gráfico demonstra que a taxa de homicídios sempre foi elevada no Brasil, tendo-se mantido constante em todo o período avaliado.**
- c) Pelos dados apresentados no gráfico, conclui-se que a redução da incidência de homicídios está diretamente relacionada ao investimento em políticas públicas de segurança direcionadas ao combate de operações de guerra causadas por facções criminosas.**
- d) Conforme as informações do gráfico, os números e taxas relativos aos homicídios foram obtidos para cada grupo de 100 mil habitantes, o que indica que a ocorrência desse crime é maior em áreas populosas, como regiões metropolitanas.**
- e) É correto concluir dos dados apresentados no gráfico que o índice de homicídios no Brasil é elevado, situação que se justifica pela ausência de legislação de controle do porte de armas no país.**

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre taxa de homicídios. Essa questão é passível de recurso, pois a alternativa A também poderá ser considerada correta pela banca examinadora.

A alternativa A está incorrecta. De fato, há essa associação entre as tecnologias de segurança e a segurança privada. Nesse sentido, se analisarmos estritamente o gráfico apresentado pelo examinador, podemos verificar que a alternativa A não se depreende diretamente do gráfico. O gráfico mostra os números, mas não a causalidade para o mercado privado. Ela é uma conclusão sociológica/econômica sobre o contexto.

A alternativa B está incorrecta. A taxa de homicídios não se mantém constante, bastando analisar os dados apresentados no gráfico. Gráficos de homicídios no Brasil mostram grande variação, com picos e quedas significativas ao longo das décadas.

A alternativa C está correta. Essa alternativa é a mais adequada, contudo, a redação está confusa ao afirmar acerca das operações de guerra causadas por facções. Mas, considerando o contexto do gráfico, podemos afirmar que a redução da incidência de homicídios está diretamente relacionada ao investimento em políticas públicas de segurança direcionadas ao combate de operações de guerra causadas por facções criminosas.

A alternativa D está incorrecta. Sob a análise estatística, não é correto afirmar que a ocorrência de homicídios é maior em regiões metropolitanas, a exemplo da cidade de Maranguape, uma cidade com 105.093 habitantes (IBGE/2022), que, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, lidera a lista dos municípios mais violentos do país. A cidade registrou 87 assassinatos em 2024, significando uma taxa de 79,9 homicídios por 100 mil habitantes. O índice é quase quatro vezes a média nacional.

A alternativa E está incorrecta. Não, pois temos o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003). Logo, podemos descartar essa alternativa, pois não podemos justificar o elevado índice de homicídios em detrimento de uma ausência de legislação armamentista.

**QUESTÃO 99. Considerando o cenário político-econômico internacional atual, assinale a opção correta.**

- a) A diminuição das exportações brasileiras impactou negativamente a produção agropecuária no país e influenciou o aumento da inflação devido à pouca oferta interna de produtos.**
- b) A adoção, pelos Estados Unidos da América, de tarifas alfandegárias sobre o preço de produtos importados motivou retaliações de diversos países, o que reacendeu disputas comerciais internacionais.**
- c) As taxas de importação impostas ao Brasil pelos Estados Unidos da América geraram impactos negativos em setores estratégicos das exportações brasileiras, como o setor grãos-carnes e café.**
- d) A China diminuiu as importações de produtos brasileiros, pois sua economia foi fortemente impactada pela diminuição das importações dos Estados Unidos da América.**
- e) A economia norte-americana tem um peso considerável nas exportações brasileiras, o que impacta a economia nacional, dada a dificuldade de o Brasil encontrar novos mercados de exportação.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre exportações. Essa questão é passível de recurso, pois a alternativa B também poderá ser considerada como correta pela banca examinadora.

A alternativa A está incorrecta. O Brasil está expandindo o seu setor de exportações.

A alternativa B está incorrecta. Não se torna possível a generalização por “disputas comerciais”, ao haver um cenário de diálogo e tentativas/ possibilidade de acordos. Nesse sentido, não houve significativa mudança que levaram a reacender disputas comerciais.

A alternativa C está correta. Sim, houve impacto significativo em diversos setores estratégicos. Entretanto, as taxas também foram negociadas e alguns setores foram privilegiados, de certa forma.

As alternativas D e E estão incorrectas. É incorreto afirmar que o Brasil possui dificuldade de encontrar novos mercados de exportação. Ao contrário do afirma-se, a China é, inclusive, o maior parceiro comercial do Brasil.

**QUESTÃO 100. No que concerne ao contexto atual da educação brasileira, assinale a opção correta.**

- a) No século XX, a maioria dos estudantes brasileiros da educação básica pertencia à segunda e à terceira geração familiar, ou seja, seus avós e(ou) pais já haviam tido acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.**
- b) Com a pandemia de covid-19, em 2020, consolidou-se, no Brasil, o modelo de ensino a distância, o que permitiu o aumento do número de estudantes e concluintes do ensino básico em relação aos anos anteriores e a redução da evasão e da desistência escolar.**
- c) A formação dos professores da educação básica deve ser continuada, pois o desenvolvimento de metodologias ativas, a cultura de sucesso e a eficácia escolar dependem da formação e qualificação permanente dos docentes.**
- d) Atualmente, no Brasil, a rede pública de ensino é a que oferta a maior quantidade de vagas na educação básica, estando a sua gestão sob responsabilidade de professores efetivos das secretarias estaduais de educação.**
- e) O maior desafio da educação básica brasileira atualmente é alcançar o objetivo de homogeneização do processo de aprendizagem do alunado, que deve ser padronizado a fim de atender às demandas do mercado de trabalho.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre educação.

A alternativa A está incorrecta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a universalização do ensino surgiu com o advento da Constituição de 1946, que reestabeleceu alguns compromissos do Estado com a universalização da educação e com a escola pública. Definiu que o ensino primário deve ser obrigatório e gratuito nos estabelecimentos oficiais (Arts. 166 e 168, II) e ministrado em língua nacional (Art. 168, I).

A alternativa B está incorrecta. Houve o aumento da evasão escolar, sendo essa alternativa errada, pois está na contramão dos fatos.

A alternativa C está correta. A área da educação está em constante evolução, exigindo que os professores se atualizem em novas metodologias ativas (aqueles que colocam o aluno como protagonista, como a aprendizagem baseada em projetos), no uso de tecnologias e na compreensão dos desafios contemporâneos do aprendizado.

A alternativa D está incorrecta. O que torna a questão incorreta é afirma que a gestão está a encargos dos professores, quando, na verdade, há gestores que possuem o encargo específico para a atividade. A afirmação de que a gestão está sob responsabilidade apenas de "professores efetivos" de forma genérica é imprecisa, ignorando a estrutura hierárquica e administrativa específica do setor.

A alternativa E está incorrecta. Ao contrário do que afirma a alternativa, atualmente há uma crescente valorização da personalização do ensino, ou seja, uma questão heterogênea, não é "homogeneizar".

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: [vinicius.militao@estrategia.com](mailto:vinicius.militao@estrategia.com)



Instagram: [@estrategiacarreirajurídica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajurídica)